

# **BNIB** Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

# 85

Out/Dez 2025



**OBRA PUBLICADA PELO**



**PRESIDENTE**

Paulo Henrique Saraiva Câmara

**DIRETORES**

Ana Teresa Barbosa de Carvalho,  
Antonio Jorge Pontes Guimarães Junior,  
José Aldemir Freire,  
Leonardo Victor dantas da Cruz,  
Luiz Abel Amorim de Andrade e  
Wanger Antônio de Alencar Rocha

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Allisson David de Oliveira Martins  
**Gerente de Ambiente**

Marcos Falcão Gonçalves  
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas  
Macroeconômicas**

**CORPO EDITORIAL**

**Editor-Científico**  
Rogerio Sobreira Bezerra

**Editor-Chefe**  
Allisson David de Oliveira Martins

**Editor-Executivo**  
Marcos Falcão Gonçalves

**EQUIPE TÉCNICA**

**Nível de Atividade Econômica**  
Marcos Falcão Gonçalves  
Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

**Produção Agropecuária e Mercado de Trabalho**  
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

**Produção Industrial**  
Liliane Cordeiro Barroso

**Intermediação Financeira**  
Allisson David de Oliveira Martins

**Serviços e Comércio**  
Wellington Santos Damasceno

**Turismo e Comércio Exterior**  
Laura Lúcia Ramos Freire

**Finanças Públicas, Índices de Preços e Cesta Básica**  
Antônio Ricardo de Norões Vidal

**Estagiários**  
Guilherme Miranda Soares  
Samuel Alesxandro Apolinario Xavier

**Diagramação**  
Gustavo Bezerra Carvalho

**Banco do Nordeste do Brasil S/A**  
**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -  
ETENE**  
Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -  
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL  
Telefone: (85) 3251-7177  
Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.  
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-

n.

Trimestral

Periodicidade anterior: 2004 mensal; 2005 bimestral até ago.; 2005 – 2013 trimestral; 2014

semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste –  
Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

## **Sumário**

<b>1 Atividade Econômica.....</b>	<b>4</b>
<b>2 Produção Agropecuária no Nordeste .....</b>	<b>9</b>
<b>3 Atividade Industrial .....</b>	<b>15</b>
<b>4 Varejo .....</b>	<b>21</b>
<b>5 Serviços .....</b>	<b>23</b>
<b>6 Turismo .....</b>	<b>25</b>
<b>7 Comércio Exterior .....</b>	<b>28</b>
<b>8 Mercado de trabalho formal .....</b>	<b>36</b>
<b>9 Finanças Públicas .....</b>	<b>42</b>
<b>10 Intermediação Financeira .....</b>	<b>50</b>
<b>11 Inflação .....</b>	<b>54</b>
<b>12 Cesta Básica .....</b>	<b>59</b>

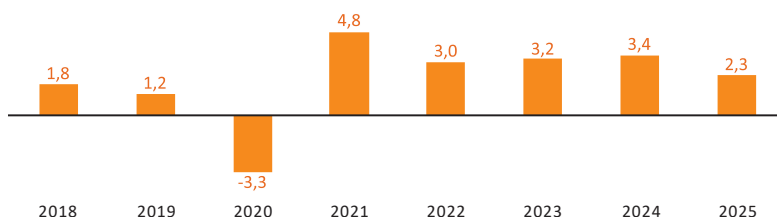
# 1 Atividade Econômica

## 1.1 Produto Interno Bruto

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro mostrou resiliência em 2025, registrando crescimento de 2,3%, caracterizando uma desaceleração da atividade econômica frente ao resultado obtido em 2024, quando teve alta de 3,4% (Gráfico 1.1). Na comparação com o mesmo trimestre de 2024, o PIB cresceu 1,8%. Essa redução no ritmo de expansão econômica em 2025 refletiu o impacto dos juros elevados, inibindo, sobretudo os investimentos das empresas, sendo o ritmo de crescimento mantido pelo forte crescimento do consumo do Governo e pelo bom desempenho de setores menos sensíveis à restrição monetária, como o setor agropecuário, beneficiado pela safra recorde de soja (+14,6%) e milho (+23,6%), e o desempenho da indústria extrativa. A demanda externa aquecida também ajudou a manter a economia em ritmo consistente de expansão.

A taxa de juros elevada foi determinante para essa desaceleração da economia, contribuindo para desestimular o ritmo de produção das atividades mais sensíveis ao crédito. Essa perda de fôlego foi mais intensa no segundo semestre, quando a atividade econômica se manteve praticamente estável relativamente à primeira metade do ano. O desempenho do PIB só não foi menor em 2025 devido às contribuições positivas da agropecuária e da indústria extrativa, pelo lado da produção, e do setor externo, pelo lado da demanda. Além disso, a melhora no mercado de trabalho, o aumento do crédito e os programas de transferência de renda, do Governo Federal, também contribuíram para atenuar o impacto decorrente da restrição monetária, influenciando positivamente o consumo das famílias

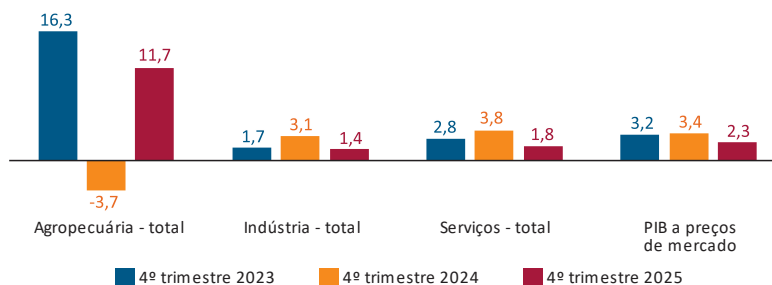
Gráfico 1.1 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao ano anterior - 2018 a 2025\*



Fonte: IBGE (2026). Elaboração: BNB/Etene (2026).

Pelo lado da oferta, o setor agropecuário cresceu 11,7% em 2025 (Gráfico 1.2), após queda no ano anterior, respondendo por cerca de 33% do crescimento da economia, indicando que foi o setor responsável pela expansão, principalmente a partir da segunda metade do ano. Esse crescimento do setor decorreu, principalmente, de aumentos na produção e ganhos de produtividade de várias culturas, com destaque para milho e soja, que tiveram safras recordes em 2025. A indústria, por sua vez, avançou 1,4% no ano, respondendo por 15,3% do crescimento da economia, sendo estimulada pelo bom desempenho da indústria extrativa, notadamente petróleo e gás, cujo crescimento alcançou 8,6% nesse ano. A Construção registrou um leve crescimento (0,5%) no ano, enquanto a indústria de transformação experimentou variação negativa de -0,2%. Já o setor serviços manteve-se aquecido durante o ano todo, com expansão em todas as atividades que compõem o setor, como informação e comunicação (6,5%), atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (2,9%), transporte, armazenagem e correio (2,1%), atividades imobiliárias (2,0%), comércio (1,1%) etc. Convém observar que as quatro atividades que mais contribuíram para a expansão do PIB em 2025 (agropecuária, indústria extrativa, outras atividades de serviço e informação e comunicação) explicam 72% do crescimento do PIB no ano.

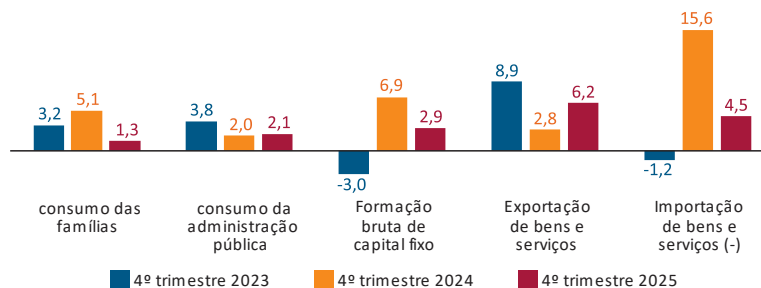
Gráfico 1.2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Oferta - % - Taxa acumulada em quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior) - 2023 a 2025\*



Fonte: IBGE (2026). Elaboração: BNB/Etene (2026).

Pela ótica da demanda agregada, o IBGE revela que o Consumo das Famílias cresceu 1,3% em 2025 (Gráfico 1.3), impulsionado pela melhora no mercado de trabalho, aumento de crédito e programas governamentais de transferência de renda. Entretanto, esse desempenho revela uma desaceleração em relação ao crescimento de 2024, quando o segmento avançou 5,1%, o que pode estar associado ao elevado nível de endividamento das famílias, que influencia negativamente no consumo. O consumo do Governo, por sua vez, cresceu 2,1% em 2025, enquanto os gastos com Formação Bruta de Capital Fixo cresceram 2,9%, por conta do aumento das importações de bens de capital (máquinas e equipamentos) e pelo desenvolvimento de software, além da alta na indústria da construção. Certamente, a manutenção de taxas de juros elevadas, foi um elemento importante para segurar os investimentos, pois desestimula a demanda por bens de capital, bem como inibe os gastos na construção civil. No que se refere ao setor externo, o saldo também foi positivo, com as Exportações de Bens e Serviços subindo 6,2%, no ano, em ritmo superior à expansão das Importações de Bens e Serviços, que registraram crescimento de 4,5%. Os principais destaques das exportações foram extração de petróleo, veículos automotores, agropecuária, enquanto nas importações sobressairam-se outros equipamentos de transportes, máquinas e equipamentos e produtos químicos.

Gráfico 1.3 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Demanda - % Acumulado em Quatro Trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior) - 2023 a 2025\*



IBGE (2026). Elaboração: BNB/Etene (2026)

\*Sem ajuste sazonal

A taxa de investimento em 2025 foi de 16,8% do PIB, em uma pequena desaceleração na comparação com o ano anterior (16,9%). A taxa de poupança por sua vez, foi de 14,4% nesse ano.

Resumidamente, em 2025, o PIB brasileiro cresceu de forma moderada (2,3%), mas com forte desaceleração no segundo semestre, influenciada pela elevada perda de ritmo das atividades no 4º trimestre, quando muitos segmentos permaneceram praticamente estagnados, por conta dos impactos dos juros elevados, travando o investimento e consumo interno. Portanto, o maior dinamismo econômico ocorreu no primeiro semestre, que não se sustentou na segunda metade do ano, tendo em vista que a economia registrou uma alta simbólica de apenas 0,1%.

### 1.2 Inflação, Juros e Câmbio

O crescimento econômico global em 2025 apresenta um cenário de desaceleração, com o FMI prevendo uma expansão do PIB global de 3,2% em 2025, abaixo dos níveis históricos e levemente menor que 2024 (3,3%). Essas expectativas se apoiam no fato de que as barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos a vários países foram menores do que o inicialmente previsto. Muitas empresas conseguiram se ajustar às tarifas, com realocação de vendas para outras nações, mas prevalecem outros fatores de risco, como a alta nos custos do crédito, tensões geopolíticas e menor demanda por commodities, afetando o crescimento tanto das economias desenvolvidas quanto emergentes. Essa menor demanda por commodities se refletiu na queda dos preços dessas mercadorias, afetando, principalmente, os países da América Latina, cujas projeções indicam um crescimento moderado, entre 2,3% e 2,5%, em 2025.

Na realidade, diante de um contexto global repleto de riscos, alguns organismos internacionais, como FMI e OCDE, caracterizam o crescimento global em 2025 como de lenta expansão, com desaceleração no ritmo de crescimento da economia americana (2%), modesta recuperação da Zona do Euro (crescimento de 1,2% do PIB), expansão de 4,8% da economia chinesa, sustentada por estímulos fiscais e consumo interno mais forte e forte expansão econômica da Índia, cuja projeção indica um expressivo crescimento de 6,4%. Para a América Latina as projeções apontam para uma taxa média de expansão moderada do PIB em 2025 (em torno de 2,2%), influenciada por tarifas mais baixas e uma expansão mais significativa da economia mexicana.

De acordo com o Banco Mundial, o crescimento global tenderá a se estabilizar à medida que a inflação retorne a níveis mais próximos das metas e a flexibilização monetária estimule as atividades econômicas tanto nas economias avançadas como nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento. Esse cenário tende a gerar um crescimento econômico global amplo e moderado ao longo de 2025-2026, na faixa de 2,7% ao ano, à medida que o comércio e o investimento se firmem. Esse é um cenário bastante provável, tendo em vista que desde 2024 o processo de desinflação global vem se consolidando, com a inflação média mundial recuando, em 2025, para padrões históricos anteriores à pandemia, refletindo o bom desempenho das políticas monetárias restritivas adotadas por quase todas as economias do mundo.

A perspectiva é de que a inflação média mundial caia para 4,2% em 2025, mantendo uma trajetória declinante, especialmente nas economias avançadas, onde a inflação tem convergido para níveis próximos às metas de política monetária — geralmente em torno de 2%. Vale ressaltar, entretanto, que nos EUA as projeções mais recentes apontam para uma convergência da inflação à meta postergada para 2028, diferente de outras economias importantes como na Área do Euro e Canadá, onde a inflação já convergiu para a meta. No Reino Unido essa convergência tem enfrentado maior resistência, em especial no componente de serviços. De acordo com o BACEN, em seu Relatório de Política Monetária, os núcleos de inflação, continuam acima da meta em muitas economias, com ritmo de convergência desacelerando ou interrompido.

Esse processo de convergência para a meta também tem enfrentado dificuldade nas economias emergentes e em desenvolvimento por conta da maior volatilidade cambial, de alguns desajustes estruturais e das condições fiscais mais restritivas. Diante desse quadro, o Banco Mundial recomenda que os formuladores de políticas macroeconômicas dos países mantenham o compromisso com a estabilidade dos preços e equilíbrio orçamentário, com forte controle das despesas públicas, de forma a garantir recursos que lhes permitam financiar os investimentos necessários para o desenvolvimento.

No Brasil, a inflação apresenta sinais de arrefecimento, refletindo os efeitos da política monetária contracionista adotada pelo BACEN ao longo de 2025, com a taxa SELIC, principal ferramenta de combate à alta de preços, permanecendo em patamar elevado (15%) desde junho do ano passado, por conta do cenário marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho.

De acordo com o Comitê de Política Monetária-COPOM, a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação, mas também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. Em sua última reunião de 2025, o Comitê manteve a taxa Selic em 15% e enfatizou que a essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Essa decisão de manter a política monetária fortemente restritiva foi tomada em função de um cenário marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho.

Com essa estratégia, pode-se afirmar que o BACEN logrou êxito com a política monetária adotada em 2025, pois permitiu concretizar um ambiente inflacionário com sinais claros de arrefecimento no ano, com a taxa de inflação, medida pelo IPCA, alcançando o patamar de 4,26%, dentro de intervalo de tolerância da meta e abaixo da registrada em 2024 (4,83%). Essa desaceleração foi favorecida, principalmente, pela queda dos preços dos alimentos, notadamente no segundo semestre do ano, e dos bens industriais, ambos favorecidos pela queda de preços, devida à maior oferta e apreciação do real. Por outro lado, a alta persistente dos preços administrados, principalmente energia, e dos serviços, por conta do mercado de trabalho aquecido, contribuíram para limitar a redução mais rápida da inflação no ano.

Com relação à taxa Selic, considerando a estratégia do BACEN, de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, o Copom decidiu manter a taxa em 15,0% a.a. a partir da reunião de junho/25, representando o patamar mais elevado para os juros básicos do país desde maio de 2006, quando o colegiado os havia fixado em 15,25%. Essa política, que predominou por mais da metade do ano, teve vários desdobramentos na economia a longo do ano, pois influenciou diretamente o custo do crédito, o nível de atividade econômica, o comportamento do câmbio e as contas públicas. Segundo o BACEN, essa decisão levou em conta não apenas o objetivo principal de assegurar a estabilidade de preços, mas também a suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

O Boletim Focus da última semana de dezembro de 2025, contendo as projeções de mercado para a economia, mostrou a trajetória considerada para a taxa Selic no cenário de referência, como de manutenção no patamar de 15,0% em 2025, com uma sequência de quedas para 12,25%, em 2026, 10,5%, em 2027 e 9,75%, em 2028.

Com relação à taxa de câmbio nominal real/dólar, o Banco Central, em seus relatórios de política monetária, monitora atentamente as condicionantes cambiais para avaliar riscos à inflação, já que flutuações cambiais podem repercutir nos preços domésticos via bens importados ou insumos. Fatores de naturezas distintas influenciam os movimentos da taxa de câmbio — incluindo choques externos, incertezas domésticas e a deterioração dos fundamentos macroeconômicos. Particularmente no Brasil, a valorização do real observada ao longo de 2025 pode ser explicada, principalmente, por elementos externos e internos.

Mesmo sendo a principal moeda de reserva global, com fundamentos sólidos que sustentam sua posição dominante nos mercados internacionais, em 2025, as incertezas fiscais e as políticas protecionistas nos EUA têm gerado questionamentos sobre sua resiliência, contribuindo para movimentos predominantes de queda no valor do dólar em âmbito global. Diante disso, 2025 foi marcado por uma forte desvalorização do dólar no mundo, enquanto no Brasil, a moeda norte-americana caiu 11,18% frente ao real no acumulado de 2025. Foi o maior recuo em quase 10 anos: em 2016, a queda foi de 17,8%. Além do Brasil, as moedas de outros países emergentes e de economias avançadas também se valorizaram frente ao dólar.

Esse movimento de enfraquecimento do dólar, apesar de ser a moeda mais segura do mundo, teve início com o tarifaço do governo Trump, em abril de 2025, período em que a moeda americana ampliou suas perdas frente a países desenvolvidos. O receio é de que essa tendência possa levar a maior inflação e desaceleração da economia norte-americana, reforçando a percepção de instabilidade econômica, o que poderá afetar o comércio em escala global.

As expectativas do relatório Focus do final de dezembro de 2025 apontavam para um câmbio de R\$ 5,44/US\$ ao final de 2025, R\$ 5,50/US\$ em dez./2026 e R\$ 5,50/US\$ em dez./2027. Essas projeções refletem as expectativas de mercado, mas não garantem que o câmbio será exatamente esse valor, pois choques internos e externos, intervenções políticas ou variações em juros e risco-país podem modificar bastante o rumo real da taxa de câmbio.

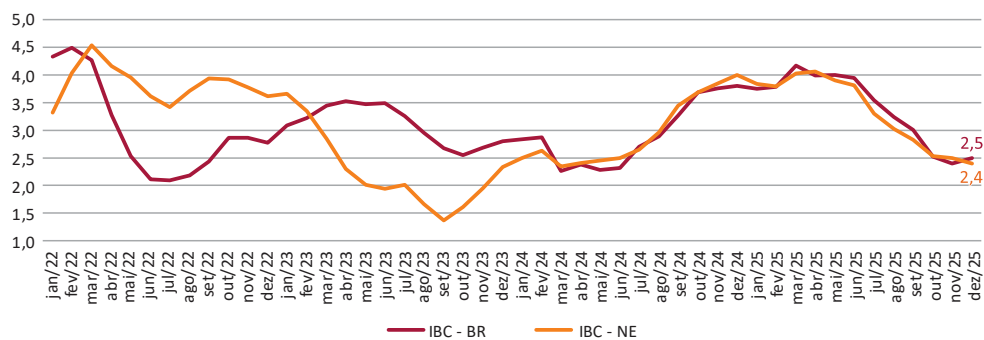
### 1.3 – Bahia encerra 2025 com alta de 3,0% e impulsiona o crescimento do Nordeste

A economia nordestina, medida pelo índice de atividade IBCR-NE do Banco Central, cresceu 1,9% em dezembro de 2025, quando comparado com o mesmo mês de 2024. Entre os estados do Nordeste divulgados pelo BCB, Ceará e Pernambuco apresentaram variação de 3,2% e 1,6% no período, respectivamente, enquanto a Bahia apresentou retração marginal de 0,4%.

## BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2025

A partir dos dados divulgados referentes ao mês de dezembro, a região Nordeste tem crescimento acumulado de 2,4% nos últimos doze meses, valor levemente inferior ao nacional, que apresentou crescimento de 2,5% no período (Gráfico 1.4).

Gráfico 1.4 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - Em 12 Meses - % em relação ao ano anterior – Jan/22 a Dez/25



Fonte: Banco Central do Brasil (2026). Elaboração: BNB/Etene.

Tabela 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento Anual - 2020 a 2025\*

	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
<b>Brasil</b>	-4,0	4,2	2,8	2,7	3,7	2,5
<b>Nordeste</b>	-4,1	2,7	3,6	2,4	3,9	2,4
Bahia	-3,1	2,5	3,4	3,0	3,0	3,0
Ceará	-4,4	3,5	2,8	1,1	5,3	1,9
Pernambuco	-3,1	4,7	2,1	2,8	4,5	0,8
<b>Sudeste</b>	-3,2	4,0	3,1	2,7	3,4	1,8
Espírito Santo	-6,2	6,6	-1,4	3,4	2,9	4,2
Minas Gerais	-1,9	5,1	3,2	4,0	3,1	1,9

Fonte: Banco Central do Brasil (2026). Elaboração: BNB/Etene. \*Ano de 2025 se refere ao acumulado do ano.

Apesar da retração observada em dezembro, a Bahia encerrou o ano de 2025 com crescimento de 3,0%, seguido pelo Ceará, que cresceu de 1,9% no período, e Pernambuco, com aumento de 0,8% (Tabela 1). A economia baiana em 2025 cresceu apoiada sobretudo no forte desempenho do agronegócio, com safra recorde de grãos e produtividade excepcional da soja, impulsionando renda e atividade no interior. Ademais, o emprego formal avançou fortemente, apoiando o consumo e permitindo crescimento moderado do comércio varejista. Por outro lado, o setor de serviços recuou no ano, reflexo de juros elevados, custos de transporte e menor dinamismo em atividades ligadas a famílias e logística.

O Nordeste em 2025 apresentou crescimento moderado, porém consistente, impulsionado principalmente pelo agronegócio baiano e por um varejo regional em recuperação, embora com ritmos distintos entre os estados. O Índice de Atividade Regional do BCB mostrou expansão de 2,4% no Nordeste, ligeiramente abaixo do Brasil (2,5%), com dinamismo concentrado em Bahia e Ceará, enquanto Pernambuco apresentou maior volatilidade. Para 2026, as perspectivas são de crescimento moderado, condicionado a três fatores: (1) alívio gradual dos juros, que tende a favorecer comércio, crédito e serviços; (2) manutenção do ciclo positivo do agronegócio e dos investimentos em energia renovável, especialmente eólica e solar; e (3) riscos associados ao cenário internacional, como preços de commodities, tarifas externas e desaceleração global.

## 2 Produção Agropecuária no Nordeste

### 2.1 Agricultura

Segundo o IBGE, a estimativa da produção nacional de grãos alcançou 346,0 milhões de toneladas, na Safra 2025, crescimento de +18,2% em relação à Safra passada. O resultado para a atual Safra será devido, principalmente, às estimativas de crescimento dos cultivos de soja (+14,6%) e milho (+23,6%), que deverão incrementar 21,1 milhões de toneladas de soja e 27,0 milhões de toneladas de milho. Desta forma, soja e milho participam com 48,0% e 41,0% da produção nacional de grãos na Safra de 2025, nesta ordem, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE (Tabela 2.1).

Entre os principais fatores para o bom desenvolvimento dos grãos, principalmente nas safras de verão, estão as condições climáticas que no geral permanecem favoráveis (No Nordeste, nas áreas na costa leste, desde a Bahia até o Rio Grande do Norte e no noroeste do Maranhão). No entanto, algumas áreas apresentarão clima seco e quente, onde as chuvas estarão abaixo do observado do normal, podendo comprometer os níveis de umidades do solo não foram adequadas para o desenvolvimento das culturas (Nas áreas do centro-norte da Bahia, além do oeste de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte).

Tabela 2.1 – Brasil, Nordeste e Estados selecionados: Safra de grãos (toneladas) - 2024 e 2025

Brasil e Grandes Regiões	Safra 2024		Safra 2025		Variação das Safras 2025 e 2024	
	Produção (t)	Part. (%)	Produção (t)	Part. (%)	Absoluta	Relativa (%)
<b>Norte</b>	<b>18.187.566</b>	<b>6,2</b>	<b>22.311.415</b>	<b>6,4</b>	<b>4.123.849</b>	<b>22,7%</b>
<b>Nordeste</b>	<b>25.792.907</b>	<b>8,8</b>	<b>27.744.033</b>	<b>8,0</b>	<b>1.951.126</b>	<b>7,6%</b>
Maranhão	6.635.556	2,3	7.462.343	2,2	826.787	12,5%
Piauí	5.780.393	2,0	5.664.321	1,6	-116.072	-2,0%
Ceará	518.070	0,2	383.447	0,1	-134.623	-26,0%
Rio Grande do Norte	36.134	0,0	20.529	0,0	-15.605	-43,2%
Paraíba	73.170	0,0	29.003	0,0	-44.167	-60,4%
Pernambuco	183.890	0,1	71.836	0,0	-112.054	-60,9%
Alagoas	134.975	0,0	166.162	0,0	31.187	23,1%
Sergipe	1.049.624	0,4	1.106.815	0,3	57.191	5,4%
Bahia	11.381.095	3,9	12.839.577	3,7	1.458.482	12,8%
<b>Sudeste</b>	<b>25.816.536</b>	<b>8,8</b>	<b>31.105.103</b>	<b>9,0</b>	<b>5.288.567</b>	<b>20,5%</b>
<b>Sul</b>	<b>78.342.460</b>	<b>26,8</b>	<b>86.296.876</b>	<b>24,9</b>	<b>7.954.416</b>	<b>10,2%</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>144.566.392</b>	<b>49,4</b>	<b>178.641.397</b>	<b>51,6</b>	<b>34.075.005</b>	<b>23,6%</b>
<b>Brasil</b>	<b>292.705.861</b>	<b>100,0</b>	<b>346.098.824</b>	<b>100,0</b>	<b>53.392.963</b>	<b>18,2%</b>

Fonte: IBGE (2026). Elaboração BNB/Etene. Nota (1): Participação das Regiões e Estados em relação ao País.

Regionalmente, Centro-Oeste apresenta maior ganho na Safra 2025, devido aos pacotes tecnológicos alinhados às boas condições climáticas, assim, resultando aumento na produção de grãos em 34,0 milhões de toneladas de grãos, avanço de 23,6% frente à safra anterior. Em seguida, registra-se também aumento da produção de grãos no Sul (+7,9 milhões t), Sudeste (+5,2 milhões t), Norte (+4,1 milhões de toneladas) e Nordeste (+1,9 milhão t).

Em termos de participação, Centro-Oeste permanece como maior produtor nacional de grãos, atingindo 178,6 milhões de toneladas de grãos, cerca de 51,6% do total produzido no País. Na sequência, o Sul, com produção de 86,2 milhões de toneladas, participa com 24,9% da produção nacional em 2025; Sudeste atingiu produção de 31,1 milhões de toneladas (9,0%); Nordeste registra 27,7 milhões de toneladas (8,0% do total) e Norte, com produção de 22,3 milhões de toneladas de grãos, participará com 6,4% do total de grãos produzidos no Brasil.

## BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2025

Quanto à produção de grãos no País, os resultados para a Safra 2025 são bastante promissores para as culturas, praticamente todas as culturas de grãos deverão registrar crescimento da produção. Destacam-se em crescimento as produções de amendoim (+56,2%), sorgo (+35,5%), milho (+23,6%), arroz (+19,4%), soja (+14,6%) e algodão (+11,4%).

Para os demais produtos agrícolas, no País, destacam-se em crescimento a produção das culturas do fumo (+29,8%), laranja (+28,4%), uva (+25,3%), banana (+4,9%), mandioca (+3,9%), cacau (+2,5%), tomate (+1,9%) e batata-inglesa (+1,6%), conforme dados da Tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Principais produtos da Safra no Brasil e Nordeste (Em mil toneladas) – 2024 e 2025

Principais Lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE / BR
	Safra 2024	Safra 2025	Var. (%)	Safra 2024	Safra 2025	Var. (%)	
Cereais, leguminosas...	292.705.861	346.098.824	18,2	25.792.907	27.744.033	7,6	8,0
Algodão	8.866.378	9.880.470	11,4	2.012.913	2.089.184	3,8	21,1
Amendoim	793.832	1.240.240	56,2	11.707	12.132	3,6	1,0
Arroz	10.591.604	12.651.251	19,4	348.968	337.737	-3,2	2,7
Feijão	3.099.161	3.014.620	-2,7	493.101	381.499	-22,6	12,7
Mamona	31.717	33.503	5,6	29.947	31.348	4,7	93,6
Milho	114.703.192	141.734.445	23,6	8.003.100	8.607.096	7,5	6,1
Soja	144.946.662	166.054.076	14,6	15.349.839	16.634.331	8,4	10,0
Sorgo	3.985.503	5.399.877	35,5	293.549	430.844	46,8	8,0
Trigo	7.530.249	7.806.842	3,7	34.818	34.644	-0,5	0,4
Banana	6.995.034	7.337.462	4,9	2.567.222	2.676.862	4,3	36,5
Batata - inglesa	4.507.809	4.577.847	1,6	334.587	340.117	1,7	7,4
Cacau	287.784	294.842	2,5	111.288	119.063	7,0	40,4
Café	3.425.399	3.452.409	0,8	249.891	262.614	5,1	7,6
Cana-de-açúcar	706.720.425	702.951.752	-0,5	58.917.874	55.016.183	-6,6	7,8
Castanha-de-caju	161.014	124.979	-22,4	160.373	124.254	-22,5	99,4
Fumo	626.649	813.158	29,8	24.673	47.328	91,8	5,8
Laranja	12.216.934	15.682.304	28,4	1.113.469	1.148.152	3,1	7,3
Mandioca	19.059.194	19.809.620	3,9	4.236.317	4.656.886	9,9	23,5
Tomate	4.666.924	4.755.782	1,9	729.910	563.348	-22,8	11,8
Uva	1.763.397	2.209.104	25,3	812.762	974.299	19,9	44,1

Fonte: IBGE (2026). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Na Região Nordeste, a Safra de 2025 deverá atingir 27,7 milhões de toneladas, crescimento de +7,6%, aumento em +1,9 milhão de toneladas frente à safra de 2024. Destacam-se nos aumentos Bahia (+1,4 milhão t), Maranhão (+826,7 mil t), seguidos por Sergipe (+57,1 mil t) e Alagoas (+31,1 mil t), vide Tabela 2.1.

Na Safra 2025, Bahia deverá permanecer como o maior produtor de grãos regional, produzindo 12,8 milhões de toneladas, cerca de 46,3% da produção regional de grãos; na sequência, Maranhão com previsão de produção de 7,4 milhões de toneladas de grãos, aproximadamente 26,8% da produção regional e Piauí, com produção de 5,6 milhões de toneladas (20,4%).

No Nordeste, as estimativas das produções de soja e milho serão de 16,6 e 8,6 milhões de toneladas para a Safra de 2025, respectivamente. As culturas deverão impulsionar a produção regional de grãos na Região, devendo apresentar incremento de 1.284,4 e 603,9 mil toneladas, relativos à safra passada.

Quanto ao crescimento da produção de grãos no Nordeste, soja deverá apresentar o maior crescimento, avanço em 8,4% frente à safra passada. Na sequência, milho (+7,5%), mamona (+4,7%), algodão (+3,8%) e amendoim (+3,6%), vide Tabela 2.2.

Na produção de soja, Bahia permanecerá como maior produtor de soja do Nordeste, com projeção de 8,6 milhões de toneladas, (51,7% da produção regional de soja), e em sétimo lugar no País em 2025. Regionalmente, Maranhão continua como o segundo maior produtor (4.4 milhões t, com participação de 26,6%) e Piauí em terceira posição (3,5 milhões t, 21,5%).

Na produção de milho, Bahia deverá seguir na liderança da produção regional, com estimativa de 2,73 milhões de toneladas de milho (31,8% da produção regional de milho) e oitavo maior produtor nacional de milho. O Estado da Maranhão permanecerá como o segundo maior produtor regional de milho, com produção de 2,71 milhões de toneladas (31,5% da produção regional de milho).

No Nordeste, as demais lavouras, tanto temporárias quanto as permanentes, se destacam em crescimento na produção de fumo (+91,8%), uva (+19,9%), mandioca (+9,9%), cacau (+7,0%), café (+5,1%, apesar de ser um ano de bialidade negativa), banana (+4,3%), laranja (+3,1%) e batata-inglesa (+1,7%), Tabela 2.2.

Em 2024, diversos problemas climáticos afetaram as principais lavouras e importantes áreas produtoras do País. No entanto, as condições climáticas estão favorecendo na Safra 2025, principalmente nas lavouras de soja e milho. Com o clima mais chuvoso nesta safra que deverá propiciar um bom desenvolvimento das lavouras, assim devendo registrar crescimentos significativos, com produções recordes para soja e milho.

Além do fator clima, as negociações de soja e milho estão mais intensas, com o aumento da demanda externa e preocupações com estoques curtos.

Quanto ao Consumo global de soja, tende a se voltar para o Brasil diante da disponibilidade elevada no País. No entanto, requer cautela, pois o ambiente é de oferta de soja nacional recorde e de aumento na oferta de soja na Argentina.

Vale ressaltar que a expectativa de vendas externas de soja é alta para os próximos meses. No 4º trimestre de 2025, o Brasil exportou 35,54 milhões de toneladas da cadeia de soja (grão, farelo e óleo), crescimento de 11,78% sobre o mesmo volume do ano anterior, de acordo com a Secex. No acumulado do ano, foram escoados 93 milhões de toneladas do grão de soja, registrando recorde na série histórica. Como consequência, os produtores nacionais deverão aproveitar a valorização da commodity para intensificar as vendas no spot nacional.

## 2.2 Pecuária

### Bovinos

O abate de bovinos no Brasil cresceu 4,4% no 4º trimestre de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o IBGE. Com 11,2 milhões de cabeças abatidas, o país atingiu um novo recorde na série histórica iniciada em 1997 (Tabela 2.3).

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, entre janeiro e dezembro de 2025, o Brasil exportou 3,5 milhões de toneladas de carne bovina, registrando alta de 20% frente ao mesmo período de 2024 e consolidando-se como o maior exportador mundial. A receita gerada foi de US\$ 18 bilhões. O aumento no abate foi induzido pela forte demanda internacional, com destaque para a China, que absorveu cerca de 48% do total exportado.

Tabela 2.3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil e Nordeste - 4º trimestre de 2024 e 2025

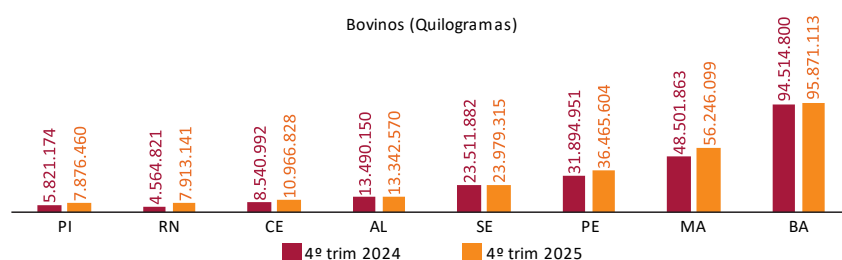
Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	4º trimestre de 2024			4º trimestre de 2025			Variação (%) 4º trimestre 2025 / 2024	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
<b>Número de animais abatidos (Número de cabeças ou carcaças)</b>								
Bovinos	9.687.366	921.060	9,5	11.043.498	1.004.721	9,1	14,0	9,1
Suínos	14.444.496	187.292	1,3	15.285.505	197.593	1,3	5,8	5,5
Frangos	1.622.899.020	71.315.960	4,4	1.714.734.908	73.061.983	4,3	5,7	2,4
<b>Peso das carcaças (Toneladas)</b>								
Bovinos	2.532.548	235.737	9,3	2.934.955	252.661	8,6	15,9	7,2
Suínos	1.326.399	15.304	1,2	1.411.132	16.588	1,2	6,4	8,4
Frangos	3.378.929	151.026	4,5	3.650.280	158.764	4,3	8,0	5,1
<b>Leite (Mil litros)</b>								
Adquirido	6.783.999	570.461	8,4	7.364.719	652.592	8,9	8,6	14,4
Industrializado	6.773.976	570.245	8,4	7.356.487	652.738	8,9	8,6	14,5
<b>Ovos (Mil dúzias)</b>								
Produção	1.209.554	215.175	17,8	1.259.160	221.910	17,6	4,1	3,1

Fonte: IBGE (2026). Elaboração BNB/Etene. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha.

A Região Nordeste responde por 9,1% do abate nacional de bovinos, totalizando cerca de 1.004,4 mil cabeças. O volume representa um crescimento de 9,1% em comparação ao 4º trimestre de 2024, com altas expressivas no Rio Grande do Norte (+72,0%), Piauí (+32,9%) e Ceará (+29,7%).

Em termos absolutos, a Região abateu 83,6 mil cabeças a mais que no período anterior, impulsionada pelo desempenho do Maranhão (+24,0 mil), Pernambuco (+22,4 mil) e Rio Grande do Norte (+14,8 mil). No ranking regional, a Bahia lidera com 37,0% de participação, seguida por Maranhão (22,3%) e Pernambuco (13,8%).

Gráfico 2.1 – Peso das carcaças de bovinos- Estados do Nordeste - 4º trimestre de 2024 e 2025



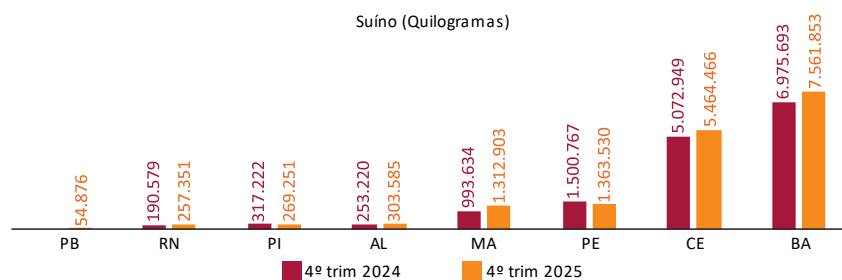
Fonte: IBGE (2026). Elaboração BNB/Etene. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

## Suínos

No País, o abate de suínos cresceu 5,8% na comparação entre os quartos trimestres de 2025 e 2024. Com a demanda aquecida nos mercados interno e externo, a oferta limitada causou aumentos pontuais nos preços. Dados da Secex apontam que o volume exportado em 2025 subiu 11,9%, somando 1,5 milhão de toneladas.

No Nordeste, a produção cresceu 8,4%, superando a média nacional (6,4%), impulsionada pela migração do consumo diante da inflação da carne bovina. Bahia (40,0%), Ceará (33,6%) e Pernambuco (11,1%) lideram o ranking regional. O Ceará destacou-se com a maior variação positiva: +6,9 mil cabeças (+11,7%).

Gráfico 2.2 – Peso das carcaças de suínos - Estados do Nordeste - 4º trimestre de 2024 e 2025



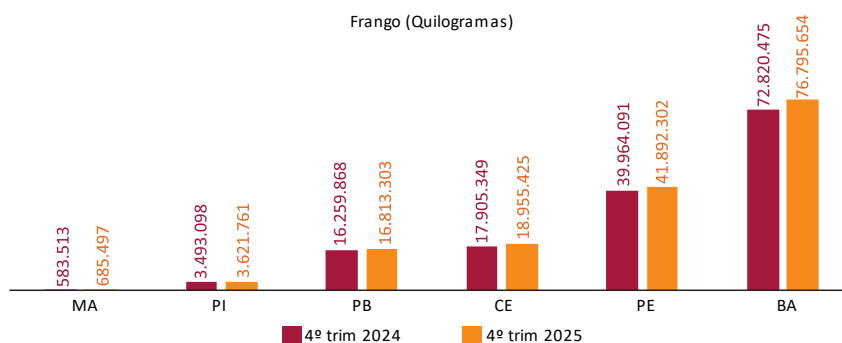
Fonte: IBGE (2026). Elaboração BNB/Etene. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

## Frangos

No 4º trimestre de 2025, o abate nacional de frangos totalizou 3,6 milhões de toneladas, alta de 8,0% na comparação anual, devido à maior demanda doméstica.

No mercado internacional, o acumulado de 2025 registrou 5,3 milhões de toneladas exportadas (+0,6%), mesmo após os desafios da gripe aviária em maio. O Brasil segue como protagonista, respondendo por quase 35% das vendas mundiais (USDA).

Gráfico 2.3 – Peso das carcaças de frangos- Estados do Nordeste - 4º trimestre de 2024 e 2025



Fonte: IBGE (2026). Elaboração BNB/Etene. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

O cenário para o abate de frangos no Nordeste foi favorável no 4º trimestre de 2025. O peso total das carcaças subiu 5,1% (+7,7 mil toneladas) em comparação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 158,7 mil toneladas.

O resultado foi impulsionado pelo crescimento na Bahia e em Pernambuco, com acréscimos de 3,9 mil e 1,9 mil toneladas, respectivamente. A Bahia, maior produtora regional (48,4% de participação), produziu 76,7 mil toneladas. Pernambuco, segundo maior produtor (26,4%), atingiu 41,8 mil toneladas, um aumento de 2,1% (929 toneladas) frente ao 4º trimestre de 2024.

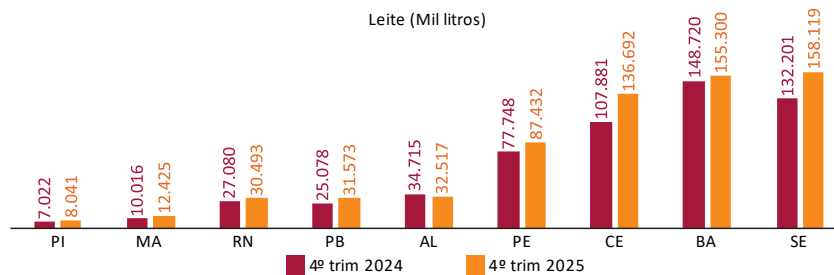
## Produção de Leite

A produção nacional de leite cresceu no 4º trimestre de 2024, com alta de 8,6% na aquisição tanto do leite cru quanto do industrializado. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, pela forte demanda e pela valorização do produto no mercado interno.

No Nordeste, responsável por 8,9% da produção nacional, a captação de leite cru atingiu cerca de 652 milhões de litros. O crescimento de 14,4% superou significativamente a média brasileira (+8,6%), resultando em um acréscimo de 82,1 milhões de litros no 4º trimestre de 2025.

Entre os destaques estaduais em volume adicional, figuram Ceará (+28,8 milhões), Sergipe (+25,9 milhões) e Pernambuco (+9,6 milhões). Em termos de participação regional, Sergipe lidera com 158,1 milhões de litros (24,2%), seguido por Bahia (155,3 milhões; 23,8%) e Ceará (136,6 milhões; 20,9%).

Gráfico 2.4 – Produção de leite - Estados do Nordeste - 4º trimestre de 2024 e 2025

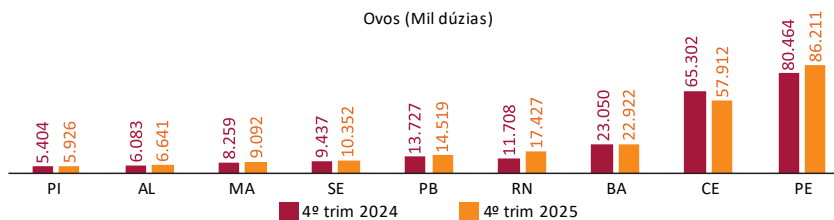


Fonte: IBGE (2026). Elaboração BNB/Etene. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

## Produção de Ovos

A produção nacional de ovos alcançou 1,2 bilhão de dúzias no 4º trimestre de 2025, uma alta de 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. No Nordeste, o volume chegou a 221,9 milhões de dúzias, crescendo 3,1% na mesma base de comparação.

Gráfico 2.5 – Produção de ovos de galinha - Estados do Nordeste - 4º trimestre de 2024 e 2025



Fonte: IBGE (2026). Elaboração BNB/Etene. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

Apesar dos altos custos de produção, a demanda por ovos no Nordeste segue aquecida. Pernambuco consolidou sua liderança regional com um aumento de 5,7 milhões de dúzias em relação ao 4º trimestre de 2024. O estado agora responde por 38,8% da produção regional (86,2 milhões de dúzias), seguido pelo Ceará, que detém 26,1% do mercado (57,9 milhões de dúzias).

## 3 Atividade Industrial

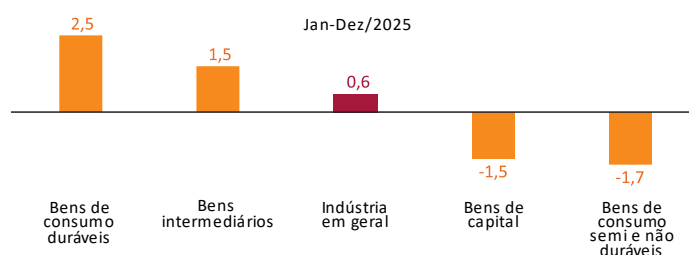
### 3.1 Atividade Industrial Brasil

A produção industrial recuou em dezembro de 2025 (-1,2%), frente ao mês imediatamente anterior. Nesta base de comparação, foi o quarto mês sem crescimento e o mais intenso desde julho de 2024 (-1,5%). Conforme dados do IBGE, com esse resultado, a indústria produziu 0,6% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020), mas ainda está 16,3% abaixo do nível recorde da série histórica, de maio de 2011.

Frente a iguais períodos do ano anterior, observou-se elevação de 0,4% em dezembro de 2025, após recuar em novembro (-1,4%) e outubro (-0,5%), o que levou à redução na taxa referente ao 4º trimestre (-0,5%), único trimestre negativo do ano. Assim, o setor industrial assinalou variação nula no segundo semestre (0,0%), mas, com um primeiro semestre positivo (1,2%), fechou 2025 com avanço de 0,6%.

A taxa anual (0,6%) refletiu o crescimento em apenas 2 das 4 grandes categorias econômicas (Gráfico 3.1): bens de consumo duráveis (2,5%) e bens intermediários (1,5%). O maior dinamismo dos bens duráveis (2,5%) foi impulsionado pela produção de automóveis (3,3%) e motocicletas (12,2%). Já os bens intermediários (1,5%) foram favorecidos por óleos brutos de petróleo e gás natural.

Gráfico 3.1 – Taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) – Brasil –Acumulado de Jan-Dez de 2025 (Base: igual período do ano anterior)

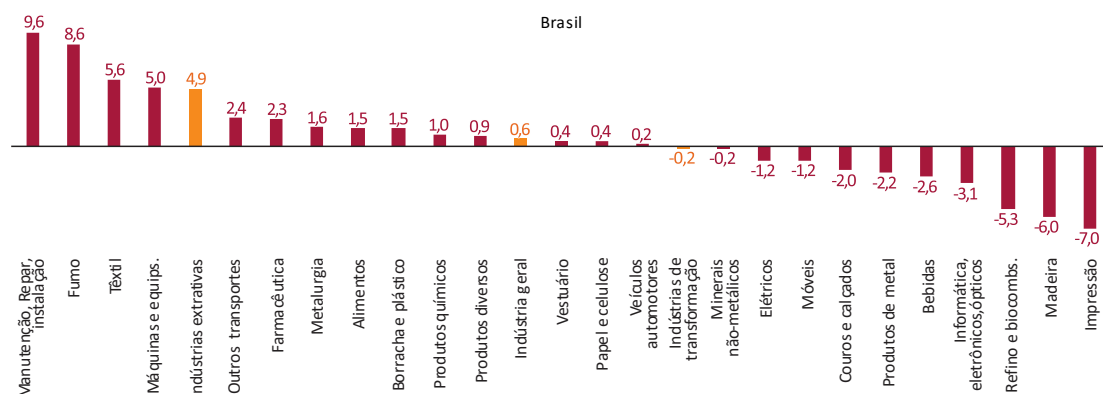


Fonte: IBGE (2026). Elaborado pelo BNB/Etene.

Por outro lado, recuaram bens de capital (-1,5%) e bens de consumo semi e não duráveis (-1,7%). Cabe destacar o arrefecimento nos bens de capital que foram perdendo força ao longo do ano, passando de um crescimento de 4,5% no 1º trimestre, para uma redução (-5,0%) no 4º trimestre. O recuo do setor no fechamento do ano (-1,5%) pode ser explicado pela elevada base de comparação (9,0%, em 2024), e pode ser interpretado como um processo de acomodação. Contudo, merece atenção, diante da sua importância como um termômetro das expectativas da economia. Direcionado à ampliação e modernização da capacidade produtiva nacional, o desempenho desta categoria reflete o planejamento para aumentar a oferta produtiva e, conseqüentemente, gerar emprego e renda, bem como contribuir para um maior equilíbrio nos preços. Porém, quando negativo, aponta para uma menor perspectiva de investimento no país e seus efeitos adversos.

Quanto ao desempenho dos setores e atividades no acumulado do ano (0,6%), houve crescimento na indústria extrativa (4,9%), maior influência positiva, impulsionada, principalmente, pela maior produção de óleos brutos de petróleo e gás natural. Mas redução na indústria de transformação (-0,2%), embora tenha apresentado disseminação de resultados positivos, alcançando 14 de suas 24 atividades (Gráfico 3.2). Esta foi fortemente impactada pela redução em derivados do petróleo e biocombustíveis (-5,3%), pressionados, principalmente, pela menor produção de álcool etílico e óleo diesel.

Gráfico 3.2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Brasil – Acumulado de Jan-Dez de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE (2026). Elaborado pelo BNB/Etene.

### Análise e perspectiva nacional

Ao longo do ano de 2025, foi possível observar o arrefecimento da atividade industrial, que mostrou perda de dinamismo frente a 2024. Note que, a cada trimestre (Tabela 3.1), o resultado do ano vai perdendo força quando comparado a igual período do ano anterior.

Tabela 3.1 – Taxa de crescimento da produção industrial até dezembro (%) – indicadores acumulados de 2024 e 2025 – Brasil (Base: igual período do ano anterior)

Indicadores		2024	2025
Indústria em Geral	1º Tri	2,0	2,0
	2º Tri	3,3	0,6
	3º Tri	3,9	0,5
	4º Tri	3,2	-0,5
	Ano	3,1	0,6
Por categoria econômica	Consumo duráveis	10,7	2,5
	Intermediários	2,5	1,5
	De capital	9,0	-1,5
	Consumo semi e não duráveis	2,5	-1,7
Por sessões	De transformação	3,7	-0,2
	Extrativa	0,0	4,9

Fonte: IBGE (2026). Elaborado pelo BNB/Etene.

O menor dinamismo na comparação anual também foi observado em todas as quatro grandes categorias econômicas (Tabela 3.1), em especial em bens de capital (de 9,0%, para -1,5%) e bens de consumo semi e não-duráveis (de 2,5% para -1,7%). O único ganho de dinamismo anual, nessa categorização de agregados da Tabela 3.1, foi registrado na indústria extrativa, graças à extração de petróleo e gás.

A pesquisa Sondagem Industrial da CNI corrobora com a análise de perda de ritmo. Apontou que o recuo na produção é usual para o mês de dezembro, contudo, em dezembro de 2025, a retração na produção, no emprego e na utilização da capacidade instalada (UCI) foram mais intensas do que em anos anteriores. O índice de produção foi o menor para o mês desde 2018 e o de emprego, o menor para o mês dos últimos três anos. Por seu turno, a UCI foi de 66%, perdendo 4 p.p. na passagem de novembro para dezembro de 2025. Este resultado é o menor para o mês desde 2017 (64%).

No entanto, na avaliação dos empresários, as condições financeiras da indústria tornaram-se menos negativas no quarto trimestre de 2025. Os empresários não registraram mais insatisfação com a situação financeira de suas empresas, cujo índice ultrapassou a linha divisória dos 50 pontos. Adicionalmente, a

percepção de insatisfação com o lucro operacional ficou menos intensa, bem como a dificuldade de acesso ao crédito – muito embora, nesse último, ainda seja bastante considerável. O aumento no preço dos insumos e matérias-primas também se mostrou menos intenso.

Dentre os problemas enfrentados no quarto trimestre, os mais apontados pelos empresários foram os mesmos do trimestre anterior, com mudança apenas de ordem: a elevada carga tributária manteve-se em primeiro lugar, em seguida estão as taxas de juros elevadas e, em terceiro, a demanda interna insuficiente, estas duas últimas, invertendo as posições do trimestre anterior. Esses problemas ocuparam as três primeiras posições do ranking de principais problemas durante todos os trimestres do ano de 2025. Na quarta colocação está a falta ou alto custo de trabalhador qualificado. Destaca-se que o percentual de assinalações desse problema vem crescendo consistentemente desde 2020.

Quanto às expectativas dos industriais para os próximos seis meses, todos os índices apresentaram alta na passagem de dezembro de 2025 para janeiro de 2026, movimento que é usual para o período. O índice de expectativa de demanda por produtos aumentou, passando de alta bastante moderada para uma alta mais expressiva. O índice de expectativa de compra de insumos e matérias-primas apresentou a maior alta no período passando de uma expectativa de redução para uma de avanço nessas aquisições. Já o índice de expectativa de número de empregados registrou aumento e deixou de ser de queda clara do número de empregados para algo mais próximo da estabilidade. O índice de expectativa de quantidade exportada registrou aumento, saindo de uma perspectiva amplamente negativa para ser de manutenção. Apesar da melhoria nos índices de expectativa, o índice de intenção de investimento da indústria registrou leve recuo, mas manteve a perspectiva de aumento para os próximos seis meses.

Previsões de mercado têm sinalizado para maior arrefecimento no ritmo da indústria brasileira em 2026. A elevada taxa de juros, o desaquecimento no mercado de trabalho e conseqüentemente na demanda, e a concorrência de importados deverão afetar o setor, em especial, a indústria de transformação. As “Projeções da Macrométrica”, por exemplo, indicam redução para a indústria de transformação (-0,09%), mas crescimento para a extrativa (4,52%). Em relação às 4 grandes categorias econômicas, preveem taxas relativamente estáveis para bens de consumo duráveis (0,2%), recuo em bens de consumo não duráveis (-0,36%) e de bens intermediários (-0,23%), e avanço moderado para bens de capital (0,79%).

### 3.2 Atividade Industrial Nordeste

No mês de dezembro, a indústria do Nordeste recuou (Tabela 3.2), tanto em relação ao mês anterior (-5,1%), quanto em relação a dezembro de 2024 (-4,4%). Estes resultados contribuíram para uma taxa negativa no 4º trimestre do ano (-0,6%), revertendo o crescimento de 1,6% do 3º trimestre. O menor dinamismo foi observado também no fechamento de 2025 (-0,8%), após avançar 2,6% em 2024. Em quase todas estas comparações, o desempenho do Nordeste ficou aquém da indústria do país que também assinalou desaceleração, mas fechou o ano no azul (0,6%), após crescer 3,1% em 2024.

Tabela 3.2 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – Mês de referência: dezembro de 2025 (Base: várias bases de comparação)

Locais	Dez 2025/ Nov 2025	Dez 2025/ Dez 2024	1T/25	2T/25	3T/25	4T/25	Acumulado Jan-Dez
Brasil	-1,2	0,4	2,0	0,6	0,5	-0,5	0,6
Nordeste	-5,1	-4,4	-4,2	-0,2	1,6	-0,6	-0,8

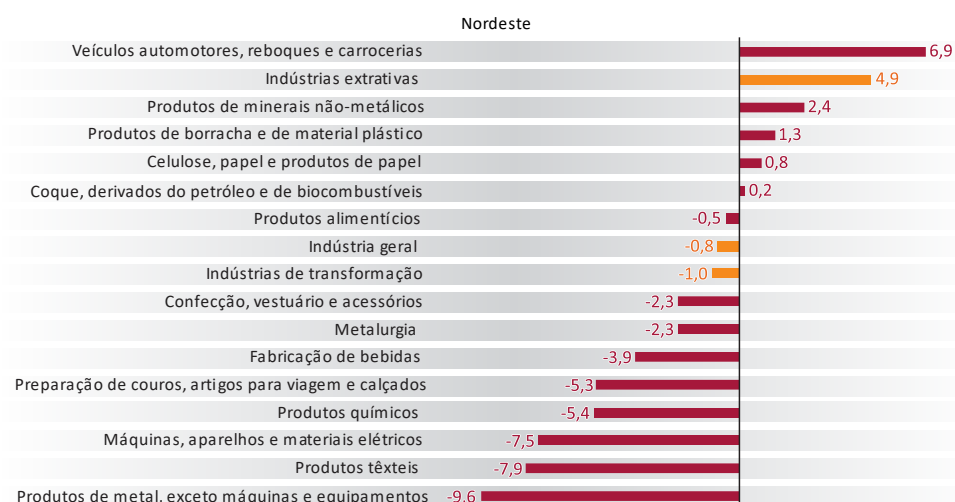
Fonte: IBGE (2026). Elaborado pelo BNB/Etene.

Comparando com a dinâmica exatamente anterior à pandemia, a defasagem industrial da Região tem se mostrado intensa. Em dezembro de 2025, a indústria do Nordeste produziu 20,6% a menos do que produziu em fevereiro de 2020. Já em âmbito nacional, a produção superou o patamar mencionado, produzindo 0,6% a mais do que o observado em fevereiro de 2020. Estes dados de defasagem podem ser emblemáticos para ilustrar o baixo ritmo da atividade industrial do Nordeste frente ao nacional. Esta, no mínimo, recuperou seu nível de produção pré-crise, enquanto a indústria local continua longe de seu potencial.

Cabe destacar que a maioria dos locais pesquisados pelo IBGE ficaram no positivo no acumulado do ano até dezembro (10 dos 18 locais divulgados). Dentre os locais divulgados da Região, apenas a Bahia (0,3%) figurou nesse grupo. O recuo no Nordeste (-0,8%) representou a sétima menor taxa do país e refletiu o baixo dinamismo da maioria de seus estados individuais.

Dentre as seções e atividades regionais (Gráfico 3.3), houve crescimento na indústria extrativa (4,9%), mas disseminação de resultados negativos na indústria de transformação (-1,0%), atingindo 9 das 14 atividades pesquisadas. Destacaram-se: produtos químicos (-5,4%), couro e calçados (-5,3%), produtos de metal (-9,6%) e alimentos (-1,5%). O avanço mais expressivo foi observado em veículos automotores (6,9%).

Gráfico 3.3 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – Acumulado janeiro-dezembro de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE (2026). Elaborado pelo BNB/Etene.

### Análise e perspectiva regional (Nordeste)

Os dados da pesquisa Sondagem Industrial da CNI auxiliam a complementar a avaliação do desempenho da indústria local. Corroborando com a percepção de redução no ritmo de atividade, aponta que, na passagem de novembro para dezembro de 2025 - com um índice mais distante da linha divisória dos 50 pontos - houve queda no número de empregados, de forma mais intensa do que no mês anterior. Esta acompanhou a redução da utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria do Nordeste que perdeu 4 p.p. e ficou abaixo de 70% (passou de 73% para 69%, de novembro para dezembro).

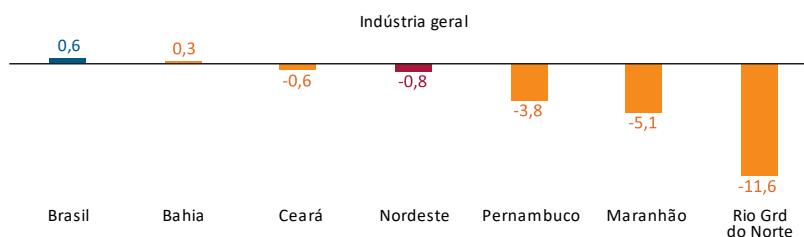
Apesar desses recuos, na avaliação trimestral, os empresários da Região passaram a relatar satisfação com a situação financeira. Na passagem do 3º trimestre para o 4º trimestre, o índice superou a linha dos 50 pontos, passando de 49,2 para 51,2 pontos. Por outro lado, se mostraram mais intensas, as insatisfações com o lucro operacional e com a dificuldade de acesso ao crédito, que ficaram mais abaixo da linha divisória no período. Quanto a percepção dos empresários sobre o preço dos insumos e matérias-primas, a queda do índice, embora ainda acima dos 50 pontos, aponta para uma alta de preços menos intensa e disseminada do que no trimestre anterior.

Para os próximos 6 meses, dois dos quatro índices de expectativa dos empresários do Nordeste expressaram otimismo em janeiro de 2026, com ganhos de intensidade (ainda mais acima dos 50 pontos): expectativa de demanda e expectativa de compras de matérias-primas. Já os índices de expectativa de exportação e de número de empregados revelaram pessimismo desde o mês anterior. Por seu turno, a intenção de investimento se mantém positiva e vem ganhando intensidade, passando de 61,2 pontos para 62,1 pontos, de dezembro de 2025 para janeiro de 2026.

### 3.3 Atividade Industrial nos Estados do Nordeste

Conforme mencionado, no fechamento do ano de 2025, a indústria nacional registrou aumento em 10 dos 18 locais pesquisados pelo IBGE. Dentre os 5 estados do Nordeste divulgados pela pesquisa, apenas Bahia (0,3%) avançou (Gráfico 3.4). Além deste, somente o Ceará (-0,6%) superou a média da Região (-0,8%) que foi puxada por Pernambuco (-3,8%), Maranhão (-5,1%) e Rio Grande do Norte (-11,6%) que figuraram entre as cinco menores taxas do País.

Gráfico 3.4 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil, Nordeste e estados do Nordeste – Acumulado janeiro-dezembro de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE (2026). Elaborado pelo BNB/Etene.

Avaliando o dinamismo das atividades industriais em cada estado, cabe destacar que, assim como na média regional, o desempenho da cadeia produtiva do petróleo e gás teve papel crucial nos resultados estaduais, seja positivo, seja negativamente.

O Ceará (-0,6%) apresentou variações setoriais intensas ao longo de 2025. Com dados divulgados apenas para indústria de transformação (-0,6%), recuou em 5 de suas 11 atividades (Tabela 3.3): máquinas e aparelhos elétricos (-34,2%), têxtil (-12,1%), vestuário (-6,5%), bebidas (-8,1%) e refino e biocombustível (-6,0%). Foram parcialmente compensados por alimentos (5,7%), químicos (23,0%) e metalurgia (22,1%).

A indústria de Pernambuco (-3,8%) também com dados divulgados apenas para a indústria de transformação (-3,8%), teve disseminação de resultados negativos, atingindo 9 de suas 12 atividades (Tabela 3.3). Porém, foi principalmente impactada pela redução em refino e biocombustíveis (-12,8%) e, em menor medida, por outros transportes (-69,0%). Por outro lado, cabe destacar o desempenho do setor de veículos automotores que cresceu 7,0% e representou a principal influência positiva no estado. Este resultado foi crucial para o desempenho regional do setor (6,9%).

Tabela 3.3 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades – Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste – Acumulado de janeiro-dezembro de 2025 (Base: igual período do ano anterior).

	Brasil	Nordeste	Maranhão	Ceará	Rio Grd do Norte	Pernambuco	Bahia
<b>Indústria geral</b>	<b>0,6</b>	<b>-0,8</b>	<b>-5,1</b>	<b>-0,6</b>	<b>-11,6</b>	<b>-3,8</b>	<b>0,3</b>
<b>Indústrias extrativas</b>	<b>4,9</b>	<b>4,9</b>	<b>-58,5</b>	<b>-</b>	<b>12,3</b>	<b>-</b>	<b>-0,5</b>
<b>Indústrias de transformação</b>	<b>-0,2</b>	<b>-1,0</b>	<b>0,7</b>	<b>-0,6</b>	<b>-13,2</b>	<b>-3,8</b>	<b>0,3</b>
Produtos alimentícios	1,5	-0,5	4,3	5,7	5,9	-1,4	-0,9
Bebidas	-2,6	-3,9	-4,8	-8,1	-	-0,4	-3,9
Produção de fumo	8,6	-	-	-	-	-	-
Produtos têxteis	5,6	-7,9	-	-12,1	-	-	-
Confecção de vestuário e acessórios	0,4	-2,3	-	-6,5	46,2	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-2,0	-5,3	-	1,2	-	-	-12,3
Celulose, papel e produtos de papel	-6,0	0,8	-0,2	-	-	1,6	1,0
Coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis	0,4	0,2	-	-6,0	-23,2	-12,8	5,1
Produtos químicos	-7,0	-5,4	-	23,0	-	-5,5	-8,2
Produtos de borracha e de material plástico	-5,3	1,3	-	-	-	-3,5	-1,7

	Brasil	Nordeste	Maranhão	Ceará	Rio Grd do Norte	Pernambuco	Bahia
Produtos de minerais não metálicos	1,0	2,4	0,0	0,0	-	-4,2	5,5
Metalurgia	2,3	-2,3	0,8	22,1	-	-3,1	-1,4
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,5	-9,6	-	0,4	-	-15,8	-
Máquinas, aparelhos, materiais elétricos	-0,2	-7,5	-	-34,2	-	6,6	11,5
Máquinas e equipamentos	1,6	-	-	-	-	-	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-2,2	6,9	-	-	-	7,0	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-3,1	-	-	-	-	-69,0	-

Fonte: IBGE (2026). Elaborado pelo BNB/Etene.

Por outro lado, o setor de refino e biocombustível foi também o principal impulsionador do único resultado estadual positivo da Região, em 2025 (Tabela 3.3). A indústria da Bahia (0,3%) avançou graças à forte influência positiva dessa atividade (5,1%), já que registrou taxa negativa em 6 das 10 atividades de sua indústria de transformação (0,3%), incluindo importantes segmentos de sua estrutura produtiva: produtos químicos (-8,2%), couro e calçados (-12,3%) e alimentos (-0,9%).

Na indústria do Rio Grande do Norte (-11,6%), o segmento de derivados do petróleo (-23,2%) foi também o principal responsável pela retração, já que registrou crescimento em todas as demais atividades na taxa acumulada (Tabela 3.3). Destaque para a Indústria extrativa (12,3%), que cresceu apenas neste estado do Nordeste, impulsionada por sal associado à extração e gás natural, e influenciou o resultado da Região (4,9%).

A indústria do Maranhão (-5,1%) assinalou avanço na indústria de transformação (0,7%), sob influência dos produtos alimentícios (4,3%). Contudo, foi principalmente impactada pela indústria extrativa (-58,9%), em especial, pela retração em minérios de ferro pelletizados ou sintetizados.

### Análise e perspectiva dos estados do Nordeste

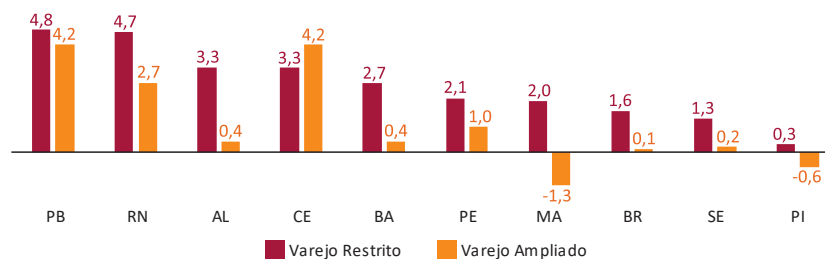
A indústria em geral do Nordeste (-0,8%) e de todos os seus estados tiveram desempenho inferior ao nacional (0,6%), em 2025. A Região apresentou disseminação de resultados setoriais negativos, comportamento observado também na maioria de seus estados. Nestes, a atividade industrial se mantém pouco diversificada, dependente de segmentos tradicionais, com forte influência da cadeia do petróleo e derivados, e com desempenho muito aquém de seu potencial. Para se ter uma ideia, a produção regional, em dezembro de 2025, foi 20,6% menor do que a realizada em fevereiro de 2020 (mês anterior à pandemia). Este resultado foi o segundo menor do País, superando apenas a Bahia (-27,1%). No Ceará, este percentual foi de -11,7%, o quarto menor. Nesta avaliação, apenas Pernambuco se destacou positivamente, produzindo 6,0% a mais. Na mesma comparação, a média do país foi 0,6% superior.

Previsões do desempenho industrial para 2026, continuam refletindo uma expectativa de baixo dinamismo, alinhada aos dados e às perspectivas conjunturais do País, apresentados até o momento. Projeções da Macrométrica, por exemplo, indicam desaceleração generalizada para todos os estados pesquisados do Nordeste em 2026: Bahia (-0,14%), Ceará (-1,01%) e Pernambuco (-0,07%).

## 4 Varejo

O volume de vendas do Comércio Varejista restrito no Brasil cresceu 1,6% no acumulado do ano de 2025 na comparação com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 4.1), segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 4.1 – Variação (%) do volume de varejo restrito e ampliado – Brasil e Área de Atuação do Banco do Nordeste – Acumulado Dezembro 2025/2024



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2026). Elaboração BNB/Etene.

No Comércio Varejista Ampliado que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças, Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas apresentou queda de -0,1% na mesma comparação. Dentre os grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, os maiores crescimentos foram verificados em eletrodomésticos (+7,5%) (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados Acumulado Dezembro de 2025/2024.

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
<b>Comércio varejista</b>	<b>1,6</b>	<b>3,3</b>	<b>2,1</b>	<b>2,7</b>
Combustíveis e lubrificantes	0,6	8,0	-3,6	2,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,8	0,7	1,8	2,2
<i>Hipermercados e supermercados</i>	1,1	0,8	0,8	3,9
Tecidos, vestuário e calçados	1,3	5,2	0,1	-3,5
Móveis e eletrodomésticos	4,5	0,0	10,2	3,5
<i>Móveis</i>	-4,3	-0,1	0,3	-2,0
<i>Eletrodomésticos</i>	7,5	1,6	13,2	8,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,5	9,8	-0,9	8,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,9	-1,1	1,2	-17,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	4,1	-12,6	-3,7	28,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,2	6,8	8,2	-0,1
<b>Comércio varejista ampliado</b>	<b>0,1</b>	<b>4,2</b>	<b>1,0</b>	<b>0,4</b>
Veículos, motocicletas, partes e peças	-2,9	5,4	-2,9	5,0
Material de construção	-0,2	1,2	0,6	-1,2
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,3	8,6	2,9	-13,4

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2026). Elaboração BNB/Etene.

Considerando os estados pertencentes ao Nordeste, todas as unidades registraram crescimento no volume de vendas no comércio varejista restrito no acumulado do ano de 2025 na comparação com o mesmo período do ano anterior: Paraíba (+4,8%), Rio Grande do Norte (+4,7%), Alagoas (+3,3%), Ceará (+3,3%), Bahia (+2,7%), Pernambuco (+2,1%), Maranhão (+1,7%), Bahia (+2,0%), Sergipe (+1,3%) e Piauí (+0,3%).

Dentre os três estados Nordeste no qual são analisadas as atividades, os destaques positivos foram em Eletrodomésticos (+13,2%) em Pernambuco e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação na Bahia (+28,3%).

A última atualização da Pesquisa Mensal do Comércio ocorreu em 2017 tendo como referência a pesquisa Anual do Comércio de 2014. Na ocasião, segundo o IBGE, foram selecionadas 6157 empresas. Nos anos seguintes foram identificadas necessidades por novas informações decorrentes de mudanças na economia e defasagem das bases amostrais. No setor de comércio, foi identificada pelo Instituto a necessidade de ampliação do âmbito da pesquisa para englobar informações referentes ao segmento de Atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, os atacarejos. Até então não eram investigadas as receitas dos supermercados classificados como comércio atacadista e uma parte importante de vendas nesse segmento não era identificada.

O comércio varejista com o resultado índice de 108,3 em dezembro de 2025, completa o quarto ano consecutivo com ganhos e desempenho superior a 2021, pós pandemia. Na análise da série histórica do número índice de setembro (2014-2025), o ano de 2025 perde um pouco de força em sua trajetória ascendente. Tal situação é resultado do aumento das taxas de juros, justificado pela necessidade de controle da inflação. No entanto, verifica-se ainda, crescimento sustentado desde 2023, ano da completa reabertura da economia e suspensão quase que total das barreiras sanitárias devido a pandemia do Covid-19. Em 2025, assim como em 2024, o crescimento foi sustentado pelo aumento do crédito, da renda e altos níveis de emprego.

Observou-se uma mudança de foco de consumo nos últimos meses que passa de um cenário de orçamento mais restrito, concentrado em produtos básicos, para um momento com mais espaço para que haja consumo de outros tipos de produtos. Tal cenário em 2024 teve relação com o aumento do crédito, assim como crescimento da massa de rendimento real e da população ocupada. Com o aumento dos juros e da inflação, esse crescimento em 2025, foi mais moderado.

Gráfico 2 – Variação (%) acumulada do volume de vendas do Comércio Varejista - Brasil – Número índice dezembro 2014 a 2025.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC

### Sobre a pesquisa

A PMC produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no país, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista.

Iniciada em 1995, a PMC traz resultados mensais da variação do volume e receita nominal de vendas para o comércio varejista e comércio varejista ampliado (automóveis e materiais de construção) para o Brasil e Unidades da Federação. Os resultados podem ser consultados no Sidra.

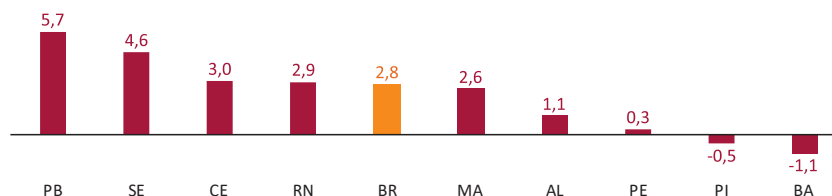
### Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Comércio - PMC.

## 5 Serviços

O volume de serviços no Brasil registrou crescimento de 2,8% na comparação do acumulado de 2025 com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 5.1). O resultado foi divulgado pelo IBGE por meio da Pesquisa Mensal de Serviços.

Gráfico 5.1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e Estados selecionados – acumulado 2025/2024



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços Elaboração – PMS (2026). Elaboração: BNB/Etene.

O resultado foi influenciado pelo crescimento verificado em todos os grupos pesquisados, são eles: Serviços prestados às famílias (+1,1%), Serviços de informação e comunicação (+5,5%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (+2,6%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+2,3%), com exceção de Outros serviços que teve resultado negativo (-0,5%) na mesma comparação.

Destaca-se o resultado de Serviços de Tecnologia da Informação com crescimento de 12,2% e Transporte Aéreo com variação positiva de 15,6%.

Na análise estadual, registrou-se crescimento acima do resultado nacional (+2,8%) em quatro estados do Nordeste, a saber: Paraíba (+5,7%), Sergipe (+4,6%), Ceará (3,0%) e Rio Grande do Norte (+2,9%). Ainda com resultados positivo tem-se Maranhão (+2,6%), Alagoas (+1,1%) e Pernambuco (+0,3%). Os estados com resultado negativo sob a mesma comparação foram: Piauí (-0,5%) e Bahia (-1,1%).

Tabela 1 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Brasil e Estados selecionados <sup>(1)</sup>

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
<b>Serviços prestados às famílias</b>	<b>1,1</b>	<b>2,4</b>	<b>-1,2</b>	<b>-2,2</b>
Serviços de alojamento e alimentação	1,6	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-1,8	-	-	-
<b>Serviços de informação e comunicação</b>	<b>5,5</b>	<b>1,9</b>	<b>0,5</b>	<b>-0,4</b>
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	6,2	-	-	-
Telecomunicações	0,4	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	12,2	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	0,3	-	-	-
<b>Serviços profissionais, administrativos e complementares</b>	<b>2,6</b>	<b>-3,7</b>	<b>-2,0</b>	<b>3,0</b>
Serviços técnico-profissionais	3,9	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	1,6	-	-	-
<b>Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio</b>	<b>2,3</b>	<b>6,8</b>	<b>2,1</b>	<b>-3,7</b>
Transporte terrestre	1,4	-	-	-
Transporte aquaviário	-0,4	-	-	-
Transporte aéreo	15,6	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	0,4	-	-	-
<b>Outros serviços</b>	<b>-0,5</b>	<b>19,6</b>	<b>0,2</b>	<b>5,7</b>
<b>Total</b>	<b>2,8</b>	<b>3,0</b>	<b>0,3</b>	<b>-1,1</b>

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços Elaboração – PMS (2026). Elaboração: BNB/Etene. Notas (1): Variação % do acumulado 2025/2024. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

## BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2025

O IBGE analisa o desempenho das atividades apenas em três, dentre os nove estados pertencentes à área de atuação do BNB, onde os destaques positivos foram verificados em Outros Serviços no Ceará (+19,6%) e na Bahia com (+5,7%) de crescimento.

Conforme o Gráfico 5.2, o Setor de Serviços apresenta crescimento desde 2020 com o pico da série em 2025, mas com perda de força comparado com 2021 e 2022.

Gráfico 5.2 – Índice do Volume de Serviços – Brasil – dezembro 2014 a 2025 (2022=100).



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços Elaboração – PMS (2026). Elaboração: BNB/Etene.

A tendência mostra crescimento mais suave com preocupações sobre o cenário internacional e indicadores econômicos nacionais a exemplo da inflação, que fez com que o Banco central elevasse a taxa básica de juros. O setor continua com níveis acima do período pré e pós pandemia. O Setor continua resiliente tendo como um dos principais fatores para esse resultado a situação de quase pleno emprego verificada no país.

## 6 Turismo

O setor de turismo internacional registrou incremento no número de chegadas de turistas de 4%, em 2025 ante 2024, segundo dados divulgados na publicação Barômetro Mundial do Turismo (World Tourism Barometer), da ONU Turismo. Em 2025, 1.523,4 milhões de turistas viajaram para o exterior, incremento de 60 milhões de turistas, frente ao ano anterior. Segundo a publicação, esses resultados foram impulsionados pela forte demanda, pelo desempenho robusto dos grandes mercados emissores globais, bem como pela recuperação contínua dos destinos na Ásia e no Pacífico. O aumento da conectividade aérea e a facilitação de vistos também contribuíram para o crescimento das viagens internacionais.

Por região, a África registrou um aumento de 7,8% no número de chegadas de turistas, no ano de 2025, relativamente a 2024, participando com 5,3% (81,3 milhões) do total de chegadas. A Europa (52,1% do total – 793,5 milhões de turistas) registrou crescimento de 3,8%. O Oriente Médio respondeu por 6,6% (99,8 milhões) registrou crescimento de 3,3%. Ásia e Pacífico receberam 330,7 turistas (21,7% do total), aumento de 6,3%. Nas Américas, o incremento foi de 0,6% com 218,1 milhões de chegadas (14,3%). Nas sub-regiões das Américas, os resultados apresentados foram: América do Sul (+2,0%), América do Norte (+8,9%), América Central (+0,9%) e Caribe (+2,6%).

O Brasil se destacou por ter registrado o maior crescimento no número de chegadas de visitantes estrangeiros entre os principais destinos internacionais. Segundo dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), 9.287,2 mil de turistas internacionais desembarcaram em destinos brasileiros no acumulado de 2025 (Tabela 6.1), um aumento expressivo de 37,1% em relação ao acumulado de 2024.

A Argentina lidera como principal emissor de turistas ao Brasil, com 3.386.823 visitantes, em 2025. Em segundo lugar, está o Chile com a emissão de 801.921 mil turistas, seguido dos Estados Unidos (759.637 visitantes), Paraguai (528.554) e Uruguai (524.729). Juntos representaram 64,6% do total da chegada de turistas internacionais.

São Paulo liderou a recepção de turistas estrangeiros com 2.753.869 visitantes, seguido do Rio de Janeiro com 2.196.443 e Rio Grande do Sul, que recebeu 1.535.806 turistas. Juntos responderam por quase 70% do total de visitantes. No Nordeste, os destaques foram nos estados da Bahia (211.539 turistas), Ceará (115.735) e Pernambuco (113.273) que registraram crescimento de 47,3%, 19,5% e 60,2%, respectivamente, no número de visitantes estrangeiros.

Tabela 6.1 – Chegadas internacionais de turistas - Brasil e Estados selecionados – Jan – dez/2025

Unidade Territorial (portão de entrada)	Acumulado no ano		Variação (%)
	jan-dez/2024	jan-dez/2025	
<b>Brasil</b>	<b>6.773.619</b>	<b>9.287.196</b>	<b>37,1</b>
Alagoas	16.124	16.806	4,2
Bahia	143.605	211.539	47,3
Ceará	96.882	115.735	19,5
Maranhão	5	39	680,0
Paraíba	344	992	188,4
Pernambuco	70.686	113.273	60,2
Rio Grande do Norte	25.919	32.393	25,0

Fonte: Embratur. Disponível em: <https://embratur.com.br/para-o-trader/inteligencia-de-dados/paineis-de-dados/chegadas-internacionais/>. Acesso em: 13 fev. 2026. Elaboração: BNB/Etene/CGIE.

Com relação a receita do turismo internacional, no acumulado do ano de 2025, os turistas injetaram US\$ 6,04 bilhões no País, segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), em despesas como hospedagem, alimentação, transporte, lazer e compras, crescimento de 7,1%, relativamente ao acumulado de 2024 (Tabela 6.2).

Tabela 6.2 – Brasil - Receitas turísticas nominais mensais (em US\$ milhões) – 2024 e 2025

Mês	Ano	
	2024	2025
Janeiro	800,6	805,0
Fevereiro	673,2	823,1
Março	591,7	772,6
Abril	619,6	693,3
Mai	522,8	553,2
Junho	500,3	539,3
Julho	614,7	696,4
Agosto	555,2	564,6
Setembro	530,3	595,6
Outubro	595,9	573,5
Novembro	615,7	560,2
Dezembro	720,8	687,8

Fonte: Embratur. Disponível em: <https://embratur.com.br/para-o-trader/inteligencia-de-dados/paineis-de-dados/receitas-turisticas/>. Acesso em: 26 jan. 2026. Elaboração: BNB/ETene/CGIE.

Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o desembarque de turistas internacionais e domésticos nos aeroportos brasileiros alcançou 115.362.301 passageiros, crescimento de 9,0%, no período em análise (Tabela 6.3).

A movimentação doméstica representou 87,7% do total (101.191.140 passageiros), registrando crescimento de 8,4%, em 2025 frente 2024. Já o número de chegadas internacionais (14.171.161 passageiros) nos aeroportos brasileiros apresentou crescimento mais expressivo de 13,6%.

A região Sudeste concentrou 55,0% (63.486.420 passageiros) do total desembarques no País, em 2025, incremento de 8,7% ante 2024. Os desembarques domésticos representaram 81,4% do total, somando 51.679.489 passageiros, registrando crescimento de 8,2%, nesse período comparativo. Já os desembarques internacionais, na região Sudeste, cresceram 10,9% (11.806.931 passageiros).

Tabela 6.3 – Desembarque de passageiros em aeroportos, por natureza - Brasil e Regiões - Jan-dez/2025/2024

Unidade Territorial (aeroporto de destino)	Doméstico			Internacional		
	jan-dez/2024	jan-dez/2025	Variação (%)	jan-dez/2024	jan-dez/2025	Variação (%)
<b>Brasil</b>	<b>93.378.987</b>	<b>101.191.140</b>	<b>8,4</b>	<b>12.474.772</b>	<b>14.171.161</b>	<b>13,6</b>
Centro-oeste	11.263.846	12.071.417	7,2	347.792	431.813	24,2
Nordeste	18.536.778	19.510.672	5,3	669.900	838.260	25,1
Norte	5.241.609	5.367.717	2,4	157.661	177.150	12,4
Sudeste	47.747.323	51.679.489	8,2	10.646.969	11.806.931	10,9
Sul	10.589.431	12.561.845	18,6	652.450	917.007	40,5

Fonte: ANAC. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: 26 jan. 2026. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.

Nota: Os dados de desembarques de passageiros internacionais incluem residentes e não-residentes no Brasil e conexões.

A região Nordeste respondeu por 17,6% (20.348.932 passageiros) do total dos desembarques no País, aumento de 5,9%. Os desembarques domésticos representaram 95,9% deste total, somando 19.510.672 passageiros, incremento de 5,3%. Bahia (28,1%), Pernambuco (25,8%) e Ceará (16,2%) responderam por 70,1% do total dos desembarques domésticos na Região. (Tabela 6.4), registrando crescimento de 6,3%, 0,4% e 8,7%, respectivamente.

## BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2025

Quanto aos desembarques internacionais, a Região recebeu 838.260 passageiros (4,1% do total) nos aeroportos nordestinos, apresentando crescimento de 25,1%, no período em foco. Bahia (35,4%), Pernambuco (29,0%) e Ceará (26,8%) responderam por 91,2% deste total, registrando crescimento de 32,7%, 39,7% e 8,7%, respectivamente.

Tabela 6.4 – Desembarque de passageiros em aeroportos, por natureza - Nordeste e Estados -Jan-dez/2025/2024

Unidade Territorial (aeroporto de destino)	Doméstico			Internacional		
	jan-dez/2024	jan-dez/2025	Varição (%)	jan-dez/2024	jan-dez/2025	Varição (%)
<b>Nordeste</b>	<b>18.536.778</b>	<b>19.510.672</b>	<b>5,3</b>	<b>669.900</b>	<b>838.260</b>	<b>25,1</b>
Alagoas	1.295.165	1.428.588	10,3	19.934	22.447	12,6
Bahia	5.150.698	5.473.204	6,3	223.380	296.410	32,7
Ceará	2.901.463	3.153.229	8,7	207.010	224.935	8,7
Maranhão	955.747	1.082.436	13,3	0	0	-
Paraíba	907.308	997.360	9,9	276	1.307	373,6
Pernambuco	5.011.026	5.032.016	0,4	173.926	242.976	39,7
Piauí	541.947	547.845	1,1			-
Rio Grande do Norte	1.144.578	1.125.507	-1,7	45.374	50.185	10,6
Sergipe	628.846	670.487	6,6			-

Fonte: ANAC. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: 26 jan. 2026. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.

Notas: (...) Estado não recebeu vôo internacional. Os dados de desembarques de passageiros internacionais incluem residentes e não-residentes no Brasil e conexões.

O setor turismo também pode ser analisado pelo volume das atividades turísticas, medido pelo Índice de Atividades Turísticas (IATUR), divulgado na Pesquisa Mensal de Serviços realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O índice de atividades turísticas (IATUR) no Brasil apresentou variação positiva de 0,1%, em dezembro de 2025 ante dezembro de 2024. No comparativo dezembro/25 frente ao mês imediatamente anterior, o índice de volume registrou expansão de 0,2%, quinto resultado positivo seguido (Tabela 6.5).

Tabela 6.5 – Indicadores de volume das atividades turísticas - Brasil e Estados selecionados – Jan-dez/2025 - Variação (%)

Unidade Territorial	Mês/mês anterior <sup>1</sup>			Mês/mesmo mês do ano anterior			Acumulado no ano 2		
	out/2025	nov/2025	dez/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025
<b>Brasil</b>	<b>1,1</b>	<b>0,5</b>	<b>0,2</b>	<b>2,0</b>	<b>2,7</b>	<b>0,1</b>	<b>5,3</b>	<b>5,1</b>	<b>4,6</b>
Ceará	3,2	-1,8	-0,7	5,8	5,4	2,0	8,1	7,9	7,3
Rio Grande do Norte	2,4	-1,9	-5,4	2,7	0,9	-5,7	5,2	4,8	3,8
Pernambuco	0,6	0,9	-2,7	1,4	4,3	-1,1	3,7	3,8	3,3
Alagoas	1,4	2,0	-4,8	1,0	3,9	-1,7	0,4	0,7	0,5
Bahia	0,6	2,1	-2,5	3,9	5,9	0,4	7,4	7,3	6,6

Fonte: IBGE/PMS. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8694>. Acesso em: 13 fev. 2025. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.

Notas: 1 com ajuste sazonal; 2 em relação ao mesmo período do ano anterior; 3 em relação ao período anterior de 12 meses.

Observação: O Índice de Atividades Turísticas – IATUR é construído através do agrupamento das seguintes atividades: Alojamento e alimentação; Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer; Locação de automóveis sem condutor; Agências de viagens e operadoras turísticas; Transportes turísticos (Transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; Trens turísticos, teleféricos e similares; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; Outros transportes aquaviários e Transporte aéreo de passageiros).

No acumulado de janeiro a dezembro de 2025, frente a igual período de 2024, o volume das atividades turísticas do País aumentou 4,6%, comparativamente ao acumulado de 2024. Segundo o IBGE, esse resultado foi impulsionado, sobretudo, pelos aumentos de receita obtidos por empresas dos ramos de transporte aéreo de passageiros; serviços de bufê; serviços de reservas relacionados a hospedagens; e hotéis.

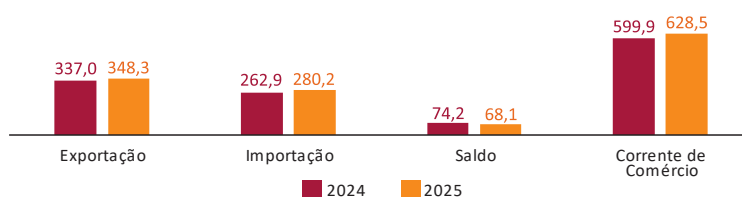
Nos estados pesquisados pelo IBGE da Região Nordeste, Ceará (+7,3%), Bahia (+6,6%), Rio Grande do Norte (+3,8%), Pernambuco (+3,3%) e Alagoas (+0,5%) apresentaram desempenhos positivos, nesse período.

## 7 Comércio Exterior

### 7.1 Balança comercial do Brasil

O ano de 2025 foi marcado pelas oscilações dos preços das commodities, da taxa de câmbio, culminando com a valorização do real, pelos conflitos geopolíticos e pela agressiva política tarifária do governo Trump. Apesar desse cenário repercutir no comércio externo brasileiro, a balança comercial acumulou superávit de US\$ 68,07 bilhões, terceiro maior da série histórica, porém, 8,6% inferior ao de 2024. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC), as exportações do País somaram US\$ 348,28 bilhões, registrando acréscimo, em valores, de 3,3%. As importações totalizaram US\$ 280,21 bilhões, aumento de 6,6%, ante 2024. A corrente de comércio somou US\$ 628,49 bilhões, aumento de 4,8% sobre o ano passado. (Gráfico 7.1).

Gráfico 7.1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio –2025/2024 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 27/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 7.1) mostra que, no acumulado de 2025, o setor Agropecuário, responsável por 22,3% (US\$ 77,61 bilhões) das vendas externas, registrou aumento de 7,1% (+US\$ 5,13 bilhões), comparativamente ao acumulado do ano anterior. Os cinco principais produtos do setor foram: Soja (56,1% de participação), Café não torrado (19,2%), Milho (11,0%), Algodão em bruto (6,4%) e Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (1,8%). Juntos respondem por 94,4% das vendas do setor. Registraram crescimento as exportações de Soja (+1,4%, +US\$ 0,59 bilhão), Café não torrado (+31,1%, +US\$ 3,53 bilhões), Milho (+4,9%, +US\$ 0,40 bilhão) e Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+12,9%, +US\$ 0,16 bilhão). Por outro lado, as vendas Algodão em bruto (-4,4%, -US\$ 0,23 bilhão) decresceram.

A Indústria Extrativa, com 23,1% (US\$ 80,32 bilhões) de participação nas exportações totais do País, registrou leve retração nas vendas de 0,9% (-US\$ 0,71 bilhão), nesse período comparativo, devido à queda nos preços internacionais. Os principais produtos do setor, Óleos brutos de petróleo (55,4% do total) e Minério de ferro e seus concentrados (36,1%) registraram queda de 1,0% (-US\$ 0,43 bilhão) e 3,0% (-US\$ 0,88 bilhão).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 188,41 bilhões (54,1% do total), no período, apresentando crescimento de 3,7% (+US\$ 6,64 bilhões). Registraram crescimento, dentre outros, Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+42,5%, +US\$ 4,95 bilhões), Ouro, não monetário (+66,1%, +US\$ 2,62 bilhões) e Veículos automotores de passageiros (+37,2%, +US\$ 1,60 bilhão). Por outro lado, decresceram as exportações de Açúcares e melaços (-24,1%, -US\$ 4,49 bilhões), Farelos de soja e outros alimentos para animais (-16,9%, -US\$ 1,76 bilhão), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (-11,3%, -US\$ 1,31 bilhão), etc.

Tabela 7.1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - 2025/2024 - US\$ bilhões FOB

Atividade Econômica	2025		2024		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	77,6	22,3	72,5	21,5	7,1
Indústria Extrativa	80,3	23,1	81,0	24,0	-0,9
Indústria de Transformação	188,4	54,1	181,8	53,9	3,7
Outros Produtos	1,9	0,6	1,8	0,5	9,8
<b>TOTAL</b>	<b>348,3</b>	<b>100,0</b>	<b>337,0</b>	<b>100,0</b>	<b>3,3</b>

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 27/02/2026). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

## BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2025

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 44,7% do total das vendas externas, em 2025: China (28,7%), Estados Unidos (10,8%) e Argentina (5,25%). Relativamente a 2024, a China (+5,9%, +US\$ 5,57 bilhões) e Argentina (+31,4%, +US\$ 4,33 bilhões) aumentaram suas aquisições, compensando a queda de 6,7% (-US\$ 2,69 bilhões) registrada pelos Estados Unidos.

Do lado das importações brasileiras, apenas a categoria Combustíveis e lubrificantes (9,7% do total, US\$ 27,32 bilhões) apresentou retração nas aquisições, no período em análise (Tabela 7.2). A queda de 9,0% (-US\$ 2,69 bilhões) nesse período, foi motivada pela redução, principalmente, nas aquisições de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (-23,9%, -US\$ 2,08 bilhões), Gás natural, liquefeito ou não (-19,4%, -US\$ 0,64 bilhões) e Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (-23,4%, -US\$ 0,73 bilhões). Vale ressaltar, entretanto, que as compras externas de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) cresceram 11,8% (+ US\$ 1,38 bilhão).

As importações de Bens de Capital participaram com 15,8% da pauta, em 2025, somando US\$ 44,24 bilhões. Comparativamente a 2024, cresceram 23,7% (+US\$ 8,48 bilhões). A importação de duas plataformas flutuantes para extração de petróleo, no valor de US\$ 5,24 bilhões, contribuiu significativamente para esse resultado. Entretanto, vale ressaltar, também, dentre os principais produtos adquiridos, o incremento nas vendas de Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (+12,7%, +US\$ 361,1 milhões), Outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes (+14,8%, +US\$ 321,5 milhões) e Equipamento mecânico para manuseio, elevação, guinchos e suas partes (+17,3%, +US\$ 235,7 milhões).

As aquisições de Bens de intermediários (US\$ 165,8 bilhões), representaram 59,2% do total importado, registrando crescimento de 5,9% (+US\$ 9,24 bilhões), no período comparativo em foco. Os maiores incrementos, em termos de valor, foram nas importações de Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (exceto motores de pistão e geradores (+29,6%, +US\$ 2.510,9 milhões), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos (+14,1%, +US\$ 1.914,7 milhões) e Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais (+13,9%, +US\$ 949,6 milhões).

As aquisições de Bens de consumo (15,3% do total) somaram US\$ 42,77 bilhões, crescimento de 5,7% (+US\$ 2,31 bilhões), com destaque para as importações de Outros medicamentos, incluindo veterinários (+24,8%, +US\$ 1.495,5 milhões), Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (+9,4%, +US\$ 407,8 milhões) e Outros artigos manufaturados diversos (+16,9%, +US\$ 180,4 milhões), dentre outros. Por outro lado, decaíram as aquisições de Veículos automóveis de passageiros (-10,8%, -US\$ 897,1 milhões).

Tabela 7.2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - 2025/2024- US\$ bilhões

Grandes categorias econômicas	2025		2024		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	44,2	15,8	35,8	13,6	23,7
Bens intermediários	165,8	59,2	156,5	59,6	5,9
Bens de consumo	42,8	15,3	40,5	15,4	5,7
Combustíveis e lubrificantes	27,3	9,7	30,0	11,4	-9,0
Bens não especificados anteriormente	0,1	0,0	0,1	0,0	-2,5
<b>TOTAL</b>	<b>280,2</b>	<b>100,0</b>	<b>262,9</b>	<b>100,0</b>	<b>6,6</b>

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 27/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

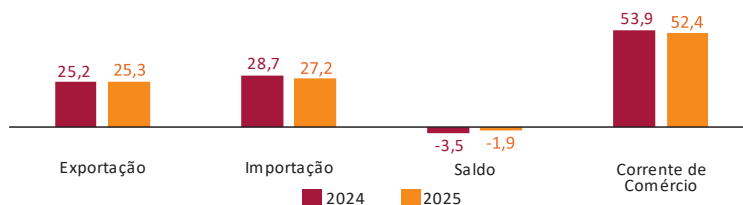
Os principais países de origem das importações brasileiras, no ano de 2025, foram responsáveis por 46,6% das aquisições brasileiras: China (25,3% do total), Estados Unidos (16,1%) e Alemanha (5,1%). Frente a 2024, as aquisições oriundas da China (+11,4%, +US\$ 7,28 bilhões), Estados Unidos (+11,0%, +US\$ 4,49 bilhões) e da Alemanha (+4,5%, +US\$ 0,62 bilhão) registraram crescimento.

## 7.2 Balança comercial do Nordeste

As exportações nordestinas totalizaram US\$ 25.252,5 milhões, em 2025, leve aumento de 0,3% (+US\$ 76,7 milhões), face a 2024 (Gráfico 7.2). Por outro lado, as importações recuaram 5,4% (-US\$ 1.543,8 milhões), somando US\$ 27.169,7 milhões, nesse intervalo. A balança comercial nordestina, portanto,

registrou déficit de US\$ 1.917,2 milhões, bem menor do que o registrado em 2024 (-US\$ 3.537,7 milhões). A corrente de comércio atingiu US\$ 53.889,3 milhões (-2,7%, -US\$ 1.467,1 milhões).

Gráfico 7.2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio –2025/2024- US\$ bilhões



Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 27/02/2026). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A análise das exportações nordestinas por setores de atividades econômicas mostra que a Agropecuária registrou queda de 0,6% (-US\$ 52,4 milhões), em 2025, ante 2024, acumulando receita de US\$ 8.181,4 milhões, 32,4% do total (Tabela 7.3). Os cinco principais produtos do setor responderam por 97,0% do total: Soja (65,3%), Algodão em bruto (13,0%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (12,3%), Café não torrado (4,9%) e Milho não moído, exceto milho doce (1,5%). No período em foco, decresceram as vendas de Soja (-3,0%, -US\$ 166,5 milhões) e Milho (-67,1%, -US\$ 250,2 milhões). Por outro lado, registraram crescimento as exportações de Café não torrado (+35,0%, +US\$ 102,9 milhões), Frutas e nozes não oleaginosas (+14,8%, +US\$ 130,4 milhões) e Algodão em bruto (+7,4%, +US\$ 73,4 milhões).

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor decresceram 5,9% (-US\$ 92,2 milhões), atingindo US\$ 1.457,0 milhões (5,8% das vendas externas totais), no período em análise, devido, principalmente, à redução nas vendas de Minério de ferro (-61,3%, -US\$ 208,7 milhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 15.553,2 milhões, em 2025, representando 61,6% da pauta da Região. Relativamente a 2024, registraram crescimento de 1,3% (+US\$ 205,4 milhões). Dos principais produtos do setor exportados, destacam-se o bom desempenho das vendas de Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (+113,3%, +US\$ 628,5 milhões), Ouro, não monetário (+53,0%, +US\$ 488,2 milhões), Cacau em pó, manteiga ou pasta de cacau (+26,3%, +US\$ 113,8 milhões) e Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (+45,7%, +US\$ 105,3 milhões), dentre outros. Compensando a queda registrada em Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (-16,8%, -US\$ 564,5 milhões), Celulose (-15,6%, -US\$ 379,8 milhões), Açúcares e melaços (-18,7%, -US\$ 237,3 milhões), e Farelos de soja e outros alimentos para animais (-18,4%, -US\$ 111,2 milhões), etc.

Tabela 7.3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - 2025/2024- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	2025		2024		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	8.181,4	32,4	8.233,8	32,7	-0,6
Indústria Extrativa	1.457,0	5,8	1.549,2	6,2	-5,9
Indústria de Transformação	15.553,2	61,6	15.347,8	61,0	1,3
Outros Produtos	60,8	0,2	45,0	0,2	35,2
<b>TOTAL</b>	<b>25.252,5</b>	<b>100,0</b>	<b>25.175,8</b>	<b>100,0</b>	<b>0,3</b>

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 27/02/2026). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 47,2% das vendas externas da Região, no ano de 2025: China (24,3%), Estados Unidos (11,9%) e Canadá (11,1%). Comparativamente a 2024, registraram crescimento as vendas com destino à China (+3,7%, +US\$ 220,1 milhões), Estados Unidos (+7,4%, +US\$ 205,5 milhões) e Canadá (+19,6%, +US\$ 458,4 milhões) aumentaram.

Segundo as grandes categorias econômicas, as importações registraram, no período em foco, crescimento em Bens de capital (+11,2%, +US\$ 206,1 milhões) e Bens de consumo (+1,2%, +US\$ 25,3 milhões). Por outro lado, as aquisições de Bens de intermediários (-4,6%, -US\$ 663,2 milhões) e Combustíveis e lubrificantes (-11,0%, -US\$ 1.124,3 milhões) decresceram.

## BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2025

As importações de Bens de Capital alcançaram US\$ 2.043,5 milhões (7,5% da pauta). Cresceram as importações de Outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes (+16,0%, +US\$ 29,1 milhões), Equipamento mecânico para manuseio, elevação, guinchos e suas partes (+127,1%, +US\$ 89,4 milhões), Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (+59,0%, +US\$ 52,7 milhões) e etc. Por outro lado, decresceram as aquisições de Veículos para transporte de mercadorias e usos especiais (-12,6%, -US\$ 21,8 milhões) e Máquinas de energia elétrica (-32,2%, -US\$ 70,7 milhões), dentre outros.

As aquisições de Bens de consumo totalizaram US\$ 2.152,7 milhões (7,9% da pauta). O principal produto da categoria importado Veículos automóveis de passageiros registrou queda nas importações de 26,3% (-US\$ 178,5 milhões). Por seu turno, registraram incremento as compras externas de Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (+26,8%, +US\$ 38,3 milhões), Motocicletas, bicicletas motorizadas ou não e veículos para inválidos (+71,2%, +US\$ 62,3 milhões), etc.

Nas importações de Bens Intermediários (US\$ 13.827,6 milhões), 50,9% do total das aquisições. As quedas mais significativas, em termos de valor, foram em de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (-42,3%, -US\$ 958,2 milhões), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (-32,6%, -US\$ 190,4 milhões) e Geradores elétricos giratórios e suas partes (-84,9%, -US\$ 348,7 milhões). Vale ressaltar, entretanto, o crescimento nas aquisições de Adubos ou fertilizantes químicos (+9,1%, +US\$ 203,5 milhões), Partes e acessórios dos veículos automotivos (+12,4%, +US\$ 77,9 milhões) e Gorduras e óleos vegetais, em bruto, refinados ou fracionados (+46,5%, +US\$ 141,8 milhões).

Já as compras de produtos da categoria Combustíveis e lubrificantes (33,7% do total) atingiram US\$ 9.130,7 milhões. As importações de Óleos combustíveis de petróleo (+18,8%, +US\$ 805,8 milhões) registraram crescimento. Por outro lado, decresceram as aquisições de Óleos brutos de petróleo (-33,4%, -US\$ 1.068,5 milhões), Gás natural, liquefeito ou não (-44,9%, -US\$ 704,2 milhões), Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (-7,9%, -US\$ 40,0 milhões) e Propano e butano liquefeito (-18,4%, -US\$ 120,3 milhões).

Tabela 7.4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - 2025/2024- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	2025		2024		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	2.043,5	7,5	1.837,4	6,4	11,2
Bens intermediários	13.827,6	50,9	14.490,9	50,5	-4,6
Bens de consumo	2.152,7	7,9	2.127,4	7,4	1,2
Combustíveis e lubrificantes	9.130,7	33,6	10.255,0	35,7	-11,0
Bens não especificados anteriormente	15,1	0,1	2,9	0,0	427,4
<b>TOTAL</b>	<b>27.169,7</b>	<b>100,0</b>	<b>28.713,5</b>	<b>100,0</b>	<b>-5,4</b>

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 27/02/2026). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações nordestinas, no ano de 2025, foram: Estados Unidos (28,1%), China (19,1%) e Rússia (5,7%) que responderam por 52,9% do total. Frente a 2024, apresentaram aumento as aquisições oriundas dos Estados Unidos (+25,5%, +US\$ 1.553,0 milhões). Já as importações oriundas da China (-7,0%, -US\$ 389,8 milhões) e da Rússia (-28,4%, -US\$ 614,7 milhões) decresceram.

### 7.3 Balança comercial dos estados nordestinos

Bahia (+US\$ 2.318,0 milhões), Piauí (+US\$ 895,7 milhões), Rio Grande do Norte (+US\$ 691,0 milhões), Maranhão (+US\$ 264,6 milhões), e Sergipe (+US\$ 63,3 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial, em 2025. Os demais apresentaram déficits: Pernambuco (-US\$ 4.697,1 milhões), Paraíba (-US\$ 813,0 milhões), Ceará (-US\$ 344,0 milhões) e Alagoas (-US\$ 295,8 milhões).

Tabela 7.5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - 2025/2024- US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % 2025/ 2024	Valor	Part. (%)	Var. % 2025/ 2024	
Maranhão	5.022,6	19,9	-10,3	4.758,0	17,5	19,6	264,6
Piauí	1.201,3	4,8	-14,2	305,7	1,1	10,0	895,7
Ceará	2.284,5	9,0	55,6	2.628,5	9,7	-13,2	-344,0
R G do Norte	1.127,8	4,5	-1,3	436,7	1,6	-26,6	691,0
Paraíba	178,5	0,7	8,0	991,6	3,6	-31,7	-813,0
Pernambuco	2.539,2	10,1	16,8	7.236,2	26,6	-2,7	-4.697,1
Alagoas	823,4	3,3	-8,7	1.119,2	4,1	28,9	-295,8
Sergipe	446,1	1,8	5,8	382,8	1,4	-4,0	63,3
Bahia	11.629,0	46,1	-2,3	9.311,1	34,3	-12,8	2.318,0
<b>Nordeste</b>	<b>25.252,5</b>	<b>100,0</b>	<b>0,3</b>	<b>27.169,7</b>	<b>100,0</b>	<b>-5,4</b>	<b>-1.917,2</b>

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 27/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

No Maranhão, as exportações totalizaram US\$ 5.022,6 milhões, em 2025, queda de 10,3% (-US\$ 576,4 milhões), ante 2024. As vendas dos produtos da Agropecuária (43,9% do total), da Indústria Extrativa (1,6% da pauta) e da Indústria de Transformação (54,5%) recuaram 3,9% (-US\$ 89,2 milhões), 73,8% (-US\$ 226,5 milhões) e 8,6% (-US\$ 257,8 milhões), respectivamente, com destaque para Milho (-74,4%), Minério de ferro (-74,2%), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (-4,2%), Celulose (-24,5%) e Alumínio (-26,0%). Por outro lado, as importações (US\$ 4.758,09 milhões) cresceram 19,6% (+US\$ 779,5 milhões), devido, sobretudo, ao aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+8,1%, +US\$ 119,1 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (+35,3%, +US\$ 805,0 milhões) que representaram 33,2% e 64,8% da pauta, respectivamente.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 1.201,3 milhões, queda de 14,2% (-US\$ 199,5 milhões), nesse período comparativo. Todos os setores econômicos registraram desempenho negativo: Agropecuária (-13,2%, -US\$ 166,2 milhões), Indústria Extrativa (-12,5%, -US\$ 4,4 milhões) e Indústria de Transformação (-27,7%, -US\$ 28,9 milhões) que responderam por 91,2%, 2,5% e 6,3%, respectivamente da pauta de exportação do Estado. Esse resultado foi devido, principalmente, a redução nas vendas de Soja (-13,4%), Milho (-46,5%), Minério de ferro e seus concentrados (-12,6%) e Farelos de soja e outros alimentos para animais (-65,3%). As importações aumentaram 10,0% (+US\$ 27,9 milhões), alcançando US\$ 305,7 milhões, devido, principalmente, a alta nas aquisições de Bens de Capital (+47,0%, +US\$ 22,8 milhões), Bens Intermediários (+1,3%, +US\$ 2,9 milhões) e Bens de Consumo (+57,3%, +US\$ 1,5 milhões) que representaram 23,4%, 75,0% e 1,4% do total.

No Estado do Ceará, as exportações atingiram o valor de US\$ 2.284,5 milhões, incremento de 55,6% (+US\$ 815,8 milhões), devido, principalmente, ao acréscimo de 54,3% (+US\$ 694,1 milhões) nas vendas dos produtos da Indústria de Transformação (86,3% da pauta) com o aumento de 114,9% dos Produtos ferro ou aço. Vale ressaltar, também, o aumento das exportações da Agropecuária (8,7% da pauta) e da Indústria Extrativa (4,7%) de 46,1% (+US\$ 62,6 milhões) e 120,1% (+US\$ 58,2 milhões) com o acréscimo nas exportações de Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+47,6%), Mel natural (+32,2%) e Outros minerais em bruto (+132,6%), dentre outros. As importações somaram US\$ 2.628,5 milhões, queda de 13,2% (-US\$ 399,7 milhões), com a redução nas aquisições de Bens de Capital (-24,6%, -US\$ 76,9 milhões), Bens Intermediários (-11,7%, -US\$ 220,1 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (-13,9%, -US\$ 102,7 milhões) que participaram com 9,0%, 63,3% e 24,1% do total.

No Rio Grande do Norte, as exportações alcançaram US\$ 1.127,8 milhões, queda 1,3% (-US\$ 14,8 milhões), devido à redução de 8,9% (-US\$ 78,6 milhões) das vendas dos produtos da Indústria de Transformação (71,5% da pauta) e de 3,7% (-US\$ 1,3 milhões) dos da Indústria Extrativa (2,9%) com destaque para Óleos combustíveis de petróleo (-21,6%) e para Outros minerais em bruto (-6,2%). Por outro lado, os produtos da Agropecuária (25,2% da pauta) aumentaram 30,5% (+US\$ 66,9 milhões) impulsionadas por Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+33,2%). As importações (US\$ 436,7

milhões) decresceram bem mais, 26,6% (-US\$ 158,7 milhões), devido à redução de 36,2% (129,9 milhões) nas compras de Bens Intermediários (52,4% do total) e de 35,8% (47,9 milhões) nas de Combustíveis e Lubrificantes (19,6%).

As exportações da Paraíba somaram US\$ 178,5 milhões, aumento de 8,0% (+US\$ 13,2 milhões), no período em análise. Todos os setores registraram desempenho positivo: Agropecuária (+37,2%, +US\$ 2,1 milhões), Indústria Extrativa (+37,8%, +US\$ 4,3 milhões) e Indústria de Transformação (+4,5%, +US\$ 6,7 milhões), contribuindo com 4,3%, 8,9% e 86,8%, respectivamente, para a pauta de exportação paraibana. Os destaques foram as vendas de Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+43,4%), Pedra, areia e cascalho (+17,3%), Outros minérios e concentrados dos metais de base (+2546%), Calçados (+31,4%) e Sucos de frutas (+151,9%). As importações (US\$ 991,6 milhões) decresceram 31,7% (-US\$ 459,9 milhões), motivada pela queda de 51,3% (-US\$ 569,9 milhões) nas aquisições de Bens Intermediários (54,6% da pauta) apesar do aumento de 48,3% (+US\$ 110,1 milhões) das compras de Combustíveis e Lubrificantes (34,1%).

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 2.539,2 milhões, em 2025, valor 16,8% (+US\$ 365,5 milhões) superior ao registrado em 2024. Os produtos da Indústria de Transformação (85,9%) registraram acréscimo de 18,3% (+US\$ 337,9 milhões) com as exportações Veículos automóveis de passageiros (+45,8%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (+45,7%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+6,4%) e Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (+102,3%), dentre outros. As importações totais, US\$ 7.236,2 milhões, recuaram 2,7% (-US\$ 204,0 milhões), com a redução de Bens de Consumo (-22,5%, -US\$ 308,0 milhões) enquanto as aquisições de Bens de Capital (+7,4%, +US\$40,1 milhões) e Combustíveis e Lubrificantes (+3,1%, +US\$ 60,7 milhões) cresceram.

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 823,4 milhões, registrando queda de 8,7% (-US\$ 78,3 milhões). As vendas dos produtos da Agropecuária (0,9% da pauta) e da Indústria de Transformação (71,4%) decresceram 17,3% (-US\$ 1,6 milhões) e 16,9% (-US\$ 119,4 milhões), com destaque para Tabaco em bruto (-26,6%) e Açúcares e melações (-17,3%). Por outro lado, as exportações da Indústria Extrativa, 27,4% de participação, cresceram 22,8% (+US\$ 41,9 milhões) com o aumento nas vendas de Minérios de cobre e seus concentrados (+22,8%). Já as importações (US\$ 1.119,2 milhões) cresceram de 28,9% (+US\$ 251,2 milhões), com o aumento nas aquisições de Bens de Capital (+30,5%, +US\$ 30,2 milhões), Bens Consumo (+21,5%, +US\$ 73,4 milhões), de Bens Intermediários (+30,0%, +US\$ 127,9 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (+11785%, +US\$ 17,9 milhões).

Sergipe exportou US\$ 446,1 milhões, registrando crescimento de 5,8% (+US\$ 24,3 milhões). Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento de 17,5% (+US\$ 41,5 milhões) da Indústria Extrativa (62,4% da pauta) com as vendas de Óleos brutos de petróleo (+17,5%). Já na Agropecuária (-46,2%, -US\$ 1,0 milhão) e Indústria de Transformação (-9,2%, -US\$ 16,8 milhões) os resultados foram negativos. As importações (US\$ 382,8 milhões) regrediram 4,0% (-US\$ 16,0 milhões), devido principalmente à queda nas aquisições de Bens Intermediários (-10,0%, -US\$ 19,0 milhões) e de Bens de Consumo (-43,9%, -US\$ 5,7 milhões) que contribuíram com 44,8% e 1,9% do total das compras externas. Por outro lado, cresceram as aquisições de Bens de Capital (+3,7%, +US\$ 1,5 milhões) e Combustíveis e Lubrificantes (+4,9%, +US\$ 7,6 milhões) representando 11,0% e 42,3% do total das importações.

Na Bahia, as exportações alcançaram US\$ 11.629,0 milhões, queda de 2,3% (-US\$ 273,1 milhões), devido, principalmente, à redução de 4,6% (-US\$ 331,7 milhões) nas vendas da Indústria de Transformação (59,1% da pauta) e de 2,7% (-US\$ 7,6 milhões) da Indústria Extrativa (5,9%), com destaque para Óleos combustíveis de petróleo (-16,8%), Celulose (-10,0%) e Minérios de cobre e seus concentrados (-11,2%). Já os produtos da Agropecuária (34,8% do total) cresceram 1,5% (+US\$ 59,3 milhões) com incremento nas vendas de Algodão em bruto (+6,1%), Café não torrado (+35,0%), Especiarias (+167,7%), etc. As importações (US\$ 9.311,1 milhões) recuaram 12,8% (-US\$ 1.364,1 milhões), devido à redução nas compras de Combustíveis e lubrificantes (-41,7%, -US 1.974,9 milhões) que representaram 29,6% do total.

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, em 2025, estão discriminados nas Tabelas 7.6 e 7.7.

Tabela 7.6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados- - Em %– 2025

<b>Estados/ Nordeste/ Brasil</b>	<b>Principais Produtos Exportados</b>	<b>Principais Produtos Importados</b>
Maranhão	Soja (40,5%), Alumina (óxido de alumínio)I (27,7%), Celulose (14,1%)	Óleos combustíveis de petróleo (63,4%), Adubos ou fertilizantes químicos, exc fertilizantes brutos (25,1%), Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (3,3%)
Piauí	Soja (82,7%), Algodão em bruto (3,6%), Outras gorduras e óleos animais ou vegetais, processados, ceras, etc (3,0%)	Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (20,5%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados (18,9%), Máquinas de energia elétrica e suas partes (9,7%)
Ceará	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (51,3%), Calçados (8,3%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (7,9%)	Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (15,2%), Trigo e centeio, não moídos (8,6%), Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas (8,2%)
Rio Grande do Norte	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (52,8%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (23,9%), Ouro, não monetário (8,1%)	Óleos combustíveis de petróleo (exceto óleos brutos) (18,5%), , Trigo e centeio, não moídos (13,0%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (7,7%)
Paraíba	Calçados (30,7%), Açúcares e melaços (29,0%), Sucos de frutas ou de vegetais (21,4%)	Óleos brutos de petróleo (30,8%), Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (14,8%), Preparações e cereais, de farinhas, ou amido de frutas ou vegetais (6,2%)
Pernambuco	Veículos automóveis de passageiros (26,4%), Açúcares e melaços (14,3%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (13,2%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (21,1%), Partes e acessórios dos veículos automotivos (9,7%), Propano e butano liquefeito (7,3%)
Alagoas	Açúcares e melaços (69,6%), Minérios de cobre e seus concentrados (27,4%), Tabaco em bruto (0,7%)	Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (5,4%), Malas, pastas, estojos e sacos de viagem; bolsas e artefatos semelhantes (4,2%), Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (4,1%)
Sergipe	Óleos brutos de petróleo (62,4%), Sucos de frutas ou de vegetais (29,3%), Óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (2,2%)	Gás natural, liquefeito ou não (42,3%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (14,7%), Trigo e centeio, não moídos (4,6%)
Bahia	Soja (19,9%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (16,5%), Celulose (11,5%)	Óleos brutos de petróleo (19,6%), Óleos combustíveis de petróleo (16,2%), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (10,5%)
<b>NORDESTE</b>	<b>Soja (21,2%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (11,1%), Celulose (8,1%)</b>	<b>Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (23,5%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (8,9%), Óleos brutos de petróleo (7,8%)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (12,8%), Soja (12,5%), Minério de ferro e seus concentrados (8,3%)</b>	<b>Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (5,6%), Adubos ou fertilizantes químicos (5,5%), Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (3,9%)</b>

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 27/02/2026). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Tabela 7.7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– 2025

<b>Estados/ Nordeste/ Brasil</b>	<b>Principais Países de Destinos das Exportações</b>	<b>Principais Países de Origens das Importações</b>
Maranhão	China (34,1%), Canadá (25,0%), Estados Unidos (12,4%)	Estados Unidos (50,9%), Rússia (15,7%), China (6,1%)
Piauí	China (72,5%), Espanha (4,7%), Tailândia (3,5%)	China (65,9%), Egito (11,8%), Argentina (3,8%)
Ceará	Estados Unidos (46,0%), México (7,1%), Itália (4,1%)	China (33,4%), Estados Unidos (15,3%), Argentina (5,8%)
Rio Grande do Norte	Panamá (43,3%), Países Baixos (Holanda) (13,1%), Canadá (8,9%)	China (30,7%), Estados Unidos (16,1%), Argentina (12,4%)
Paraíba	Estados Unidos (15,8%), Países Baixos (Holanda) (12,4%), Espanha (9,3%)	Estados Unidos (34,8%), China (16,1%) Países Baixos (Holanda) (9,68%)
Pernambuco	Argentina (35,7%), Singapura (7,1%), Países Baixos (Holanda) (6,8%)	Estados Unidos (20,8%), China (16,8%), Argentina (11,5%)
Alagoas	Canadá (18,9%), Singapura (14,5%), Argélia (10,8%)	China (58,1%), Estados Unidos (6,8%), Rússia (4,2%)
Sergipe	Estados Unidos (34,9%), Países Baixos (Holanda) (27,2%), Espanha (8,3%)	Estados Unidos (41,5%), China (16,2%), Camarões (7,8%)
Bahia	China (28,1%), Canadá (10,6%), Singapura (8,1%)	Estados Unidos (28,4%), China (17,1%), Costa do Marfim (5,9%)
<b>Nordeste</b>	<b>China (24,3%), Estados Unidos (11,9%), Canadá (11,1%)</b>	<b>Estados Unidos (28,1%), China (19,1%), Rússia (5,7%)</b>
<b>Brasil</b>	<b>China (28,7%), Estados Unidos (10,8%), Argentina (5,2%)</b>	<b>China (25,3%), Estados Unidos (16,1%), Alemanha (5,1%)</b>

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 27/02/2026). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

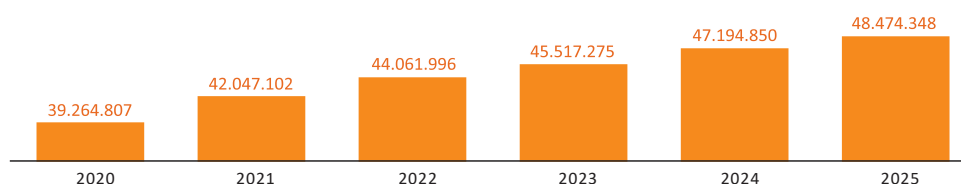
## 8 Mercado de trabalho formal

### 8.1. Mercado de trabalho formal no Brasil

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), os principais indicadores do mercado de trabalho formal vêm paulatinamente mostrando recuperação e estabilidade no País no período a partir de 2021, como também no decorrer de todo os meses do ano de 2025.

O Gráfico 8.1 traz um conjunto de dados referente ao estoque de emprego formal, revelando um padrão de crescimento mais vigoroso do mercado de trabalho a partir do ano de 2021. No atual cenário, até dezembro de 2025, foi marcado com a expansão expressiva do mercado de trabalho. O nível de emprego celetista no Brasil contabilizou 48,47 milhões de vínculos celetistas ativos, no ano de 2025, expandindo-se em 2,71% o nível de emprego em relação ano anterior.

Gráfico 8.1 – Brasil: Evolução do Estoque de emprego<sup>1</sup> - 2020 a 2025



Fonte: Caged (2026). Elaboração BNB/Etene. Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

Quanto à movimentação do emprego no País, as contratações superaram as demissões, gerando saldo de emprego em +1.279.498 novos postos de trabalho, no acumulado de 2025. Este resultado foi obtido da movimentação de 26.599.777 admissões e dos 25.320.498 desligamentos, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Sob a perspectiva regional, observa-se que a expansão do emprego formal ocorre de maneira generalizada em todo o país. No acumulado de 2025, o Sudeste (+504.972) e o Nordeste (+347.940) lideraram a criação de postos de trabalho. O Nordeste reafirma sua relevância econômica ao ocupar a vice-liderança nacional na geração de vagas pelo segundo ano consecutivo, repetindo o excelente desempenho alcançado em 2024.

Tabela 8.1 – Brasil e Regiões: Evolução do saldo de emprego – 2020 a 2025

Brasil e Regiões	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Norte	52.410	165.504	118.573	106.749	113.050	90.613
<b>Nordeste</b>	<b>-13.405</b>	<b>505.258</b>	<b>379.590</b>	<b>293.465</b>	<b>327.232</b>	<b>347.940</b>
Sudeste	-276.878	1.326.862	978.159	707.380	770.561	504.972
Sul	24.989	491.224	309.136	196.026	297.456	186.126
Centro-Oeste	17.828	281.776	230.897	152.450	136.047	149.530
Não identificado	5.663	11.671	-1.461	-791	33.229	317
<b>Brasil</b>	<b>-189.393</b>	<b>2.782.295</b>	<b>2.014.894</b>	<b>1.455.279</b>	<b>1.677.575</b>	<b>1.279.498</b>

Fonte: Caged (2026). Elaboração BNB/Etene.

Desta forma, Sudeste e Nordeste foram responsáveis por 39,5% e 27,2% do saldo de empregos gerados no País no acumulado de 2025, nesta ordem. A Região Sul obteve participação de 14,1% do total do saldo de empregos gerados no País, seguido pelo Centro-Oeste (11,7%) e Norte (7,1%).

Tabela 8.2 – Brasil: Movimentação do emprego, por Grande Região e Estados – 2025

Brasil / Regiões / Unidades Federativas	Admitidos (a)	Desligados (b)	Saldo de empregos		Estoque de Empregos		
			Total (a-b)	Part. (%)	Total	Var. (%) <sup>(1)</sup>	Part. (%)
<b>Norte</b>	<b>1.305.421</b>	<b>1.214.808</b>	<b>90.613</b>	<b>7,1%</b>	<b>2.470.838</b>	<b>3,81</b>	<b>5,1%</b>
Rondônia	174.706	164.262	10.444	0,8%	305.156	3,54	0,6%
Acre	57.198	52.140	5.058	0,4%	115.567	4,58	0,2%
Amazonas	309.904	288.829	21.075	1,6%	571.702	3,83	1,2%
Roraima	50.797	48.229	2.568	0,2%	85.188	3,11	0,2%
Pará	517.417	481.394	36.023	2,8%	1.023.704	3,65	2,1%
Amapá	54.072	46.043	8.029	0,6%	103.490	8,41	0,2%
Tocantins	141.327	133.911	7.416	0,6%	266.031	2,87	0,5%
<b>Nordeste</b>	<b>3.762.087</b>	<b>3.414.147</b>	<b>347.940</b>	<b>27,2%</b>	<b>8.291.606</b>	<b>4,38</b>	<b>17,1%</b>
Maranhão	290.702	258.989	31.713	2,5%	690.489	4,81	1,4%
Piauí	167.430	146.408	21.022	1,6%	382.684	5,81	0,8%
Ceará	667.953	618.769	49.184	3,8%	1.458.024	3,49	3,0%
Rio Grande do Norte	257.414	241.544	15.870	1,2%	551.947	2,96	1,1%
Paraíba	266.631	235.588	31.043	2,4%	545.915	6,03	1,1%
Pernambuco	697.250	624.685	72.565	5,7%	1.589.300	4,78	3,3%
Alagoas	211.741	195.035	16.706	1,3%	482.955	3,58	1,0%
Sergipe	157.475	142.018	15.457	1,2%	358.143	4,51	0,7%
Bahia	1.045.491	951.111	94.380	7,4%	2.232.149	4,41	4,6%
<b>Sudeste</b>	<b>13.533.867</b>	<b>13.028.895</b>	<b>504.972</b>	<b>39,5%</b>	<b>24.521.942</b>	<b>2,10</b>	<b>50,6%</b>
Minas Gerais	2.821.681	2.742.673	79.008	6,2%	4.989.107	1,61	10,3%
Espírito Santo	580.363	566.547	13.816	1,1%	923.196	1,52	1,9%
Rio de Janeiro	1.723.239	1.622.319	100.920	7,9%	3.982.257	2,60	8,2%
São Paulo	8.408.584	8.097.356	311.228	24,3%	14.627.382	2,17	30,2%
<b>Sul</b>	<b>5.379.766</b>	<b>5.193.640</b>	<b>186.126</b>	<b>14,5%</b>	<b>8.807.560</b>	<b>2,16</b>	<b>18,2%</b>
Paraná	2.037.949	1.957.284	80.665	6,3%	3.299.272	2,51	6,8%
Santa Catarina	1.721.751	1.662.567	59.184	4,6%	2.627.952	2,30	5,4%
Rio Grande do Sul	1.620.066	1.573.789	46.277	3,6%	2.880.336	1,63	5,9%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2.615.303</b>	<b>2.465.773</b>	<b>149.530</b>	<b>11,7%</b>	<b>4.348.574</b>	<b>3,56</b>	<b>9,0%</b>
Mato Grosso do Sul	419.472	399.716	19.756	1,5%	689.951	2,95	1,4%
Mato Grosso	675.430	643.697	31.733	2,5%	975.724	3,36	2,0%
Goiás	1.026.418	980.015	46.403	3,6%	1.620.794	2,95	3,3%
Distrito Federal	493.983	442.345	51.638	4,0%	1.062.105	5,11	2,2%
Não identificado	3.333	3.016	317	0,0%	33.828	0,95	0,1%
<b>Brasil</b>	<b>26.599.777</b>	<b>25.320.279</b>	<b>1.279.498</b>	<b>100,0%</b>	<b>48.474.348</b>	<b>2,71</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Caged (2026). Elaboração BNB/Etene. Nota 1: variação em relação mês de dezembro de 2024.

Quanto ao estoque de emprego, todas as regiões apresentaram crescimento no decorrer do ano de 2025. Neste período, o Nordeste computou 8.291.606 vínculos ativos, configurando como a terceira região com maior estoque de empregos formais, com participação de 17,1% do estoque de emprego do País, ficando atrás apenas do Sudeste (24.521.942 vínculos ativos), com 50,6% do estoque de empregos nacional e do Sul (8.807.560 vínculos ativos, com 18,2%).

No País, todos os cinco grupos dos setores econômicos apresentaram saldo de emprego positivo em 2025. Serviços (+758.355) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho, com destaque em Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+318.460), Saúde humana e Serviços sociais (+136.062) e Transporte, armazenagem e correio (+94.495), vide Tabela 8.3.

Tabela 8.3 – Brasil e Regiões: Saldo de empregos, por Grupamento de Atividades Econômicas - 2025

Grupamento de Atividades Econômicas	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Agropecuária	-1.961	5.887	23.651	4.558	9.668	41.870
Indústria geral	19.713	39.382	48.950	22.132	14.144	144.319
Construção	-1.423	49.153	25.510	5.514	8.881	87.878
Comércio	27.757	60.729	105.349	33.420	19.841	247.097
Serviços	46.512	192.807	301.538	120.490	96.999	758.355
Não identificado	15	-18	-26	12	-3	-21
<b>Total</b>	<b>90.613</b>	<b>347.940</b>	<b>504.972</b>	<b>186.126</b>	<b>149.530</b>	<b>1.279.498</b>

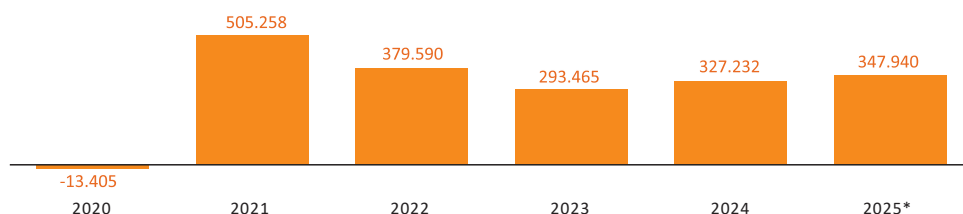
Fonte: Caged (2026). Elaboração BNB/Etene.

Para o ano de 2025, numa perspectiva de cenário otimista, tanto a nível nacional quanto regional, a estimativa do estoque de emprego seguirá tendência de crescimento, em razão, principalmente, da recuperação econômica dos setores de Serviços e Comércio, além de deterem maior parcela do estoque de empregos, e, como também, do crescimento acelerado do setor da Construção, que vem apresentando crescimento médio de 8,0% a.a., nos últimos 4 anos.

## 8.2. Mercado de trabalho formal no Nordeste

Em 2025, o resultado líquido de empregos formais no Nordeste foi de +347.940 novos postos de trabalho. De acordo com o Gráfico 8.2, o fechamento líquido dos anos 2021 a 2024 deriva, principalmente da recuperação econômica pós-Covid-19 nos setores de Serviços e Comércio, com efeito significativo na geração de renda e empregos direto e indireto na Região.

Gráfico 8.2 – Nordeste: Evolução do saldo de emprego – 2020 a 2025

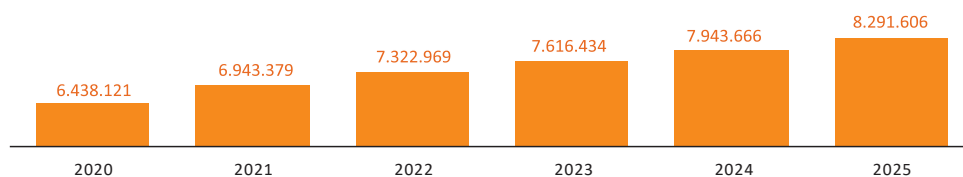


Fonte: Caged (2026). Elaboração BNB/Etene.

No Gráfico 8.3, tem-se a trajetória do estoque de empregos dos anos de 2020 a 2025. Neste período, verificou-se crescimento sustentável no nível do estoque do emprego com carteira assinada na Região Nordeste a partir do ano de 2021. Desde então, vem consolidando tendência de recuperação com registros de saldos de empregos positivos até o cenário atual.

Desta forma, o estoque de emprego no Nordeste alcançou 8.291.606 vínculos ativos, o que representa 17,1% do estoque nacional de empregos. O estoque de empregos apresentou variação de +4,38% em relação ao estoque de 2024. As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Gráfico 8.3 – Nordeste: Evolução do Estoque de Emprego - 2020 a 2025



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2026).

De acordo com dados da Tabela 8.3, verifica-se que o resultado do emprego na Região Nordeste foi impactado positivamente, de forma significativa, pela combinação do retorno de investimentos nos setores de Serviços e Comércio, que lideraram na geração de empregos no Nordeste em 2025.

Neste período, Serviços foi o setor que mais gerou postos de emprego no Nordeste, formação de +192.807 vagas de trabalho. Entre os segmentos, Atividades Administrativas (+80.795), Saúde humana e Serviços Sociais (+34.077) e Alojamento e alimentação (+23.084) se sobressaíram na ampliação do quadro de funcionários. Entre as Regiões, Serviços se destacou no Sudeste (+301.538), Nordeste (+192.807) e Sul (+120.490), vide Tabela 8.3.

Comércio ampliou quadro de pessoal em +60.729 postos no Nordeste, em 2025. Entre as três subatividades, Comércio varejista (+37.264) obteve maior ampliação do nível do estoque de emprego, seguido por Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (+12.363) e Comércio por Atacado (+11.102). Regionalmente, o Comércio gerou empregos com maior proporção no Sudeste (+105.349), Nordeste (+60.729) e Sul (+33.420).

Construção registrou +49.153 novas contratações no Nordeste, em 2025. Na Região, a subatividade Construção de Edifícios (+34.695) obteve significativo resultado na geração de novos empregos formais, seguido por Obras de Infraestrutura (+12.285) e Serviços Especializados em Construção (+9.163). O setor da Construção apresentou saldo de empregos positivo em todas as Regiões do País, com ênfase no Nordeste (+49.153), seguido pelas Regiões Sudeste (+25.510), Centro-Oeste (+8.881) e Sul (+5.514), de acordo com dados da Tabela 8.3.

A Indústria na Região Nordeste ampliou 39.153 postos de trabalho em 2025. Neste período, todas as quatro subatividades registraram saldo de emprego positivo na Região, com destaque para Indústrias de transformação (+28.041) e Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (+8.057). No País, o Sudeste (+48.950) foi a Região que mais gerou empregos no setor, seguida pelo Nordeste (+39.382) e Sul (+22.132), conforme dados da Tabela 8.3.

Na Agropecuária (+5.887) no Nordeste, o saldo de emprego foi negativo em um dos três agrupamentos. A ampliação do quadro de empregos foi dada na Agricultura e Pecuária (+6.704) e Pesca e Aquicultura (+40). Apenas Produção Florestal (-857) contabilizou saldo negativo. A geração de emprego foi mais intensa na criação de aves (+1.831) e nos cultivos de manga (+1.102), melão (+1.645) e soja (+905). Entre as Regiões, Sudeste (+23.651) foi a que mais gerou postos de trabalho no setor, seguido pelo Centro-Oeste (+9.668) e Nordeste (+5.558).

### 8.3 Mercado de trabalho formal nas Unidades Federativas do Nordeste

O mercado de trabalho formal no Nordeste assegurou tendência de crescimento em 2025. Esse desempenho de expansão do mercado de trabalho se refletiu na maioria de seus estados, com efeito significativo sobre a recuperação econômica da Região.

De acordo com o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), todos os estados do Nordeste apresentaram saldo de empregos positivo em 2025, conforme dados da Tabela 8.4. Entre estes, Bahia despontou com maior saldo de empregos na Região, com geração de +94.380, seguido por Pernambuco (+72.565), Ceará (+49.184), Maranhão (+31.713) e Paraíba (+31.043).

Tabela 8.4 – Nordeste e Estados: Saldo e Estoque do Emprego Formal - 2025

Estados	Admitidos, Desligados e Saldo de empregos em 2025			Estoque do emprego formal - 2025		
	Admitidos	Desligados	Saldo de Emprego Formal	Estoque	Participação (%)	Varição (%) <sup>(2)</sup>
Maranhão	290.702	258.989	31.713	690.489	8,3%	4,81
Piauí	167.430	146.408	21.022	382.684	4,6%	5,81
Ceará	667.953	618.769	49.184	1.458.024	17,6%	3,49
Rio Grande do Norte	257.414	241.544	15.870	551.947	6,7%	2,96
Paraíba	266.631	235.588	31.043	545.915	6,6%	6,03
Pernambuco	697.250	624.685	72.565	1.589.300	19,2%	4,78
Alagoas	211.741	195.035	16.706	482.955	5,8%	3,58
Sergipe	157.475	142.018	15.457	358.143	4,3%	4,51
Bahia	1.045.491	951.111	94.380	2.232.149	26,9%	4,41
<b>Nordeste</b>	<b>3.762.087</b>	<b>3.414.147</b>	<b>347.940</b>	<b>8.291.606</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,38</b>

Fonte: Caged (2026). Elaboração BNB/Etene. Nota: (2) Variação percentual do estoque de emprego em relação a 2024.

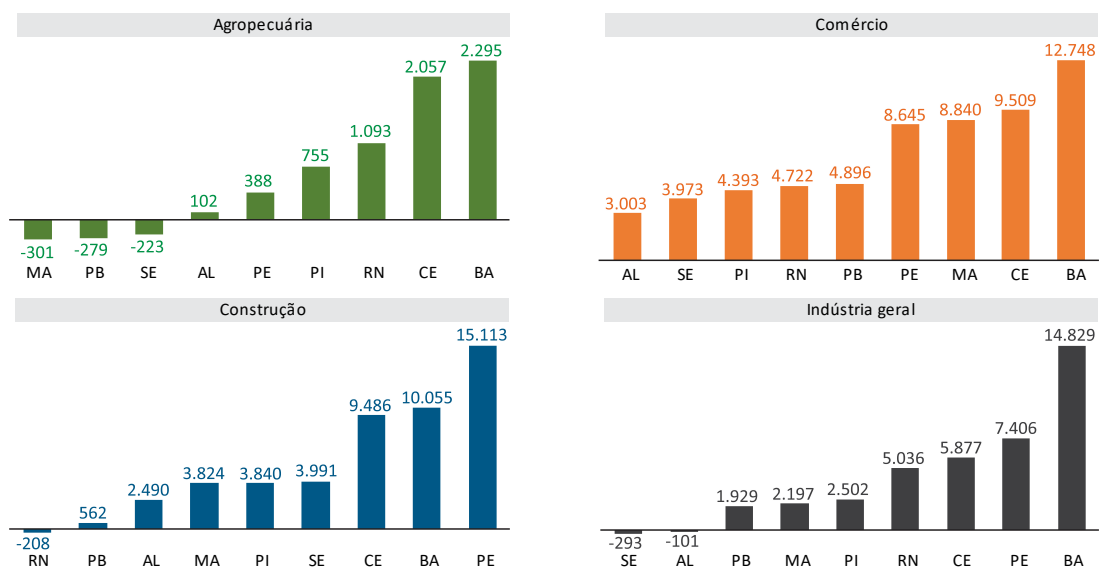
Bahia registrou o sétimo sexto maior saldo de empregos do País, com formação de 94.380 novos postos de trabalho, em 2025. Neste período, todos os cinco agrupamentos da atividade econômica apresentaram saldo de empregos positivo, contribuindo para o maior saldo de empregos da Região. A geração de emprego foi fomentada principalmente por Serviços (+54.459) e Indústria (+14.829).

Na Região, por atividade econômica, vale enfatizar que Serviços (+192.807) e Comércio (+60.729) foram os setores que mais ampliaram o número de postos de trabalho na Região, em 2025.

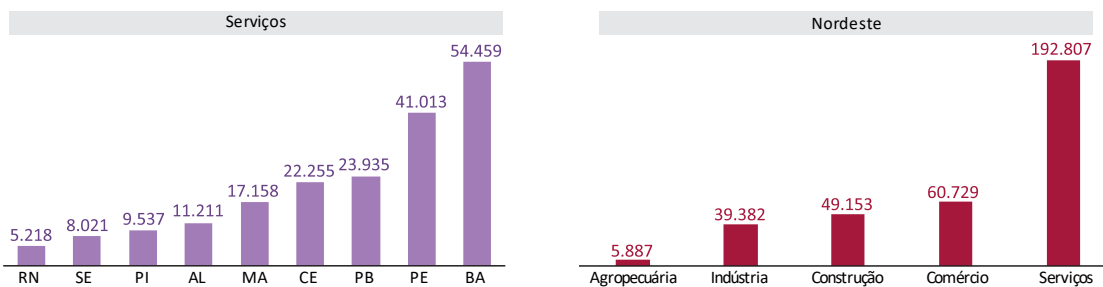
Em Serviços, destacam-se os estados da Bahia (+54.459), Pernambuco (+41.013), Paraíba (+23.935), Ceará (+22.255), conforme dados do Gráfico 8.4.

Nesse período, a Comércio se sobressai na geração de empregos nos estados da Bahia (+12.748) e Ceará (+9.509), impulsionados pela Construção de Edifícios, com formação de 8.796 e 7.257 novos empregos formais, respectivamente.

Gráfico 8.4 – Nordeste: Saldo de emprego, por Grupamento de Atividades Econômicas - 2025



## BNB Conjuntura Econômica Out/Dez/2025

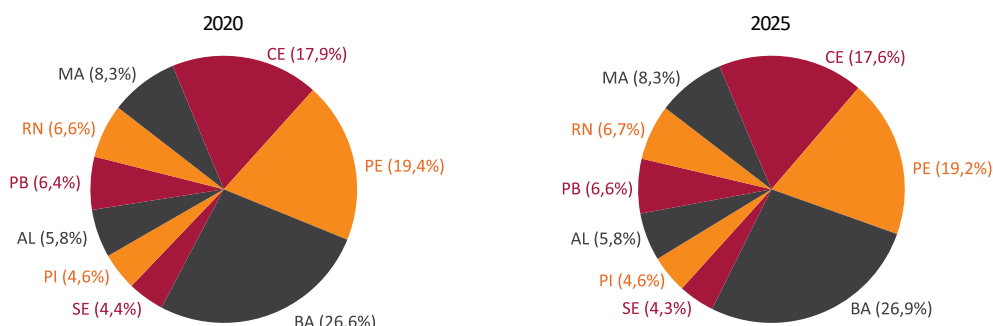


Fonte: Caged (2026). Elaboração BNB/Etene.

Em relação ao crescimento do estoque de empregos, nos estados da Região, Paraíba obteve aumento de +6,03% frente ao estoque de empregos do ano anterior, crescimento superior ao registrado no País (+2,71%) e no Nordeste (+4,38%). Nesta comparação, Piauí (+5,81%) e Maranhão (+4,81%) também apresentaram crescimento do estoque de empregos superior à média regional.

Assim, no 2025, a distribuição do estoque de empregos entre os estados da Região ficou concentrada nos estados da Bahia, que atingiu 2.232.149 empregos formais de provimento, aproximadamente 27,0% do total regional; por sequência, Pernambuco (1.578.599, com 19,1%), Ceará (1.459.557, participa com 17,6%) e Maranhão (689.455, com 8,3%). Os quatro estados detêm cerca de 72,0% do emprego formal da Região Nordeste, de acordo com dados do Gráfico 8.5.

Gráfico 8.5 – Estados do Nordeste: Estoque de Emprego Formal - 2020 e 2025



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2025).

## 9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Agências Oficiais de fomento e Grau de Endividamento dos Estados e Capitais. Deveria tratar, também, da Arrecadação do Imposto de Circulação de Bens e Serviços (ICMS). No entanto, os dados de 2024 e 2025, ainda não foram divulgados pelo Confaz.

A primeira parte do trabalho analisa a evolução dos Fundos Constitucionais para o Nordeste (FPE e FPM), comparando o ano de 2025, com o mesmo período do ano anterior. Indiretamente, ao discutir as transferências dos fundos constitucionais (FPE e FPM), trata-se, também, da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo.

Após a análise da evolução das transferências constitucionais, o capítulo trata do índice de endividamento dos estados e das aplicações da Agências de fomento Oficiais (AFO), mais precisamente o Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, na região.

### 9.1 Transferências Constitucionais

As Transferências Constitucionais (FPE + FPM) para os Estados do Nordeste, em 2025, somaram aproximadamente R\$ 154,8 bilhões (Tabela 9.1), um crescimento real de +5,4% (FPE, +4,5% e FPM, +6,5%), comparado com o mesmo período de 2024. O crescimento no Brasil foi de +5,3%.

Tabela 9.1 – FPE + FPM - Brasil, Regiões e Estados do Nordeste – 2024 e 2025 – R\$ Milhões <sup>(1)</sup>

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Alagoas	6.502	7.074	3.951	4.493	696	855
Bahia	13.794	15.075	16.232	18.101	1.393	1.539
Ceará	10.621	11.639	8.807	9.817	1.548	1.710
Maranhão	10.556	11.492	7.424	8.270	967	1.069
Paraíba	7.032	7.627	5.812	6.483	774	855
Pernambuco	10.306	11.320	8.695	9.808	975	1.077
Piauí	6.398	6.944	4.702	5.259	967	1.069
Rio Grande do Norte	5.976	6.745	4.388	4.894	557	616
Sergipe	5.984	6.743	2.721	3.032	619	684
<b>Nordeste</b>	<b>77.170</b>	<b>84.659</b>	<b>62.732</b>	<b>70.158</b>	<b>8.496</b>	<b>9.474</b>
<b>Norte</b>	<b>39.405</b>	<b>42.989</b>	<b>15.758</b>	<b>17.762</b>	<b>4.379</b>	<b>4.960</b>
<b>Sudeste</b>	<b>13.690</b>	<b>14.545</b>	<b>55.064</b>	<b>61.584</b>	<b>2.213</b>	<b>2.565</b>
<b>Sul</b>	<b>9.069</b>	<b>10.486</b>	<b>30.746</b>	<b>34.483</b>	<b>1.145</b>	<b>1.351</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>10.497</b>	<b>11.290</b>	<b>12.735</b>	<b>14.054</b>	<b>1.470</b>	<b>1.454</b>
<b>Brasil</b>	<b>149.831</b>	<b>163.970</b>	<b>177.034</b>	<b>198.040</b>	<b>17.703</b>	<b>19.804</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a setembro de cada ano.

O valor do FPE para o Nordeste foi de R\$ 84,7 bilhões, que representa 51,5% do total distribuído. Todos os Estados nordestinos tiveram variações reais. Os maiores crescimentos, na Região se encontram no Rio Grande do Norte (+7,5% - R\$ 469 milhões), Sergipe (+7,3% - R\$ 459 milhões), Pernambuco (+4,6% - R\$ 498 milhões), Ceará (+4,3% - R\$ 485 milhões) e Bahia (+4,1% - R\$ 589 milhões). A menor variação é da Paraíba (+3,3% - R\$ 242 milhões) e Piauí (+3,4% - R\$ 225 milhões).

As duas maiores variações, Rio Grande do Norte e Sergipe, tem sua explicação na mudança dos coeficientes de distribuição. Quando o Importo de renda e o IPI sobem, mesmo choque para todos, esses dois estados têm coeficientes elevados para seu porte, principalmente porque exibem baixas renda domiciliar per capita e se beneficiam do desenho das travas do fator população. Em 2025, como o excedente do FPE (parte da receita acima do piso) foi distribuído proporcionalmente aos coeficientes (regra vigente até 31/12/2025), a alta das bases favoreceu a todos, mas a margem foi maior em que os coeficientes são mais sensíveis à renda, caso do Rio Grande do Norte e Sergipe

O valor do FPM para a Região foi de R\$ 70,2 bilhões, que representa 35,4% do total distribuído. Todos os Estados também tiveram ganhos reais. A maioria dos estados tiveram crescimento real de entre +6,1% e +6,5%, à exceção de Alagoas (+8,3% - R\$ 344 milhões), Pernambuco (+7,4% - R\$ 677 milhões).

Alagoas é um dos estados de menor renda per capita no país. O TCU utiliza o inverso da renda per capita para compor os coeficientes do FPM. Este fator intensificou seu ganho relativo, e estados com mais municípios de pequeno porte, como Alagoas, que têm coeficientes mais altos pelo critério de renda, captaram mais desse crescimento acima da média regional. Como Alagoas possui grande proporção de municípios enquadrados nos menores coeficientes do FPM, que são mais sensíveis às revisões de base e aos repasses extras, seu último repasse no decêndio de 2025 cresceu +2,21% sobre 2024, somente na última parcela, indicando uma trajetória superior à média nacional.

Pernambuco, teve crescimento populacional significativo (5,3%) desde o Censo 2022, segundo estimativas do IBGE, alcançando 9,5 milhões de habitantes. Isso elevou os coeficientes de vários municípios, especialmente os maiores (Recife, Jaboatão, Caruaru, Petrolina). 23% dos municípios pernambucanos passaram a receber mais recursos, porque subiram de faixa populacional. Como o coeficiente municipal é proporcional ao tamanho da população e ao inverso da renda per capita, aumentos populacionais elevaram o total do FPM de Pernambuco mais que os demais estados.

As capitais da Região receberam R\$ 9,5 bilhões em 2025, que representa 47,8% do total transferido para as capitais do país. O FPM distribuído para as capitais nordestinas, que também impactam no FPM da Região teve um crescimento real de +6,2%, um pouco abaixo do FPM (+6,5%). O aumento de todas as capitais, exceto Maceió, foi de +5,2%. Aquela foi +16,9%. O ganho real em valor, para Maceió foi de R\$ 124 milhões. Fortaleza ficou com R\$ 85 milhões, Salvador, com R\$ 77 milhões, Recife, R\$ 54 milhões, São Luís e Teresina, ficaram com R\$ 53 milhões, cada, enquanto João Pessoa, ficou com R\$ 43 milhões, Rio Grande do Norte, R\$ 31 milhões e Aracaju, R\$ 34 milhões.

Com relação a variação de Maceió, olhando os dois fatores levados em consideração pelo TCU: faixa populacional da capital e o inverso da renda per capita do estado, o primeiro fator sofreu uma mudança significativa. A população estimada em 2022 era 957,9 mil habitantes e passou para 995,0 mil em 2025, cresceu +4,0%. Esse crescimento populacional foi muito maior do que o observado em outras capitais do Nordeste, cujas estimativas populacionais permaneceram estáveis em 2025. Como o coeficiente do FPM para capitais depende diretamente da proporção da população da capital dentro do conjunto das capitais do país, Maceió ganhou peso relativo na distribuição dos 10% destinados às capitais. Como Alagoas é um dos estados com menor renda per capita do Brasil, esse fator amplifica o efeito de qualquer crescimento populacional da capital, ou seja, qualquer ganho demográfico em Alagoas pesa mais na fórmula do que o mesmo ganho em estados com renda per capita maior.

A Tabela 9.2 apresenta as projeções para transferências do FPE e FPM em 2026, baseados no PLOA 2026.

Tabela 9.2 – Projeção das Transferências Constitucionais (FPE + FPM) – Brasil, Nordeste e Estados Seleccionados – 2026 – R\$ milhões

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2025	2026	2025	2026	2025	2026
Alagoas	7.074	7.506	4.493	4.918	855	936
Bahia	15.075	16.166	18.101	19.811	1.539	1.685
Ceará	11.639	12.714	9.817	10.745	1.710	1.872
Maranhão	11.492	12.343	8.270	9.052	1.069	1.170
Paraíba	7.627	8.334	6.483	7.096	855	936
Pernambuco	11.320	11.949	9.808	10.735	1.077	1.179
Piauí	6.944	7.695	5.259	5.756	1.069	1.170
Rio Grande do Norte	6.745	7.001	4.894	5.357	616	674
Sergipe	6.743	7.138	3.032	3.318	684	749
<b>Nordeste</b>	<b>84.659</b>	<b>90.845</b>	<b>70.158</b>	<b>76.788</b>	<b>9.474</b>	<b>10.370</b>
<b>Brasil</b>	<b>163.970</b>	<b>177.533</b>	<b>198.040</b>	<b>216.756</b>	<b>19.804</b>	<b>21.676</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene, com dados reais e previsões, até setembro e previsões para o 4º trimestre de 2024 do Tesouro Nacional. Nota: 1. 2024, valores reais. 2025: até setembro, dados reais e previsões para o 4º trimestre de 2025, do Tesouro Nacional.

A expectativa é um crescimento nominal para o 2026, comparado com 2025, no Brasil, em torno dos +8,3% (FPE) e +9,5% (FPM).

## 9.2 Grau de Endividamento (GRE)

O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Os entes federados só podem tomar operações de crédito se seu GRE, constituído pela relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), for menor que 2.

O índice de endividamento nacional saiu de 0,88 (2021), para 0,77 (2022), 0,79 em 2023, e 0,78 em 2024. Enquanto isso, o índice nordestino era 0,31 em 2022, permaneceu o mesmo em 2023 e, em 2024 subiu para 0,32. A relação entre o GRE do Nordeste e do Brasil, caiu até 2023, 42,9% (2022), 39,4 (2023). Em 2024 passou para 40,3% (2024).

Antes de avaliar o índice de endividamento no segundo quadrimestre de 2025, é interessante olhar o comportamento da DCL e da RCL.

Tabela 9.3 – Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida – 2024 e 3º quadrimestre de 2025 – R\$ milhões

Estado/Região/País	Dívida consolidada Líquida				Receita Corrente Líquida			
	2024	3º Quadrimestre 2025	Relação (%) <sup>1</sup>	Var. %	2024	3º Quadrimestre 2025	Relação (%) <sup>1</sup>	Var. %
Alagoas	12.826	13.550	1,5	5,6	16.921	18.964	1,5	12,1
Bahia	24.083	24.569	2,5	2,0	64.906	68.872	5,3	6,1
Ceará	12.003	11.969	1,1	-0,3	36.309	39.566	3,1	9,0
Maranhão	893	1.735	-0,4	94,3	29.531	32.444	2,6	9,9
Paraíba	-449	675	-0,2	250,4	18.905	21.109	1,7	11,7
Pernambuco	13.167	14.982	1,2	13,8	43.791	47.181	3,6	7,7
Piauí	10.753	13.351	1,3	24,2	17.143	18.712	1,5	9,2
Rio Grande do Norte	6.922	9.472	0,6	36,8	17.255	19.509	1,5	13,1
Sergipe	1.764	1.160	0	-34,2	15.259	16.475	1,4	8,0
<b>Nordeste</b>	<b>81.962</b>	<b>91.462</b>	<b>7,6</b>	<b>11,6</b>	<b>260.020</b>	<b>282.833</b>	<b>22,2</b>	<b>8,8</b>
Norte	14.714	15.870	1,1	7,9	123.209	134.091	10,7	8,8
Sudeste	676.298	719.462	76,5	6,4	473.541	506.359	40,8	6,9
Sul	120.550	121.759	13,3	1,0	172.564	187.121	14,9	8,4
Centro-Oeste	15.256	21.389	1,5	40,2	131.476	143.864	11,4	9,4
<b>Brasil</b>	<b>908.779</b>	<b>969.942</b>	<b>100</b>	<b>6,7</b>	<b>1.160.809</b>	<b>1.254.268</b>	<b>100</b>	<b>8,1</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene. 1. Relação entre o valor estadual com o valor nacional, no 3º primeiro quadrimestre de 2025. 2. Quando a DCL é negativa, quer dizer que o Estado tinha recurso em caixa acima de sua dívida. 3. A RCL é calculada somando-se as receitas correntes arrecadadas em um período de 12 meses, incluindo o mês atual e os 11 meses anteriores.

A DCL da Região, representava apenas 9,0% do total brasileiro, e aumentou no terceiro quadrimestre de 2025, para 9,4%, uma variação de +11,6%, a razão são os crescimentos das dívidas de Pernambuco, Piauí e o Rio Grande do Norte. Por sua vez, a RCL do Nordeste representava 22,4% do total, em 2024, e subiu um pouco (22,5%) em 2025.

Em termos da DCL, a Bahia tem a maior dívida entre os estados nordestinos, 26,9% da DCL do Nordeste, seguida por Pernambuco (16,4%), Alagoas (14,8%) e o Piauí (14,6%). A variação mais notável foi da Paraíba que tinha uma dívida negativa, -R\$ 449 milhões, e passou para R\$ R\$ 675 milhões. A variação no Maranhão também foi significativa, 94,3%. Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, também tiveram variações acima da média regional (11,6%). Quando a DCL é negativa, significa que o Estado tem ativos financeiros (disponibilidades de caixa, aplicações, créditos a receber) maiores que suas dívidas consolidadas.

No caso da Paraíba, a despesa corrente cresceu mais rápido que a receita corrente; houve uma pressão de pessoal acima do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal; houve correções metodológicas da RCL e precatórios e uma redução das disponibilidades de caixa (mesmo estados com superávit fiscal, como a Paraíba, podem ter redução do caixa disponível por pagamento de restos a pagar, aportes previdenciários ou despesas extraordinárias); reajustes nominais da dívida por inflação, a Paraíba tem muitos contratos indexados à inflação e taxas flutuantes, a inflação acumulada de 2024 e início de 2025 reajustou valores nominais da dívida. No Maranhão houve uma redução do caixa líquido entre bimestres posteriores ao 1º bimestre; aumento do pagamento de obrigações correntes sem a contrapartida suficiente de receita; o Maranhão reconheceu passivos previdenciários e precatórios, e existem contratos federais indexados ao IPCA e ao câmbio.

A RCL nordestina, tanto em 2024, quanto em 2025, tem seus principais geradores nos principais estados, Bahia (R\$ 68,9 bilhões), seguido por Pernambuco (R\$ 47,2 bilhões), Ceará (R\$ 39,6 bilhões) e Maranhão (R\$ 32,4 bilhões), que representam 66,5% da RCL regional. Os dois maiores crescimentos da RCL no período, são de Sergipe (+13,1%) e Alagoas (+12,1%).

No Rio Grande do Norte, houve um fortalecimento da fiscalização tributária, o governo ampliou as ações fiscalizatórias, com maior atuação de auditores, combate à sonegação e recuperação de créditos tributários, aumentando a arrecadação própria; O FPE teve aumento real de aproximadamente 10,5%,

contribuindo diretamente para o incremento da receita corrente líquida estadual; A redução do índice de gasto com pessoal (de 57,56% para 56,41%) ampliou a disponibilidade líquida da receita corrente, pois: diminui pressões da despesa obrigatória e melhora o saldo líquido de caixa usado no cálculo da RCL; o estado apresentou aumento da atividade econômica, com melhora no mercado de trabalho, ampliando a base arrecadatária (especialmente ICMS, que responde por cerca de 92% da arrecadação tributária).

O crescimento da RCL de Alagoas, em que o Ministério da Fazenda registrou que foi um dos estados com maior crescimento da RCL no 1º bimestre de 2025, reforçando a tendência de forte expansão, pode-se acrescentar que Alagoas recebeu aumento significativo em transferências federais, principalmente: habilitação de novos hospitais e repasses da saúde e repasses gerais da União; o estado manteve forte controle de despesas, o que ajuda na evolução da RCL ao liberar margens para despesas correntes líquidas e o aumento dos investimentos públicos em saúde, educação e infraestrutura foi financiado por maior receita, mas também gerou retroalimentação positiva da atividade econômica

Tabela 9.4 – Grau de Endividamento (GRE) Regiões, Brasil e Estados Selecionados – 2024 e 3º quadrimestre de 2025

Estado/Região/País	Estado			
	2024	3º Quadrimestre 2025	Relação(%) <sup>1</sup>	Var. %
Alagoas	0,76	0,71	92,4	-6,0
Bahia	0,37	0,36	46,1	-3,6
Ceará	0,33	0,30	39,1	-8,3
Maranhão	0,03	0,05	6,9	78,2
Paraíba	0	0,03	4,1	-
Pernambuco	0,3	0,32	41,1	5,8
Piauí	0,63	0,71	92,3	13,2
Rio Grande do Norte	0,4	0,49	62,8	21,4
Sergipe	0,12	0,07	9,1	-41,3
<b>Nordeste</b>	<b>0,32</b>	<b>0,32</b>	<b>41,8</b>	<b>1,1</b>
<b>Norte</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>15,3</b>	<b>-1,4</b>
<b>Sudeste</b>	<b>1,43</b>	<b>1,42</b>	<b>183,7</b>	<b>-0,6</b>
<b>Sul</b>	<b>0,70</b>	<b>0,65</b>	<b>84,1</b>	<b>-7,0</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>0,12</b>	<b>0,15</b>	<b>19,2</b>	<b>23,9</b>
<b>Brasil</b>	<b>0,78</b>	<b>0,77</b>	<b>100</b>	<b>-0,9</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene. 1. Relação entre o índice estadual com o índice nacional, em 2025. 2. Quando o Grau de endividamento é zero, quer dizer que o Estado tinha recurso em caixa acima de sua dívida consolidada líquida.

Dos vinte sete estados, quatro têm grau de endividamento (GRE) negativo, quer dizer, sua dívida consolidada líquida (DCL) é negativa (o saldo de caixa é maior que a DCL), Paraná, Rondônia, Mato Grosso e Espírito santo. Os outros estados o GRE variou entre 0,02 (Amapá) e 2,17 (Rio de Janeiro). Quando o GRE fica acima de 2,0, o estado fica impedido de captar novos empréstimos/financiamentos. Os maiores índices de endividamento estão no Sudeste, Rio (2,17), São Paulo (1,24), Minas (1,67) e Porto Alegre (1,74). Estes quatro estados detêm 87,4% da DCL do país e 43,3% da Receita corrente Líquida (RCL). O GRE do Nordeste (0,32), representa 41,8% do GRE nacional.

### 9.3 Agências Oficiais de Fomento:

Esta seção, acompanha a evolução dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências oficiais de fomento (AFO), na Região Nordeste, em 2025. São estas as maiores responsáveis pelo investimento produtivo na Região. A avaliação do comportamento das agências oficiais de fomento, se estende até agosto, e permite visualizar o nível de aplicações em todos os estados da Região. A programação para 2025, de empréstimos e financiamentos, efetivamente concedidos, na Região Nordeste, é de R\$ 253,8 bilhões. O valor realizado foi R\$ 216,1 bilhões, 85,2% do valor programado e 7,8% menor que o valor aplicado no ano anterior (R\$ 234,3 bilhões).

A participação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) foi 20,6% (R\$ 44,8 bilhões). A queda não indica falta de recursos, mas sim mudança de estratégia e maior rigor na aplicação, com foco em sustentabilidade, inovação e inclusão produtiva. A expectativa é que, com a maturação dos projetos da Nova Indústria Brasil e ajustes à Reforma Tributária, o ritmo de desembolsos acelere no último trimestre de 2025. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025 trouxe novas regras para aplicação dos recursos, priorizando projetos ligados a: Sustentabilidade e adaptação climática; energias renováveis; redução de emissões e turismo sustentável. Ao mesmo tempo, vedou financiamentos para empresas inadimplentes, importações com similar nacional e instituições com condenações por práticas ilegais (trabalho escravo, crimes ambientais etc.). Essas restrições reduziram a base de projetos elegíveis, atrasando as liberações. A entrada em vigor da Reforma Tributária (CBS e IBS) em 2025 gerou incertezas para empresas sobre incentivos fiscais, especialmente os estaduais via ICMS. Estados do Nordeste estão adaptando seus modelos para fundos de compensação e desenvolvimento regional, o que atrasou novos contratos e investimentos privados complementares. Programas como Nova Indústria Brasil (NIB) e o Plano de Transformação Ecológica passaram a concentrar recursos em setores estratégicos (hidrogênio verde, bioeconomia, data centers verdes), exigindo projetos de maior porte e complexidade. Isso reduziu a velocidade de contratação, pois muitos empreendimentos ainda estão em fase de estruturação ou análise técnica. As agências direcionaram 70,9% dos recursos para micro e pequenos negócios, aumentando exigências de garantias e orientação técnica. Embora socialmente positivo, esse foco demanda mais tempo para análise e liberação dos créditos, impactando o volume aplicado em 2025. A priorização de áreas como semiárido e infraestrutura logística também exige articulação com governos estaduais e PPPs, o que prolonga prazos de contratação.

Tabela 9.5 – Valor (R\$ milhões) e Participação (%) de cada agência oficial de fomento nas aplicações no Nordeste – 2025

Agências Oficiais de Fomento	Região Nordeste (R\$ milhões)			Participação em 2025
	2024	2025	2025/2024 (%)	
BNB	54.811	44.499	81,19	20,6
BNDES	13.405	12.605	94,03	5,8
CAIXA	56.359	58.938	104,58	27,3
BANCO DO BRASIL	107.158	98.011	91,46	45,4
OUTROS <sup>1</sup>	1.832	1.005	54,86	0,5
BASA NORDESTE	702	1.039	148,01	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>234.267</b>	<b>216.097</b>	<b>92,24</b>	<b>100</b>

Fonte: Secretaria de coordenação e governança das empresas estatais – SEST (2026). Elaboração: BNB/Etene. 1. Finep e Finame.

Enquanto o BNB direcionou 53,1% (R\$ 23,6 bilhões) de seus recursos para o setor rural, o total das AFO aplicaram somente 12,5% (R\$ 27,0 bilhões), isto quer dizer que o BNB representa 87,4% de todas as aplicações neste setor.

O Banco do Nordeste (BNB) é o operador exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado pela Constituição para reduzir desigualdades regionais. Esse fundo garante recursos volumosos e com condições diferenciadas para custeio, investimento e comercialização no setor rural, especialmente agricultura familiar e semiárido. Por isso, o BNB tem capilaridade e foco regional, com programas como Agroamigo e linhas específicas para pequenos produtores, o que explica sua liderança (87,4% do total aplicado). O BNB possui rede especializada em microfinanças rurais, com agentes de crédito que visitam comunidades e orientam produtores. Essa proximidade operacional é um diferencial frente aos grandes bancos, que operam via agências tradicionais e plataformas digitais, menos adaptadas à realidade rural nordestina.

As aplicações do BNB nos setores industrial, comércio e serviços, representam 45,5% (R\$ 20,3 bilhões) do seu total (R\$ 44,4 bilhões), enquanto nas AFO representa 35,8% (R\$ 77,4 bilhões).

Tabela 9.6 – Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos por Setor pelas AOF no Nordeste – R\$ milhões – 2025

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação Financeira	Serviços	Habitação	Outros <sup>1</sup>
	216.097	27.024	22.746	21.299	2.780	33.313	22.300	86.635
BNB	44.498	23.617	8.428	5.727	0	6.111	0	615
BNDES	12.605	1.060	2.193	1.214	1.317	6.821	0	0
CAIXA	58.939	1.312	6.551	4.906	0	14.965	21.612	9.593
BANCO DO BRASIL	98.011	228	4.881	9.415	1.337	5.073	688	76.389
OUTROS <sup>2</sup>	1.004	56	499	2	126	314	-	7
BASA NORDESTE	1.039	751	194	35	0	29	0	31

Fonte: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST (2026). Elaboração: BNB/Etene. 1. Atividades que não se enquadram nos setores tradicionais. 2. Finep e Finame.

No consolidado das agências, 61,6% (R\$ 133,2 bilhões) foi aplicado em empreendimentos de porte micro. No BNB, este porte representa 25,1% (R\$ 11,2 bilhões) de suas aplicações, e 8,4% do total das aplicações da AFO neste porte. A maior participação é do Banco do Brasil (54,1%), seguido pela Caixa Econômica Federal (37,2%). O Banco do Brasil (BB) e Caixa são os principais agentes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que prioriza pequenos empreendedores e negócios informais. Essas instituições têm linhas específicas com juros subsidiados, integradas ao Plano Safra e programas sociais, o que atrai grande demanda no Nordeste. A Caixa e o BB possuem ampla rede de agências e correspondentes bancários, especialmente em áreas urbanas e semiurbanas, onde se concentra boa parte dos microempreendedores. A Caixa é fortemente vinculada a programas como Bolsa Família, Auxílio Brasil e FGTS, criando sinergia para concessão de microcrédito a beneficiários. O Banco do Brasil e a Caixa dominam porque têm programas nacionais, capilaridade urbana e integração com políticas sociais. O BNB foca mais em microcrédito rural (Agroamigo), enquanto BNDES atua em projetos maiores, e não no varejo.

No banco, a maior participação em suas aplicações, vem dos empreendimentos de médio porte, 37,2% (R\$ 16,6 bilhões), enquanto no consolidado este porte participa com 11,2% (R\$ 24,3 bilhões) das aplicações. Olhando a participação do BNB no total aplicado pelas AFO no porte médio, ela é de 68,3%, seguido pelo Banco do Brasil, 15,3% (R\$ 3,7 bilhões) e BNDES, 12,0% (R\$ 2,9 bilhões).

O BNB domina porque tem recursos constitucionais, foco regional e estrutura adaptada ao médio porte. O BB e o BNDES aplicam menos por priorizarem outros segmentos e não terem a mesma flexibilidade para empresas médias. O Banco do Nordeste é o gestor exclusivo do FNE, que destina recursos com condições diferenciadas para reduzir desigualdades regionais. Pequenos empreendimentos são prioridade do FNE, com linhas específicas para comércio, serviços e produção rural, garantindo taxas atrativas e prazos longos. Isso dá ao BNB uma vantagem competitiva frente aos demais bancos.

Tabela 9.7 – Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos por Porte pelas AOF no Nordeste – R\$ milhões – 2025

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
	216.097	133.197	20.049	24.263	230	38.358
BNB	44.499	11.159	6.083	16.560	2	10.695
BNDES	12.605	229	883	2.917	0	8.576
CAIXA	58.938	49.549	6.240	711	192	2.246
BANCO DO BRASIL	98.011	72.088	6.369	3.718	0	15.836
OUTROS <sup>1</sup>	1.005	-	189	168	36	612
BASA NORDESTE	1.039	172	285	189	0	393

Fonte: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST (2026). Elaboração: BNB/Etene. 1. Finep e Finame.

No total das aplicações das AFO, a Bahia tem a maior participação, 28,2% (R\$ 60,9 bilhões), seguido pelo Ceará, 14,3% (R\$ 30,9 bilhões), Maranhão, 13,9% (R\$ 29,9 bilhões) e Pernambuco, 13,6% (R\$ 29,3 bilhões). A menor participação é de Sergipe, 3,7% e R\$ 8,0 bilhões.

Tabela 9.8 – Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos por Estado do Nordeste – R\$ milhões – 2025

Região Nordeste	BNB	BNDES	Caixa	Banco do Brasil	Outros <sup>1</sup>	Basa Nordeste	Consolidado
	<b>44.499</b>	<b>12.605</b>	<b>58.938</b>	<b>98.011</b>	<b>1.005</b>	<b>1.039</b>	<b>216.097</b>
Alagoas	2.603	281	3.100	3.822	9	0	9.814
Bahia	14.480	4.265	17.568	24.342	199	0	60.852
Ceará	4.929	1.926	8.943	14.603	458	0	30.860
Maranhão	5.161	1.234	7.854	14.584	69	1039	29.941
Paraíba	3.042	404	4.370	4.714	94	0	12.625
Pernambuco	5.750	1.004	9.025	13.416	134	0	29.327
Piauí	4.821	1.412	2.050	12.845	43	0	21.172
Rio Grande do Norte	1.746	1.903	3.655	6.229	-	0	13.533
Sergipe	1.967	177	2.374	3.456	-	0	7.974

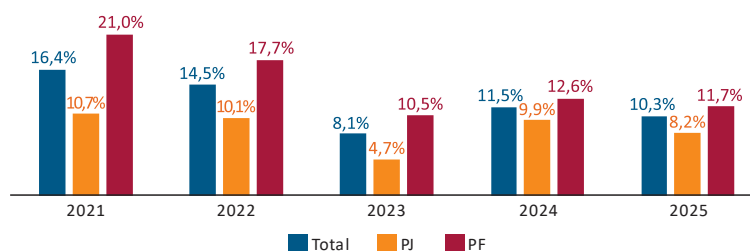
Fonte: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST (2026). Elaboração: BNB/Etene. 1. Finep e Finame.

A Bahia recebe quase o dobro porque sua estrutura econômica é maior e muito mais intensiva em capital, sobretudo em petroquímica, energia e mineração. Ela também tem a maior carteira histórica do BNB/BNDES no Nordeste, reforçando desembolsos anuais. Ceará, Maranhão e Pernambuco possuem porte econômico e setorial mais semelhante, gerando valores próximos. Portanto, o padrão de 2025 reflete características estruturais e não um comportamento temporário das agências.

## 10 Intermediação Financeira

O saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) totalizou R\$ 7,13 trilhões em dezembro de 2025, representando expansão de 10,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A trajetória de crescimento continua sendo majoritariamente sustentada pelas operações com pessoas físicas, que registraram elevação de 11,7% em 12 meses. Já as operações destinadas às pessoas jurídicas apresentaram avanço mais moderado, com alta de 8,2% no mesmo período (Gráfico 10.1).

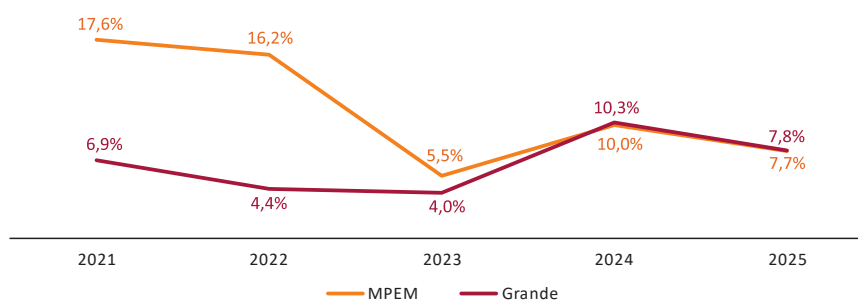
Gráfico 10.1 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de crescimento nos últimos 12 meses - 2021 a 2025



Fonte: Bacen (2026). Elaboração do BNB/Etene.  
Nota: 2025 refere-se a dezembro, no acumulado dos últimos doze meses

No recorte empresarial, as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e as grandes empresas apresentaram ritmos de crescimento semelhantes, com incrementos de 7,7% e 7,8%, respectivamente, no saldo de crédito (Gráfico 10.2).

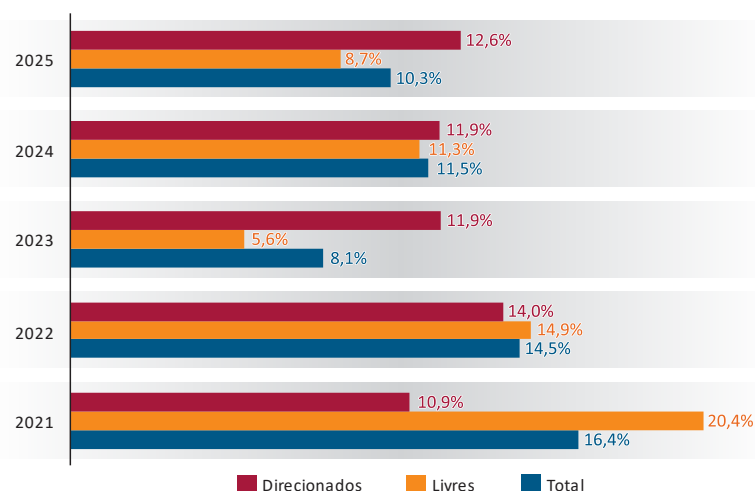
Gráfico 10.2 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento nos últimos 12 meses - 2021 a 2025



Fonte: Bacen (2026). Elaboração do BNB/Etene.  
Nota: 2025 refere-se a dezembro, no acumulado dos últimos doze meses

Entre as fontes de financiamento, os recursos direcionados atingiram a marca de R\$ 3,03 trilhões, com crescimento de 12,6% em relação a dezembro de 2024. Estes recursos, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculados a fundos públicos, seguem concentrados em linhas de crédito rural, imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito produtivo orientado. Por sua vez, os recursos livres, voltados a finalidades como capital de giro, cartão de crédito, crédito pessoal e aquisição de bens, alcançaram R\$ 4,10 trilhões, com crescimento de 8,7% no acumulado em 12 meses — ritmo inferior ao observado entre os recursos direcionados (Gráfico 10.3).

Gráfico 10.3 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2021 a 2025



Fonte: Bacen (2026). Elaboração do BNB/Etene.

Nota: 2025 refere-se a dezembro, no acumulado dos últimos doze meses

A moderação no ritmo de crescimento da carteira de crédito reflete o cenário de juros elevados e seletividade das instituições financeiras na concessão de novos empréstimos. Apesar disso, a expansão do crédito à pessoa física demonstra resiliência, impulsionada pela melhora do mercado de trabalho e aumento da massa salarial.

As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, sob o lastro de recursos livres e direcionados, encerraram o 4º. Trimestre de 2025 com taxa média de juros de 32,1% a.a., conforme informações publicadas pelo Banco Central. Nos últimos 12 meses, a taxa de juros média avançou 3,6 pontos percentuais, em decorrência da recente mudança da condução da política monetária, via aumento Taxa Selic, que provocou impacto na trajetória de curto prazo dos juros.

O *spread* bancário, que representa a diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos, sendo, em grande medida, a margem de rentabilidade dos bancos, registrou 21,1% no último mês de dezembro de 2025, de forma apresentou avanço nos últimos doze meses (+3,6 pontos percentuais). Entre os segmentos, o *spread* da pessoa jurídica (8,1%) continua mais baixo que o *spread* da pessoa física (27,1%), fundamentalmente pela menor inadimplência, maior respaldo das operações bancárias com garantias reais, entre outros fatores econômico-financeiros.

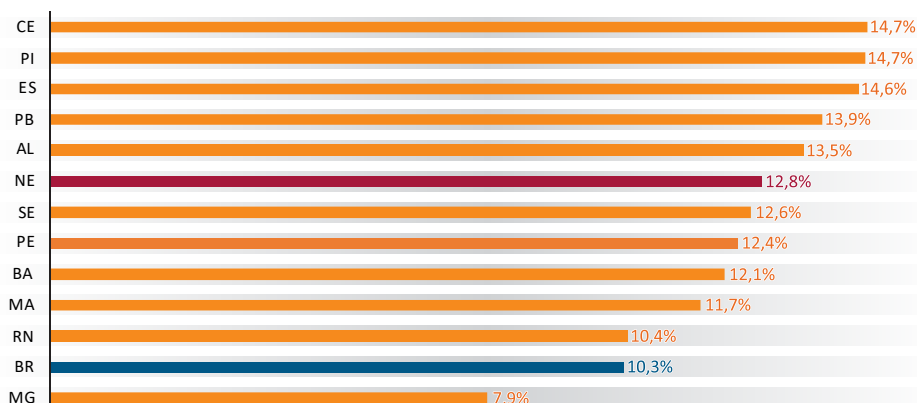
### 10.1 Crédito Regional

O Sistema Financeiro Nordestino registrou um saldo de operações de crédito de R\$ 1,01 trilhão em dezembro de 2025, o que representa crescimento de 12,8% em comparação com o mesmo mês de 2024. O aumento do crédito no Nordeste foi superior ao observado em âmbito nacional, onde este cresceu 10,3% no mesmo período.

A Região Nordeste registrou avanço no crédito, impulsionado pelo crescimento das carteiras de crédito de pessoas jurídicas, que aumentaram 13,0%, e também de pessoas físicas, que subiram 12,7%. Ao final do último mês de dezembro de 2025, o saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinados às famílias representava 70,0% do total, enquanto as empresas respondiam pelos 30,0% restantes.

Entre os estados da área de atuação do Banco, as maiores elevações no saldo das operações de crédito ocorreram no Ceará (+14,7%) e Piauí (+14,7%), no mês de dezembro de 2025, quando comparado com o mesmo mês no ano de 2024. No montante total de crédito, os principais estados no Nordeste são: Bahia (R\$ 276,2 bilhões), Pernambuco (R\$ 162,3 bilhões) e Ceará (R\$ 160,9 bilhões).

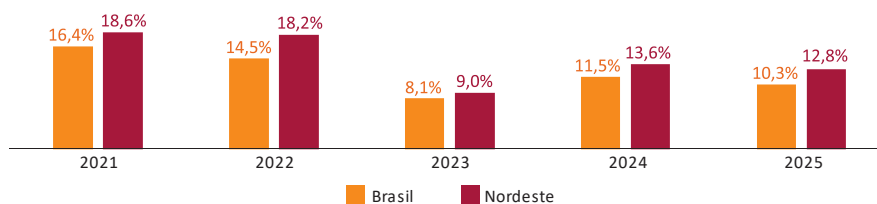
Gráfico 10.4 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - Dezembro de 2025



Fonte: Bacen (2026). Elaboração do BNB/Etene.

Regionalmente, ao considerar as operações acima de R\$ 1 mil, a maior expansão no saldo de crédito, referente a dezembro de 2025, em ritmo anualizado, foi observada na Região Nordeste, com crescimento de 12,8%, que ultrapassou em termos de performance do avanço da carteira de crédito da Região Norte, que anotou expansão de 12,4% na mesma base de comparação.

Gráfico 10.5 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordestino – Em 12 Meses % - 2021 a 2025



Fonte: Bacen (2026). Elaboração do BNB/Etene.

Nota: 2025 refere-se a dezembro, no acumulado dos últimos doze meses

No cenário prospectivo, a melhora dos indicadores econômicos, como a redução do desemprego, o aumento da renda e da massa salarial, deve colocar o crédito no Nordeste ainda em crescimento em 2025; no entanto, a Taxa Selic no campo restritivo deve atenuar o avanço da carteira de crédito regional.

Tabela 10.1 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Regiões – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2019 a 2025\*

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Brasil	6,5%	15,7%	16,4%	14,5%	8,1%	11,5%	10,3%
Centro-Oeste	10,0%	17,3%	17,4%	17,8%	12,4%	11,6%	8,0%
Nordeste	9,0%	12,1%	18,6%	18,2%	9,0%	13,6%	12,8%
Norte	13,2%	17,9%	27,1%	22,8%	14,1%	16,3%	12,4%
Sudeste	4,1%	15,6%	14,9%	10,8%	5,7%	10,8%	9,8%
Sul	8,7%	19,1%	15,6%	16,0%	7,7%	13,0%	9,8%

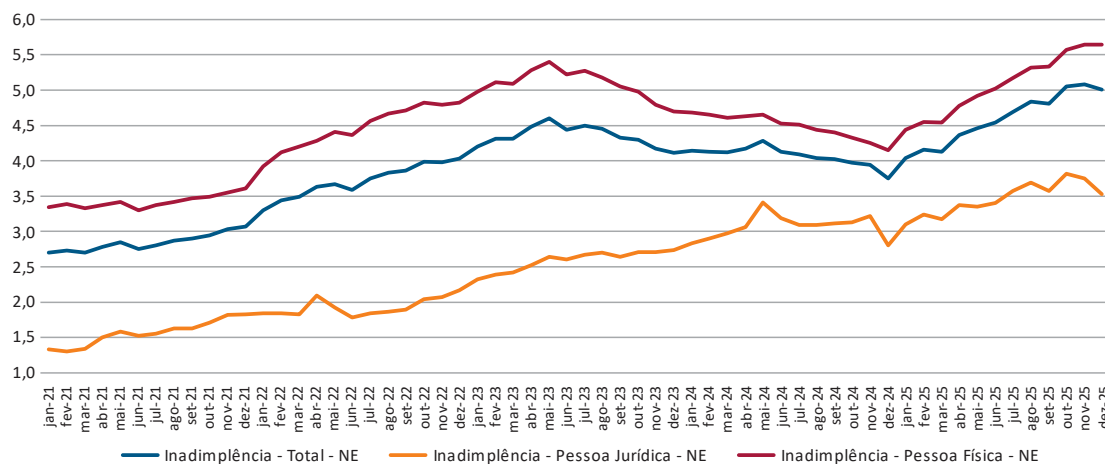
Fonte: Bacen (2026). Elaboração do BNB/Etene.

Nota: 2025 refere-se a dezembro, no acumulado dos últimos doze meses

A taxa de inadimplência do Nordeste registrou 5,01% em dezembro de 2025, o que representa alta de 1,26 ponto percentual nos últimos 12 meses. O comportamento da inadimplência na região, no ano de 2025 vêm apresentando aceleração, muito em decorrência do desempenho da inadimplência das pessoas físicas (+5,64%), que sente de forma mais clara a política monetária mais restritiva, enquanto a pessoa jurídica apresentou taxa de 3,53%, denotando ainda inadimplência controlada. Adicionalmente, vale citar

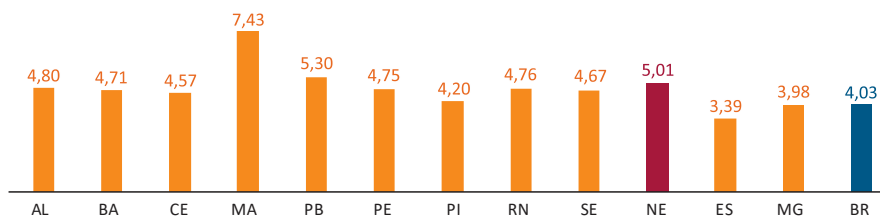
os efeitos de uma nova resolução (4.966) do Banco Central, que modificou as regras de classificação de operações inadimplidas.

Gráfico 10.6 – Inadimplência – Nordeste - Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2021 a Dezembro de 2025



Fonte: Banco Central (2026). Elaboração: BNB/Etene (2026).

Gráfico 10.7 – Inadimplência – Nacional, Regional e Estados da Área de Atuação do BNB – % – Dezembro de 2025



Fonte: Banco Central (2026). Elaboração: BNB/Etene (2026).

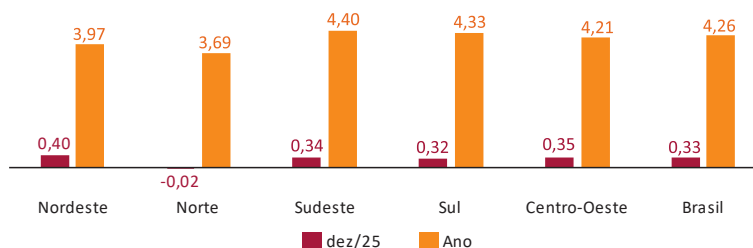
No Nordeste, a inadimplência mais baixa, no final do 4º. Trimestre de 2025, foi observada no Piauí (+4,20%). Entre os estados da área de atuação do Banco, o Maranhão apresentou a maior taxa de inadimplência (+7,43%), seguida pela Paraíba (+4,75%). A inadimplência média nacional ficou em 4,03%, inferior à registrada no Nordeste.

## 11 Inflação

A inflação do Nordeste, medida pelo IPCA, foi de +0,40% em dezembro de 2025, acima do IPCA brasileiro (+0,33%). São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, carregaram 53,5% do índice nacional, enquanto o conjunto das cinco capitais/regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas carregaram 19,1%. Nestas, Aracaju (+0,36%), Recife (+0,54%), e Salvador (+0,59%) estão acima do índice nacional. As duas últimas estão acima do índice regional. São Luís (-0,19) tem o menor IPCA entre as regiões metropolitanas/capitais pesquisadas. Olhando a composição do índice regional, Recife e Salvador carregaram 90,2% do índice regional.

O Nordeste (+0,40%), Sudeste (+0,34%) e o Centro-Oeste (+0,35%) tiveram variações maiores que o índice nacional (+0,33%). O Sudeste contribuiu com 54,6% do índice nacional, seguido pelo Nordeste com 19,2% e o Sul (+0,32), com 16,0%. Cabe salientar que o IPCA nordestino ficou abaixo do índice nacional ano (+3,97% para +4,26%) (Gráfico 11.1).

Gráfico 11.1 – IPCA (%) – Brasil e Regiões – dezembro e ano - 2025

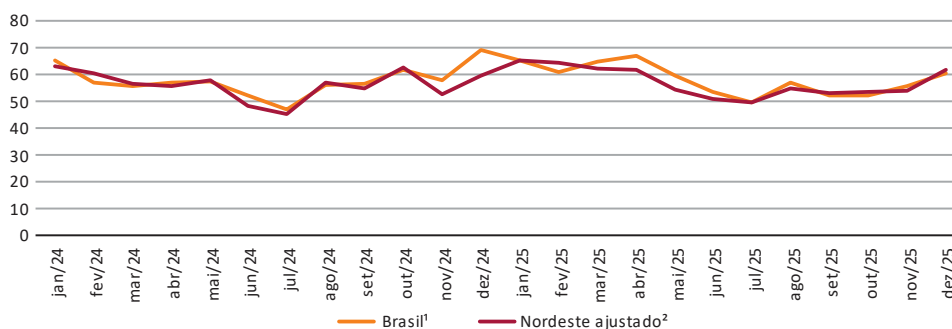


Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Os dados para o Brasil mostram que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês de dezembro teve alta de 0,33%, 0,15 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de 0,18% registrada em novembro. Em dezembro de 2024, a variação havia sido de 0,52%. À exceção do grupo Habitação, com queda de 0,33%, os demais grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em dezembro. A maior variação (0,74%) e o maior impacto (0,15 p.p.) vieram do grupo Transportes, seguido, em termos de impacto, por Saúde e cuidados pessoais, com alta de 0,52% e 0,07 p.p. O grupo Artigos de residência (0,64%) teve a segunda maior variação em dezembro, após o recuo de 1,00% registrado em novembro. O IPCA encerrou o ano com variação de 4,26%, 0,57 p.p. abaixo dos 4,83% registrados em 2024. O resultado de 2025 foi influenciado principalmente pelo grupo Habitação (6,79%), que teve o maior impacto (1,02 p.p.) no acumulado do ano. Na sequência, vieram Educação (6,22%), Despesas pessoais (5,87%) e Saúde e cuidados pessoais (5,59%). Os quatro grupos juntos responderam por, aproximadamente, 64% do resultado do ano. Cabe destacar que esses grupos ou são monitorados, ou influenciados por serviços, que são bastante resilientes aos impactos da taxa de juros.

O índice de difusão (espalhamento das variações positivas nos itens que compõem o IPCA) é um pouco maior no Nordeste (61,5%) que no Brasil (60,5%). Eles estavam entre 65,3% (Brasil) e 61,5% (Nordeste) em janeiro de 2024. Flutuaram até 66,8% (Brasil) e 61,8% (Nordeste) em abril de 2025, e caíram para os valores acima citados.

Gráfico 11.2 – Índice de Difusão – Brasil e Nordeste



Fonte: Banco Central (2026) e IBGE (2026). Elaboração: BNB/Etene. 2. Ajustado porque foram excluídos todos os valores, na métrica 12 meses, que não existem nas capitais nordestinas, mas têm valores no Brasil.

O IPCA é composto por centenas de subitens (alimentos, serviços, bens industriais, energia, etc.). O Brasil tem uma memória inflacionária forte: contratos e preços administrados costumam ser corrigidos por índices passados. Isso garante que uma parcela significativa dos itens terá aumento, mesmo que a inflação geral esteja baixa. O índice só considera se o preço subiu ou não, independentemente da magnitude.

Assim, mesmo com inflação mensal próxima de zero, se muitos itens subirem um pouco e outros caírem bastante, a difusão continua alta.

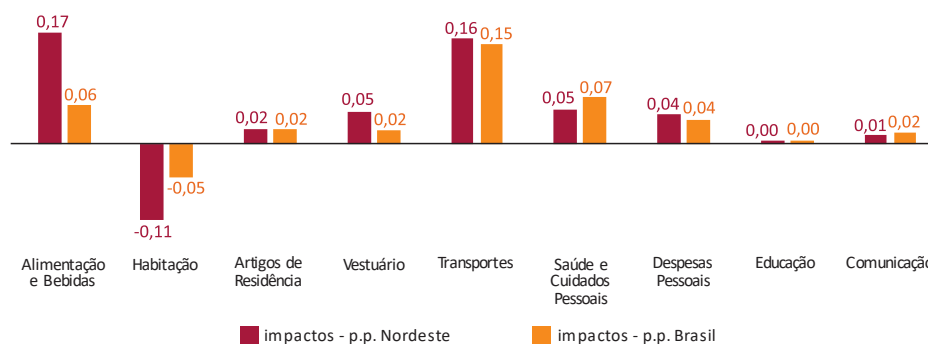
### 11.1 O IPCA regional no mês – detalhamento das principais variações

Das 16 capitais/regiões metropolitanas pesquisadas no Brasil, três tiveram variações negativas, Curitiba (-0,02%), Belém (-0,10%) e São Luís (-0,19%). As outras, tiveram variações positivas, entre +0,17% (Campo Grande e Fortaleza) e +0,63% (Porto Alegre). A média das variações foi +0,31% e a mediana, +0,32%, indicando uma baixa dispersão.

No Nordeste e Brasil, os grupos Alimentação e bebidas, Transportes e Saúde e cuidados pessoais foram responsáveis por 95,6% do índice nordestino e 84,5% do brasileiro. No sentido inverso, o destaque no índice nacional e regional é Habitação, que gerou impacto de -0,05 p.p. (Brasil) e -0,11 p.p. (Nordeste), sendo a principal causa energia elétrica residencial (Nordeste -2,9% e impacto de -0,13 p.p.; Brasil - -2,4% e impacto de -0,10 p.p.). O item energia elétrica costuma ser o principal determinante mensal do grupo Habitação. Em dezembro, as reduções: rebatimento de bandeiras tarifárias menos onerosas, ajustes negativos em contas após revisões tarifárias, e menor uso de ar-condicionado em alguns estados, tendem a ter peso relativamente maior no Nordeste, onde a participação da energia elétrica no orçamento domiciliar de baixa e média renda é mais elevada do que na média nacional.

Em Alimentação e bebidas, os principais impactos vêm dos itens cebola, carnes, refeição e lanche, que representam 84,8% da variação do grupo. Em Transportes, três itens puxaram a variação do grupo, ônibus interestadual (+5.1%), passagem aérea (+19,2%) e transporte por aplicativo (+11,5%). Produtos farmacêuticos, planos de saúde, produto para cabelo e desodorante, são as variações relevantes em Saúde e cuidados pessoais, representam 76,8% da variação do grupo.

Gráfico 11.3 – Impactos dos Grupos do IPCA – Nordeste e Brasil – dezembro de 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

As diferenças entre Nordeste e Brasil nas variações do IPCA de dezembro, tanto em Habitação quanto em Alimentação e Bebidas, decorrem principalmente de estruturas de consumo distintas, condições climáticas regionais, dinâmica tarifária e arranjos logísticos e produtivos. Existe uma sensibilidade maior do Nordeste a energia elétrica e alimentos básicos. No IPCA de dezembro no Nordeste, os aumentos expressivos observados em Transportes — com destaque para ônibus interestadual (+5,07%), passagem aérea (+19,23%) e transporte por aplicativo (+11,53%) — estão associados a um choque sazonal de demanda, combinado a estruturas de preços flexíveis, custos operacionais elevados e mecanismos de formação de preços muito sensíveis ao curto prazo.

No grupo alimentação e bebidas, dois itens foram os destaques no mês, cebola (+34,7% e impacto de +0,05 p.p.) e carnes (+1,6% e impacto de +0,05 p.p.). No primeiro, as variações ficaram entre +7,3% (São Luís) e +53,9% (Salvador). Nas carnes, as variações ficaram entre +0,4% (São Luís) e +2,2% (Salvador). Em

Transportes, cabe destacar passagem aérea (+19,2% e impacto de +0,10 p.p.) e transporte por aplicativo (+11,5% e impacto de 0,04 p.p.). As variações no primeiro ficaram entre +12,4% (São Luís) e +26,3% (Salvador). +5,0% (Aracaju) e +16,9% (Recife) é o intervalo das variações de transporte por aplicativo. Plano de saúde é o principal impacto (+0,5% e impacto de +0,02 p.p.) em Saúde e cuidados pessoais.

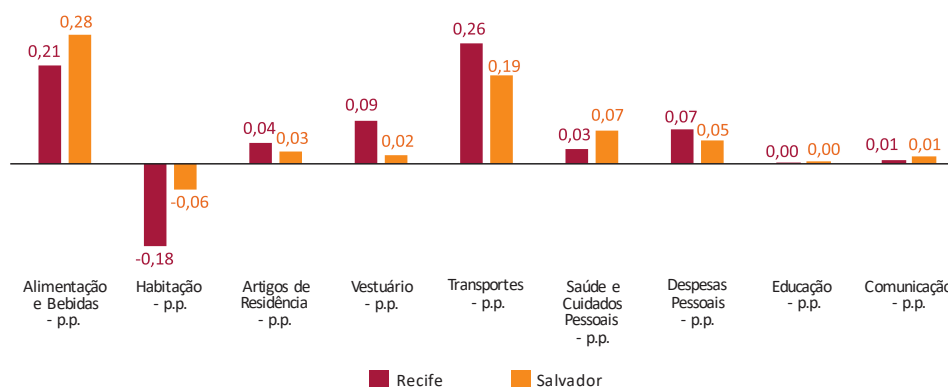
Tabela 11.1 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – dezembro de 2025

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luis		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
		0,17		0,54		0,59		0,36		-0,19		0,40		0,33
Alimentação e Bebidas	0,24	0,06	0,89	0,21	1,23	0,28	0,76	0,16	-0,67	-0,17	0,72	0,17	0,27	0,06
Habitação	-0,29	-0,05	-1,27	-0,18	-0,39	-0,06	-1,00	-0,13	-1,9	-0,29	-0,78	-0,11	-0,33	-0,05
Artigos de Residência	0,05	0,00	1,19	0,04	0,69	0,03	0,27	0,01	0,17	0,01	0,60	0,02	0,64	0,02
Vestuário	0,88	0,04	1,57	0,09	0,31	0,02	1,10	0,06	1,07	0,07	0,87	0,05	0,45	0,02
Transportes	0,28	0,05	1,35	0,26	1,03	0,19	0,57	0,11	0,37	0,07	0,86	0,16	0,74	0,15
Saúde e Cuidados Pessoais	0,21	0,03	0,21	0,03	0,45	0,07	0,35	0,06	0,55	0,08	0,35	0,05	0,52	0,07
Despesas Pessoais	0,12	0,01	0,88	0,07	0,47	0,05	0,53	0,05	0,38	0,03	0,49	0,04	0,36	0,04
Educação	0,13	0,01	0,06	0,00	0,07	0,00	0,10	0,01	0,01	0,00	0,08	0,00	0,08	0,00
Comunicação	0,43	0,02	0,19	0,01	0,37	0,01	0,62	0,03	0,34	0,01	0,35	0,01	0,37	0,02

Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: índice – variação (%); p.p. – pontos percentuais (impactos).

As duas regiões metropolitanas/capitais nordestinas, que tiveram as maiores variações foram Recife (+0,54%) e Salvador (+0,59%), esta, ocupa a 3ª posição em maior IPCA no mês, e Recife, a 5ª. Em termos de grupos com maior impacto, Salvador converge com o índice regional, e Recife, em dois, Vestuário substitui Saúde e cuidados pessoais.

Gráfico 11.4 – Impactos dos Grupos do IPCA – Recife e Salvador – dezembro de 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Dois grupos representam 86,5% da variação total em Recife, Alimentação e bebidas e Transportes. No primeiro grupo, cebola, hortaliças, frutas, carnes e lanche representam 91,0% da variação total. Em Transportes, passagem aérea (+14,6%), transporte por aplicativo (+16,9%) e gasolina (+1,9%) representam 109,6% da variação do grupo.

Os mesmos grupos que mais impactaram o IPCA de Recife, são os ofensores em Salvador Alimentação e bebidas e Transportes. Em Alimentação e bebidas, as principais variações são da cebola, frutas, carnes, frango inteiro, pão francês e refeição, que representam 87,1% da variação total do grupo. Passagem aérea (+26,5%) e transporte por aplicativo (+9,0%), representam 97,4% da variação de Transportes em Salvador.

## 11.2 O IPCA regional no ano – detalhamento das principais variações

No ano, o IPCA regional acumula +3,97%, abaixo do índice nacional (+4,26%). Tem o segundo menor índice entre as Regiões, só o Norte é menor, +3,69%. O valor das outras regiões são: Sudeste (+4,40%), Sul (+4,33%) e Centro-Oeste (+4,21%). Aracaju (+4,49%, 5ª posição) tem a maior variação regional, seguido por Recife (+4,33%), Fortaleza (+4,06%) e Salvador (+3,80%), conforme Tabela 11.2.

Tabela 11.2 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – ano de 2025

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luis		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
	4,06		4,33		3,80		4,49		3,24		3,97		4,26	
Alimentação e Bebidas	3,04	0,73	3,36	0,79	3,58	0,80	2,85	0,61	-0,2	-0,06	2,98	0,69	2,95	0,63
Habitação	5,81	0,95	5,40	0,75	4,27	0,61	6,44	0,82	9,2	1,37	5,51	0,80	6,79	1,05
Artigos de Residência	0,30	0,01	-0,43	-0,02	-3,74	-0,14	2,93	0,09	-0,29	-0,03	-1,30	-0,05	-0,28	-0,02
Vestuário	3,81	0,18	5,71	0,33	4,60	0,24	4,08	0,23	4,59	0,28	4,68	0,25	4,99	0,23
Transportes	1,57	0,29	5,56	1,06	1,57	0,28	4,50	0,82	1,54	0,26	2,75	0,51	3,07	0,62
Saúde e Cuidados Pessoais	7,12	0,98	4,20	0,64	5,68	0,88	5,04	0,86	6,44	0,87	5,64	0,85	5,59	0,76
Despesas Pessoais	6,60	0,50	5,05	0,43	6,98	0,71	5,58	0,52	4,86	0,38	6,11	0,55	5,87	0,60
Educação	6,28	0,42	5,75	0,35	6,15	0,37	6,60	0,51	4,41	0,20	5,93	0,37	6,22	0,37
Comunicação	0,03	-0,00	0,07	-0,00	1,18	0,04	0,67	0,03	-1,08	-0,05	0,40	0,01	0,77	0,03

Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: índice – variação (%); p.p. – pontos percentuais (impactos).

Os grupos que mais impactaram a variação no Nordeste, são Alimentação e bebidas, Habitação, Saúde e Cuidados pessoais e Despesas pessoais, que representam 72,7% do IPCA nordestino. No Brasil, Despesas pessoais é substituído por Transportes, estes representam 71,5% do IPCA brasileiro. No Nordeste, o primeiro grupo, os impactos do café (+41,5%), carnes (+2,4%), refeição (+5,7%) e lanche (+10,7%), representam 116,4% da variação do primeiro grupo. Energia elétrica residencial (+8,1%), aluguel residencial (+4,4%), taxa de água e esgoto (+6,9%), condomínio (+4,6%) e reparos (+4,9%), representam 92,2% da variação do grupo Habitação. Produtos farmacêuticos, planos de saúde e higiene pessoal, representam 85,9% da variação do grupo saúde e cuidados pessoais. Em Despesas pessoais, as principais variações são de empregado doméstico, jogos de azar, cabelereiro e barbeiro e hospedagem, representam 71,3% da variação do grupo.

À exceção do grupo Alimentação e bebidas, um dos quatro que mais impactaram o IPCA brasileiro e nordestino, os outros sofrem com a variação de serviços, em que o uso da taxa de juros tem menos eficiência. Alimentação e bebidas, Habitação, Saúde e cuidados pessoais e Despesas pessoais responderam por 73,7% da variação no ano na região, com energia elétrica, aluguel/taxas, higiene pessoal e serviços diversos puxando os grupos — exatamente a cesta onde dominam serviços ou preços administrados. Incentivar desindexação/diminuindo inercias inflacionárias, deveriam diminuir a rigidez dos serviços e monitorados justamente pela indexação. A política monetária segue necessária para bens comercializáveis e ancorar expectativas, mas precisa ser complementada por sinais de queda de núcleos de serviços. Se aceitarmos o diagnóstico de que o grande entrave para levar o IPCA de forma sustentada ao redor da meta (3%) é a inflação de serviços, então 2026 tende a ser um ano de desinflação lenta, cheia de tensões entre atividade, juros e política econômica. 2026 tende a ser um ano de inflação oficialmente comportada, mas estruturalmente desconfortável.

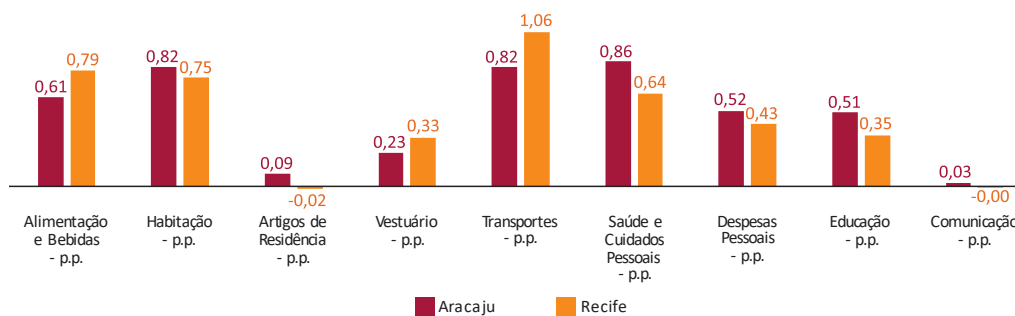
Aracaju (+4,49%) tem a maior variação na região, superando o índice regional e o nacional, seguido por Recife (+4,33%). Os mesmos grupos que mais impactaram o índice nacional, são os principais ofensores das duas regiões metropolitanas. Eles representam 69,3% da variação total de em Aracaju e 74,8% em Recife.

Os principais impactos em Aracaju e Recife são dos grupos Alimentação e bebidas, Habitação, Transportes e Saúde e cuidados pessoais. Em Alimentação e bebidas, Aracaju, três itens, café moído, refeição e lanche, representam 102,4% do impacto total do grupo. Aluguel residencial, taxa de água

e esgoto e energia elétrica residencial, geraram um impacto de 84,3 da variação total do grupo. Em Transportes, as principais variações são de taxi, passagem aérea, veículo próprio e gasolina, que representam 84,9% do impacto total no grupo. Em Saúde e cuidados pessoais, os principais impactos são dos produtos farmacêuticos, serviços médicos e dentários, plano de saúde e perfume, que representam 84,9% do impacto total do grupo.

Em Recife, as principais variações no grupo Alimentação e bebidas, são aves e ovos, café moído, refeição e lanche, que representam 96,4% do impacto total do grupo. Aluguel residencial, taxa de água e esgoto e energia elétrica residencial, são os destaques em Habitação e representam 78,2% do impacto total do grupo. No grupo Transportes, transporte por aplicativo, veículo próprio e gasolina representam 88,1% do impacto total do grupo. Produtos farmacêuticos e plano de saúde representam 77,7% do impacto total do grupo Saúde e cuidados pessoais.

Gráfico 11.5 – Impactos dos Grupos do IPCA – Aracaju e Recife – 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

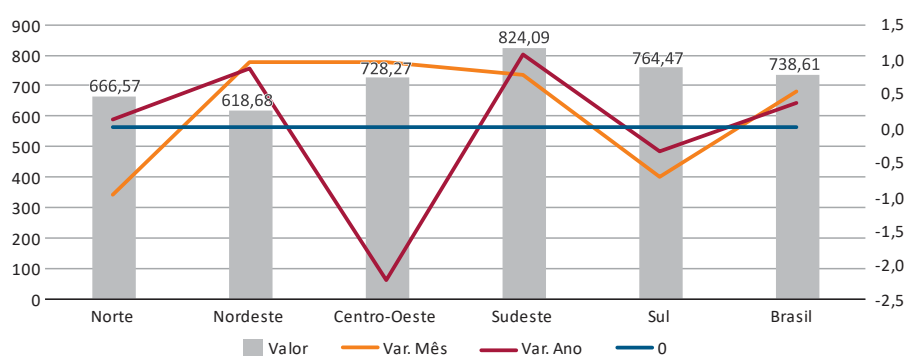
## 12 Cesta Básica

A Cesta Básica é calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Este, firmou parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e um dos primeiros frutos desta parceria é a ampliação da coleta de preços de alimentos básicos de 17 para 27 capitais brasileiras. Assim, em setembro, o valor da cesta e a variação no mês, nas regiões, calculada pelo BNB, levará em conta todas as capitais brasileiras. Diante da estratificação de renda da população brasileira, a cesta é um instrumento importante para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos básicos. De acordo com os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, com os dados de 2023, dos trabalhadores cadastrados na Região Nordeste, 57,3 % ganham até dois salários-mínimos. A ampliação do limite para três salários-mínimos, apresenta que 68,0% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite. Reforçando ainda esta linha de argumento, de acordo com o IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral), a informalidade no Nordeste e Norte, média de 2013 a 2023, é 52,9% e 55,8%, respectivamente, quando no Brasil é 39,6%. Grande parte do orçamento desse extrato da população, é destinado a alimentação e despesas de subsistência. Vê-se, então, a importância do acompanhamento dos gastos com alimentos básicos.

Das vinte e sete capitais, nove tiveram variações negativas, entre -0,44% (Recife, a única capital no Nordeste) e -3,60% (Porto Velho). As variações no Nordeste ficaram entre -0,44% (Recife) e +3,19% (Maceió). O Nordeste e o Centro-Oeste (+0,95%) têm as maiores variações no mês de dezembro. O Sudeste (+0,77%), tem a outra variação positiva. O Norte (-0,99) e o Sul (-0,73%), tiveram deflação.

As variações positivas e coincidentes no Nordeste e Centro-Oeste, sinalizam alguns pontos: Em dezembro, o início do período chuvoso no Centro-Oeste e parte do Nordeste pode impactar transporte e oferta, elevando custos. Elas importam parte dos alimentos de áreas produtoras do Sul e Sudeste. Se há alta nos fretes ou menor oferta nessas regiões, os preços sobem de forma semelhante. No Norte, é forte a presença de produtos regionais (peixes, frutas) que tiveram boa oferta no período, existe uma menor pressão de demanda em relação ao Sudeste e Nordeste, e a logística fluvial e local foi favorecida por condições climáticas estáveis no período. No Sul, é uma região produtora de grãos e hortifrutis, com safra favorável no fim do ano. Ocorreu uma redução nos preços da carne bovina e do leite, devido à maior oferta local. Vale ressaltar que a região sofre um menor impacto de fretes, pois é área produtora e menos dependente de transporte interestadual.

Gráfico 12.1 – Cesta Básica Valor e variação (%) – Brasil e Regiões – dezembro e ano – 2025



Fonte: DIEESE (2025). Elaboração BNB/Etene.

No Nordeste, no mês, apenas dois produtos sofreram aumentos e puxaram a variação da cesta, a carne (+2,2% e impacto de +0,7 p.p.) e o tomate (+6,9% e impacto de +0,7 p.p.), que representam 146,7% da variação total. No Brasil inteiro, inclusive no Nordeste, o DIEESE aponta que a oferta de carne bovina de primeira está limitada, enquanto tanto o mercado interno quanto o externo continuam aquecidos. Esses dois fatores elevam os preços no varejo. A carne representa cerca de 30% do custo da cesta básica na região. Consequentemente, mesmo aumentos modestos no preço do produto geram impactos significativos no índice total. A alta expressiva no preço do tomate em dezembro está ligada a problemas climáticos, menor produção em determinadas regiões e possíveis dificuldades logísticas no escoamento, o tomate subiu

em praticamente todas as capitais nordestinas, com variações entre +5,0% e +8,0%, evidenciando um fenômeno de preço que reverbera pela região.

Tabela 12.1 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Valor e variação no mês e no ano - 2025.

Capitais/Região	Valor (R\$ 1,00)	% - Mês	% - Ano
FORTALEZA	676,99	0,95	0,48
ARACAJU	539,49	0,26	-2,63
JOÃO PESSOA	597,64	0,00	-1,52
NATAL	597,14	0,98	-3,27
RECIFE	596,08	-0,44	1,31
SALVADOR	607,48	1,55	4,04
MACEIÓ	589,68	3,19	-
SÃO LUÍS	629,42	0,42	-
TERESINA	645,08	1,39	-
<b>NORDESTE</b>	<b>619,23</b>	<b>0,95</b>	<b>0,87</b>

Fonte: DIEESE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Fortaleza (R\$ 676,99) tem a cesta mais cara da Região, 9,3% maior que a cesta regional (R\$ 619,23), e 25,5% que a cesta mais barata entre a nove capitais nordestinas, (Aracaju, R\$ 539,49). A variação em Fortaleza (+0,95%) e a mesma que a do Nordeste (+0,95%). A região só teve dois aumentos, carne e tomate, que representam 146,7% da variação do mês. Em Fortaleza, além da carne e do tomate, agrega-se a banana, que representam 118,1% da variação total.

Tabela 12.2 – Variação no mês de dezembro e impactos (p.p.) – Brasil e Nordeste

Total da Cesta	Brasil		Nordeste	
	var.%	impacto (p.p.)	var.%	impacto (p.p.)
		<b>0,53</b>		<b>0,95</b>
Carne	1,75	0,62	2,19	0,71
Leite	-2,70	-0,17	-1,72	-0,11
Feijão	0,15	0,00	-0,46	-0,03
Arroz	-2,29	-0,05	-2,31	-0,07
Farinha	-0,51	-0,01	-0,35	-0,02
Batata	11,89	0,32	0,00	0,00
Tomate	-2,90	-0,25	6,91	0,69
Pão	0,15	0,02	-0,26	-0,05
Café	-0,67	-0,03	-0,55	-0,02
Banana	1,75	0,19	-0,49	-0,05
Açúcar	-1,89	-0,04	-2,00	-0,04
Óleo	-0,50	-0,01	-0,22	-0,01
Manteiga	-0,81	-0,06	-0,58	-0,05

Fonte: DIEESE (2025). Elaboração BNB/Etene.

No ano, o Nordeste (+0,87%) tem a segunda maior variação, em que o Sudeste (+1,07%) tem a maior, seguida pelo Norte (+0,11%). As outras são: Sul (-0,35%) e Centro-Oeste (-2,24%). Salvador (+4,04%) carregou 127,7% para o índice regional anual, seguido por Recife (+1,31%), 25,7% e Fortaleza (+0,48%), 15,1%. Aracaju, João Pessoa e Natal tiveram reduções em suas cestas, e contribuíram com -68,6% para o índice regional.

no ano, a variação da cesta básica do Nordeste, calculada pelo DIEESE, em cinco capitais nordestinas (Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Recife e Salvador), variou +0,87%. Os principais impactos foram da carne

(+2,42% e impacto de +0,67 p.p.), do café (+43,94% e impacto de +1,33 p.p.), do tomate (+6,75% e impacto de +0,77 p.p.), do pão (+4,92% e impacto de +0,68 p.p.) e da banana (+4,92% e impacto de +0,68 p.p.). Em contrapartida, ocorreram reduções nos outros produtos, em que as principais variações foram no arroz (-29,84% e impacto de -1,11 p.p.), leite (-7,67% e impacto de -0,55 p.p.) e no açúcar (-12,59% e impacto de -0,33 p.p.). as variações positivas representam 439.0% da variação no ano, e as reduções, -339,0%.

Tabela 12.3 – Variação no ano, capitais nordestinas, Nordeste e Brasil

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
<b>Índice Geral (%)</b>	<b>-2,88</b>	<b>-0,47</b>	<b>-1,52</b>	<b>-4,20</b>	<b>1,76</b>	<b>2,45</b>	<b>0,87</b>	<b>0,35</b>
Carne - p.p.	-0,26	-0,35	0,45	-0,23	0,26	0,47	0,67	0,81
Leite - p.p.	-0,72	-0,22	-0,33	-0,53	-0,76	-0,44	-0,55	-0,57
Feijão - p.p.	0,01	-0,52	-0,38	-0,49	-0,35	-0,23	-0,42	-0,56
Arroz - p.p.	-0,77	-1,09	-1,20	-1,22	-1,22	-0,90	-1,11	-0,83
Farinha - p.p.	-0,07	-0,36	-0,49	-0,41	-0,17	-0,04	-0,27	-0,17
Tomate - p.p.	-1,90	1,00	-1,54	-1,55	-0,74	0,84	0,77	0,72
Pão - p.p.	0,11	0,63	1,20	0,49	0,62	0,87	0,68	0,48
Café - p.p.	1,88	0,99	1,32	1,29	1,45	1,72	1,33	1,48
Banana - p.p.	-0,45	0,04	-0,23	-0,55	2,83	0,30	0,36	0,31
Açúcar - p.p.	-0,30	-0,29	-0,34	-0,30	-0,26	-0,30	-0,33	-0,27
Óleo - p.p.	-0,13	-0,08	0,00	-0,10	-0,05	0,06	-0,10	-0,07
Manteiga - p.p.	-0,29	-0,21	0,01	-0,61	0,15	-0,18	-0,16	-0,37

Fonte: DIEESE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p., pontos percentuais.

Algumas explicações detalhadas para cada grupo de produtos: na carne, as exportações continuaram aquecidas e os custos de produção elevados (ração, energia) mantiveram preços pressionados, a alta cotação externa influenciou preços internos; no tomate, os períodos de chuva e calor afetaram a oferta, elevando os preços em várias capitais, neste produto, qualquer redução na produção gera impacto imediato. No café, os problemas climáticos (seca e calor) reduziram a produção, enquanto os custos logísticos e de insumos subiram, e a alta cotação externa influenciou preços internos; na banana, as chuvas intensas e calor prejudicaram colheita e transporte, elevando os preços.

No arroz, a produção abundante e a redução da demanda externa derrubaram os preços, a entrada de arroz estrangeiro também ajudou a conter os preços; no leite, o aumento da produção e as importações reduziram a pressão sobre preços, e o consumo interno mais fraco contribuiu para queda; no açúcar, a produção robusta e a estabilidade internacional mantiveram os preços baixos, e parte da produção foi destinada ao mercado interno.